

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	25
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	26
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	38
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	146
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	150
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	151
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	152

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

153

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.676.938.271
Preferenciais	0
Total	1.676.938.271
Em Tesouraria	
Ordinárias	13.381.540
Preferenciais	0
Total	13.381.540

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	116.594.349	115.266.435	108.518.379
1.01	Ativo Circulante	15.771.846	20.655.171	18.827.625
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.359.061	6.187.360	5.517.354
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	52.145	98.937	190.238
1.01.01.02	Aplicações Financeiras com Liquidez Imediata	1.306.916	6.088.423	5.327.116
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.016	30.109	0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.016	30.109	0
1.01.03	Contas a Receber	8.393.728	8.064.097	8.174.784
1.01.04	Estoques	783.041	632.514	626.836
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.102.403	4.081.157	3.019.638
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.102.403	4.081.157	3.019.638
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	574.284	376.750	514.582
1.01.06.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	2.528.119	3.704.407	2.505.056
1.01.07	Despesas Antecipadas	983.508	1.004.786	858.257
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.149.089	655.148	630.756
1.01.08.03	Outros	1.149.089	655.148	630.756
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	245.363	218.536	70.575
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	113.501	6.451	5.902
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	591.275	105.876	176.242
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	15.422	12.396	44.369
1.01.08.03.05	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	0	90.538	82.935
1.01.08.03.06	Outros Ativos	183.528	221.351	250.733
1.02	Ativo Não Circulante	100.822.503	94.611.264	89.690.754
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.247.225	5.418.518	4.300.633
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	43.295	37.044	46.051
1.02.01.04	Contas a Receber	399.029	470.882	379.898
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	978.121	442.263	194.468
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	164.490	332.721	258

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.662.290	4.135.608	3.679.958
1.02.01.10.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	861.397	1.340.869	824.322
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.611.639	2.560.421	2.608.380
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	44.522	54.433	63.514
1.02.01.10.06	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	4.135	4.569	82.074
1.02.01.10.07	Outros Ativos	140.597	172.624	101.668
1.02.01.10.08	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	0	2.692	0
1.02.02	Investimentos	6.444.663	707.008	478.552
1.02.02.01	Participações Societárias	6.444.663	707.008	478.552
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	6.092.425	350.718	334.119
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	352.101	355.941	143.655
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	137	349	778
1.02.03	Imobilizado	45.367.102	44.387.672	44.335.795
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	31.866.133	31.976.101	31.272.152
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.912.164	10.743.520	10.686.465
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.588.805	1.668.051	2.377.178
1.02.04	Intangível	43.763.513	44.098.066	40.575.774

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	116.594.349	115.266.435	108.518.379
2.01	Passivo Circulante	20.825.429	22.321.331	17.828.902
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	975.432	848.819	737.354
2.01.01.01	Obrigações Sociais	460.149	370.247	331.952
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	515.283	478.572	405.402
2.01.02	Fornecedores	7.169.209	7.085.058	6.636.448
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.044.473	1.465.039	1.590.784
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	332.587	315.182	974.446
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	332.587	315.182	974.446
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	678.476	1.112.608	582.547
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	33.410	37.249	33.791
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.786.313	6.903.208	3.680.828
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.271.021	2.970.948	375.761
2.01.04.02	Debêntures	236.833	1.028.463	1.044.668
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	3.278.459	2.903.797	2.260.399
2.01.05	Outras Obrigações	4.527.150	5.321.109	4.770.743
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	112.547	127.729	20.747
2.01.05.02	Outros	4.414.603	5.193.380	4.749.996
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.187.417	4.265.715	3.865.998
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	86.548	4.538	8.864
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	670.945	599.873	506.778
2.01.05.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	27.377	19.946	22.155
2.01.05.02.07	Outros Passivos	442.316	303.308	346.201
2.01.06	Provisões	1.322.852	698.098	412.745
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	723.247	698.098	412.694
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	214.320	204.279	173.190
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	404.029	293.506	179.449
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	104.898	200.313	60.055

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.01.06.02	Outras Provisões	599.605	0	51
2.01.06.02.04	Provisão para Desmantelamento	0	0	51
2.01.06.02.07	Valores a Restituir a Clientes (Lei Complementar nº 194/2022)	599.605	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	27.365.180	23.017.908	21.132.713
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	12.904.313	10.021.541	9.555.003
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.191.670	1.704.468	51
2.02.01.02	Debêntures	3.500.000	0	999.908
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	8.212.643	8.317.073	8.555.044
2.02.02	Outras Obrigações	4.362.193	3.068.102	1.849.339
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	995	1.002	971
2.02.02.02	Outros	4.361.198	3.067.100	1.848.368
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	77.593	69.022	66.116
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	2.648.391	1.719.528	270.692
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	60.980	21.522	3.675
2.02.02.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	734.477	625.263	926.707
2.02.02.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	104.438	97.668	96.252
2.02.02.02.08	Outros Passivos	735.319	534.097	484.926
2.02.03	Tributos Diferidos	3.831.721	4.172.044	4.414.540
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.831.721	4.172.044	4.414.540
2.02.04	Provisões	6.129.243	5.602.382	5.074.544
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.240.504	4.735.679	3.843.535
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.389.825	2.058.034	1.711.591
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	303.257	259.115	299.990
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	783.285	632.599	684.678
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	1.764.137	1.785.931	1.147.276
2.02.04.02	Outras Provisões	888.739	866.703	1.231.009
2.02.04.02.04	Provisão para Desmantelamento	395.902	378.105	407.764
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	492.837	488.598	823.245

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	137.710	153.839	239.287
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	137.710	153.839	239.287
2.03	Patrimônio Líquido	68.403.740	69.927.196	69.556.764
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	149.409	754.443	1.182.263
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-607.443	-606.536	-110.541
2.03.02.07	Reserva Especial de Ágio	63.074	63.074	63.074
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	693.778	1.297.905	1.229.730
2.03.04	Reservas de Lucros	4.630.732	5.533.180	4.737.197
2.03.04.01	Reserva Legal	3.589.552	3.385.302	3.073.334
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	214.449	119.354	76.345
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	826.731	2.028.524	1.587.518
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	52.183	68.157	65.888

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	46.052.951	43.684.068	42.572.856
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-25.785.140	-24.587.279	-22.542.209
3.03	Resultado Bruto	20.267.811	19.096.789	20.030.647
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.781.234	-12.044.567	-13.550.185
3.04.01	Despesas com Vendas	-11.678.208	-11.582.804	-11.848.661
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.671.085	-2.567.282	-2.481.981
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.274.947	3.012.432	1.416.212
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-683.648	-1.061.654	-816.399
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.240	154.741	180.644
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.486.577	7.052.222	6.480.462
3.06	Resultado Financeiro	-1.746.404	-1.132.720	-577.548
3.06.01	Receitas Financeiras	2.117.141	1.289.764	1.330.552
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.863.545	-2.422.484	-1.908.100
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.740.173	5.919.502	5.902.914
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-655.160	319.862	-1.132.387
3.08.01	Corrente	-969.892	-50.471	11.559
3.08.02	Diferido	314.732	370.333	-1.143.946
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.085.013	6.239.364	4.770.527
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.085.013	6.239.364	4.770.527
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,44487	3,70708	2,90442
3.99.01.02	PN	0	0	2,77091
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,44487	3,70708	2,90442
3.99.02.02	PN	0	0	2,77091

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	4.085.013	6.239.364	4.770.527
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-67.360	265.170	239.646
4.02.01	Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros Derivativos	642	5.664	-6.283
4.02.02	Tributos	-218	-1.926	2.136
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-16.258	-1.186	39.008
4.02.04	Ganhos (Perdas) não Realizadas em Ativos Financeiros a Valor Justo Através de Outros Resultados Abra	-212	-429	440
4.02.05	Tributos	72	146	-150
4.02.06	Ganhos (Perdas) Atuariais e Efeito da Limitação de Ativos dos Planos Superavitários	-75.697	393.814	309.849
4.02.07	Tributos	25.737	-133.897	-105.349
4.02.08	Equivalência Patrimonial no Abrangente das Investidas	-1.426	2.984	-5
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.017.653	6.504.534	5.010.173

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	18.562.278	17.972.921	19.095.813
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	20.951.838	21.162.598	20.191.642
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	4.740.173	5.919.502	5.902.914
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	12.175.069	12.027.287	11.221.242
6.01.01.03	Variações Cambiais de Instrumentos Financeiros Derivativos e de Empréstimos	199.625	-5.056	-6.538
6.01.01.04	Variações Monetárias de Ativos e Passivos	736.949	821.465	504.050
6.01.01.05	Baixas em Operações com Alienação de Investimentos	0	-358.439	0
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	23.240	-154.741	-180.644
6.01.01.07	Ganhos na Baixa / Alienação de Ativos	-707.471	-846.217	-459.828
6.01.01.08	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	1.245.217	1.425.772	1.734.646
6.01.01.09	Mudanças em Provisões Passivas	8.952	253.857	100.084
6.01.01.10	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Realizável dos Estoques	31.452	37.000	4.762
6.01.01.11	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	32.429	68.141	87.144
6.01.01.12	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	683.648	1.061.654	680.644
6.01.01.13	Despesas de Juros (Empréstimos, Financiamentos, Arrendamentos, Operações com Derivativos, Licenças 5	1.792.366	940.446	651.455
6.01.01.14	Outros	-9.811	-28.073	-48.289
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.389.560	-3.189.677	-1.095.829
6.01.02.01	Contas a Receber	-911.101	-1.366.129	-1.173.156
6.01.02.02	Estoques	-181.979	-42.679	-58.293
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-588.771	-2.358.365	1.688.829
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-514.580	-393.242	-146.301
6.01.02.05	Outros Ativos	160.048	49.855	-12.666
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	166.071	129.313	-18.182
6.01.02.07	Fornecedores	493.589	1.016.007	261.174
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	2.208.838	1.708.361	45.940
6.01.02.09	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis, Regulatórias, Valores a Restituir a Clien	-1.029.503	-1.099.061	-917.371
6.01.02.10	Outros Passivos	190.245	86.574	34.393
6.01.02.11	Juros Pagos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos, Licenças 5G e Contraprestaça	-1.463.332	-853.730	-781.053

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-919.085	-66.581	-19.143
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-14.523.117	-8.001.869	-6.120.930
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-9.881.993	-9.291.642	-8.287.762
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	777.996	758.180	958.948
6.02.03	Resgates (Pagamentos) Líquidos de Depósitos Judiciais	-407.766	163.255	796.611
6.02.04	Pagamento por Aquisição de Investimentos e Aporte de Capital em Controlada	-5.223.536	-54.000	-11.010
6.02.05	Caixa Recebido pela Alienação de Investimentos	161.057	244.139	116.411
6.02.07	Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos	51.125	178.199	292.297
6.02.09	Resgate de Aplicações Dadas em Garantias	0	0	13.575
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.867.460	-9.301.046	-10.563.798
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos, Licenças 5G e Contraprestação	-6.939.712	-3.898.763	-5.296.896
6.03.02	Recebimento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	55.617	47.661	84.400
6.03.03	Pagamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	-166.659	-52.623	-69.214
6.03.04	Pagamentos de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-5.709.263	-4.901.326	-5.259.367
6.03.05	Pagamento por Aquisições de Ações para Tesouraria	-607.443	-495.995	-22.721
6.03.08	Ingressos de empréstimos e debêntures	4.500.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.828.299	670.006	2.411.085
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.187.360	5.517.354	3.106.269
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.359.061	6.187.360	5.517.354

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	754.443	5.533.180	0	68.157	69.927.196
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	754.443	5.533.180	0	68.157	69.927.196
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-605.034	-2.028.524	-2.907.551	0	-5.541.109
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.000.000	0	-1.000.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.075.000	0	-2.075.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2021	0	0	-2.028.524	0	0	-2.028.524
5.04.09	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Prescritos	0	0	0	167.449	0	167.449
5.04.10	Recompra de Ações Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	0	-607.429	0	0	0	-607.429
5.04.11	Direito de Recesso - Aprovação Aquisição da Garliava	0	-14	0	0	0	-14
5.04.12	Equivalência patrimonial em transações de capital em investidas	0	2.409	0	0	0	2.409
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.033.627	-15.974	4.017.653
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.085.013	0	4.085.013
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-51.386	-15.974	-67.360
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.126.076	-1.126.076	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	95.095	-95.095	0	0
5.06.07	Dividendo Adicional Proposto	0	0	826.731	-826.731	0	0
5.06.08	Reserva Legal	0	0	204.250	-204.250	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	149.409	4.630.732	0	52.183	68.403.740

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-427.820	-1.587.518	-4.118.764	0	-6.134.102
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.500.000	0	-1.500.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.735.000	0	-2.735.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2020	0	0	-1.587.518	0	0	-1.587.518
5.04.09	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Prescritos	0	0	0	116.236	0	116.236
5.04.10	Recompra de Ações Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	0	-495.995	0	0	0	-495.995
5.04.11	Transações de Capital	0	-18	0	0	0	-18
5.04.13	Efeitos da Alienação do Investimento na na CloudCo Brasil	0	31.367	0	0	0	31.367
5.04.14	Efeitos de equivalência patrimonial na FiBrasil	0	2.182	0	0	0	2.182
5.04.15	Efeitos da Alienação do Investimento na IoTCo Brasil	0	34.644	0	0	0	34.644
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.502.265	2.269	6.504.534
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.239.364	0	6.239.364
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	262.901	2.269	265.170
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.383.501	-2.383.501	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	43.009	-43.009	0	0
5.06.07	Dividendo Adicional Proposto	0	0	2.028.524	-2.028.524	0	0
5.06.08	Reserva Legal	0	0	311.968	-311.968	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	754.443	5.533.180	0	68.157	69.927.196

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.165.463	5.687.962	0	30.737	70.455.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.165.463	5.687.962	0	30.737	70.455.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.800	-2.195.575	-3.730.212	0	-5.908.987
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.200.000	0	-1.200.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.630.000	0	-2.630.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2019	0	0	-2.195.575	0	0	-2.195.575
5.04.09	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Prescritos	0	0	0	99.788	0	99.788
5.04.10	Recompra de Ações Preferenciais e Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	0	-22.689	0	0	0	-22.689
5.04.11	Pagamentos de Direitos de Recesso a Acionistas na Conversão de Ações PN em ON	0	-32	0	0	0	-32
5.04.12	Transações de capital, decorrentes da aquisição e alienação da CyberCo Brasil	0	39.521	0	0	0	39.521
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.975.022	35.151	5.010.173
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.770.527	0	4.770.527
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	204.495	35.151	239.646
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.244.810	-1.244.810	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	18.766	-18.766	0	0
5.06.05	Reversão da Reserva para Expansão e Modernização	0	0	-600.000	600.000	0	0
5.06.07	Dividendo Adicional Proposto	0	0	1.587.518	-1.587.518	0	0
5.06.08	Reserva Legal	0	0	238.526	-238.526	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	58.036.918	58.937.429	55.879.700
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	57.138.884	56.639.248	55.512.048
7.01.02	Outras Receitas	2.143.251	3.723.953	2.102.298
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.245.217	-1.425.772	-1.734.646
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.583.252	-21.352.763	-19.321.365
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-15.029.918	-14.526.775	-12.036.230
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.215.076	-8.107.486	-7.709.032
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	661.742	1.281.498	423.897
7.03	Valor Adicionado Bruto	36.453.666	37.584.666	36.558.335
7.04	Retenções	-12.175.069	-12.027.287	-11.221.242
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.175.069	-12.027.287	-11.221.242
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	24.278.597	25.557.379	25.337.093
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.093.901	1.444.505	1.511.196
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.240	154.741	180.644
7.06.02	Receitas Financeiras	2.117.141	1.289.764	1.330.552
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	26.372.498	27.001.884	26.848.289
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	26.372.498	27.001.884	26.848.289
7.08.01	Pessoal	5.411.565	4.702.814	4.269.628
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.657.282	3.183.346	2.865.635
7.08.01.02	Benefícios	1.534.046	1.325.024	1.230.130
7.08.01.03	F.G.T.S.	220.237	194.444	173.863
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.853.814	12.500.066	14.651.251
7.08.02.01	Federais	4.474.254	3.262.137	4.737.023
7.08.02.02	Estaduais	7.167.489	8.982.837	9.684.800
7.08.02.03	Municipais	212.071	255.092	229.428
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.022.106	3.559.640	3.156.883
7.08.03.01	Juros	3.767.049	2.360.050	1.863.758
7.08.03.02	Aluguéis	1.255.057	1.199.590	1.293.125

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.085.013	6.239.364	4.770.527
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.075.000	2.735.000	2.630.000
7.08.04.02	Dividendos	1.000.000	1.500.000	1.200.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.010.013	2.004.364	940.527

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	119.121.483	115.663.533	108.738.378
1.01	Ativo Circulante	17.283.910	21.060.168	19.060.868
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.273.834	6.448.483	5.762.081
1.01.01.01	Caixa e Contas Bancárias	53.449	103.541	191.975
1.01.01.02	Aplicações Financeiras com Liquidez Imediata	2.220.385	6.344.942	5.570.106
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.016	30.109	0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.016	30.109	0
1.01.03	Contas a Receber	8.691.114	8.100.269	8.182.667
1.01.04	Estoques	789.724	639.825	633.100
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.193.630	4.098.555	3.031.570
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.193.630	4.098.555	3.031.570
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	622.460	382.386	519.277
1.01.06.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	2.571.170	3.716.169	2.512.293
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.141.521	1.006.425	859.766
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.193.071	736.502	591.684
1.01.08.03	Outros	1.193.071	736.502	591.684
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	253.144	301.427	72.340
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	113.501	6.451	5.902
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	592.369	106.963	177.433
1.01.08.03.05	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	0	90.538	82.935
1.01.08.03.06	Outros Ativos	234.057	231.123	253.074
1.02	Ativo Não Circulante	101.837.573	94.603.365	89.677.510
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.845.943	5.734.277	4.598.367
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	43.522	37.238	46.280
1.02.01.04	Contas a Receber	399.029	470.882	379.898
1.02.01.07	Tributos Diferidos	379.093	121.748	138.641
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	379.093	121.748	138.641
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	993.391	442.268	194.511

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	181.085	364.861	495
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.849.823	4.297.280	3.838.542
1.02.01.10.03	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar	869.460	1.340.872	824.324
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	2.790.618	2.724.215	2.766.945
1.02.01.10.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	44.522	54.433	63.514
1.02.01.10.06	Superávit de Planos de Benefícios Pós-Emprego	4.161	4.613	82.127
1.02.01.10.07	Outros Ativos	141.062	170.455	101.632
1.02.01.10.08	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	0	2.692	0
1.02.02	Investimentos	368.195	356.290	144.433
1.02.02.01	Participações Societárias	368.195	356.290	144.433
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	368.058	355.941	143.655
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	137	349	778
1.02.03	Imobilizado	45.898.185	44.408.491	44.352.593
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	31.899.627	31.988.468	31.283.643
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	11.408.641	10.752.785	10.690.809
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.589.917	1.667.238	2.378.141
1.02.04	Intangível	49.725.250	44.104.307	40.582.117

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	119.121.483	115.663.533	108.738.378
2.01	Passivo Circulante	22.170.720	22.459.398	17.875.084
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.035.652	888.324	764.329
2.01.01.01	Obrigações Sociais	497.568	397.906	350.138
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	538.084	490.418	414.191
2.01.02	Fornecedores	7.415.798	7.132.402	6.613.004
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.100.576	1.488.225	1.609.127
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	366.182	331.414	987.093
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.064	3.068	1.693
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	363.118	328.346	985.400
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	692.968	1.113.744	583.268
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	41.426	43.067	38.766
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.019.945	6.906.892	3.682.472
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.279.945	2.970.948	375.761
2.01.04.02	Debêntures	236.833	1.028.463	1.044.668
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	3.503.167	2.907.481	2.262.043
2.01.05	Outras Obrigações	4.720.663	5.341.241	4.788.499
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	118.303	134.221	33.244
2.01.05.02	Outros	4.602.360	5.207.020	4.755.255
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	3.187.417	4.265.715	3.865.998
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	86.548	4.538	8.864
2.01.05.02.05	Receitas Diferidas	845.645	604.646	506.806
2.01.05.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	27.377	19.946	22.155
2.01.05.02.07	Outros Passivos	455.373	312.175	351.432
2.01.06	Provisões	1.878.086	702.314	417.653
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.878.086	702.314	417.602
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	217.229	206.279	176.582
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	404.654	295.722	180.965

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.01.06.01.05	Provisões Regulatórias	104.898	200.313	60.055
2.01.06.01.06	Provisão para Multas de Cancelamento de Contratos de Arrendamento	549.423	0	0
2.01.06.01.07	Valores a Restituir a Clientes (Lei Complementar nº 194/2022)	601.882	0	0
2.01.06.02	Outras Provisões	0	0	51
2.01.06.02.04	Provisão para Desmantelamento	0	0	51
2.02	Passivo Não Circulante	28.494.916	23.197.939	21.306.530
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	13.281.851	10.027.086	9.556.694
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.252.415	1.704.468	51
2.02.01.02	Debêntures	3.500.000	0	999.908
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	8.529.436	8.322.618	8.556.735
2.02.02	Outras Obrigações	4.510.821	3.124.017	1.903.380
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.421	3.640	587
2.02.02.02	Outros	4.504.400	3.120.377	1.902.793
2.02.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	77.593	69.022	66.116
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	2.788.735	1.771.185	319.358
2.02.02.02.05	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	61.674	21.533	3.679
2.02.02.02.06	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	742.439	629.871	932.426
2.02.02.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher	104.438	97.668	96.252
2.02.02.02.08	Outros Passivos	729.521	531.098	484.962
2.02.03	Tributos Diferidos	3.831.721	4.172.044	4.414.540
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.831.721	4.172.044	4.414.540
2.02.04	Provisões	6.732.745	5.720.928	5.192.478
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.358.771	4.854.225	3.960.642
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.483.427	2.147.369	1.799.252
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	322.961	280.676	323.128
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	788.246	640.249	690.986
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	1.764.137	1.785.931	1.147.276
2.02.04.02	Outras Provisões	1.373.974	866.703	1.231.836

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.04.02.04	Provisão para Desmantelamento	395.902	378.105	408.591
2.02.04.02.05	Passivo Contingente	978.072	488.598	823.245
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	137.778	153.864	239.438
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	137.778	153.864	239.438
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	68.455.847	70.006.196	69.556.764
2.03.01	Capital Social Realizado	63.571.416	63.571.416	63.571.416
2.03.02	Reservas de Capital	149.409	754.443	1.182.263
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-607.443	-606.536	-110.541
2.03.02.07	Reserva Especial de Ágio	63.074	63.074	63.074
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	693.778	1.297.905	1.229.730
2.03.04	Reservas de Lucros	4.630.732	5.533.180	4.737.197
2.03.04.01	Reserva Legal	3.589.552	3.385.302	3.073.334
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	214.449	119.354	76.345
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	826.731	2.028.524	1.587.518
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	52.183	68.157	65.888
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	52.107	79.000	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	48.041.162	44.032.613	43.126.472
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-27.431.680	-24.781.369	-22.693.083
3.03	Resultado Bruto	20.609.482	19.251.244	20.433.389
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.011.571	-12.165.135	-13.851.726
3.04.01	Despesas com Vendas	-11.839.126	-11.594.117	-11.871.555
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.737.600	-2.615.905	-2.524.993
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.242.583	2.993.647	1.419.113
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-653.686	-1.066.022	-875.025
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.742	117.262	734
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.597.911	7.086.109	6.581.663
3.06	Resultado Financeiro	-1.766.320	-1.126.580	-573.429
3.06.01	Receitas Financeiras	2.216.198	1.310.533	1.351.530
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.982.518	-2.437.113	-1.924.959
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.831.591	5.959.529	6.008.234
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-773.689	269.828	-1.237.707
3.08.01	Corrente	-1.126.498	-84.661	-61.427
3.08.02	Diferido	352.809	354.489	-1.176.280
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.057.902	6.229.357	4.770.527
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	4.057.902	6.229.357	4.770.527
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.085.013	6.239.364	4.770.527
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-27.111	-10.007	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	4.057.902	6.229.357	4.770.527
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-67.563	265.167	239.646
4.02.01	Ganhos (Perdas) com Instrumentos Financeiros Derivativos	642	5.664	-6.283
4.02.02	Tributos	-218	-1.926	2.136
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão de Operações em Moeda Estrangeira	-16.258	-1.186	39.008
4.02.04	Ganhos (Perdas) não Realizadas em Ativos Financeiros a Valor Justo Através de Outros Resultados Abra	-212	-429	440
4.02.05	Tributos	72	146	-150
4.02.06	Ganhos (Perdas) Atuariais e Efeito da Limitação de Ativos dos Planos Superavitários	-77.924	396.923	309.911
4.02.07	Tributos	26.335	-134.025	-105.416
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.990.339	6.494.524	5.010.173
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.017.653	6.504.534	5.010.173
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-27.314	-10.010	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	18.941.925	18.072.600	19.341.750
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.897.199	21.309.195	20.479.581
6.01.01.01	Lucro Antes dos Tributos	4.831.591	5.959.529	6.008.234
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	12.659.873	12.038.331	11.227.498
6.01.01.03	Variações Cambiais de Instrumentos Financeiros Derivativos e de Empréstimos	199.625	-5.056	-6.538
6.01.01.04	Variações Monetárias de Ativos e Passivos	761.128	823.257	506.056
6.01.01.05	Baixas em Operações com Alienação de Investimentos	0	-358.439	0
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	23.742	-117.262	-734
6.01.01.07	Ganhos na Baixa / Alienação de Ativos	-708.475	-847.865	-459.758
6.01.01.08	Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Recuperável das Contas a Receber	1.315.614	1.436.288	1.740.358
6.01.01.09	Mudanças em Provisões Passivas	251.116	293.935	92.358
6.01.01.10	Baixas e Reversões de Perdas Estimadas para a Redução ao Valor Realizável dos Estoques	34.672	38.441	6.508
6.01.01.11	Planos de Previdência e Outros Benefícios Pós-Emprego	33.775	70.148	88.487
6.01.01.12	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis e Regulatórias	653.686	1.066.022	673.905
6.01.01.13	Despesas de Juros (Empréstimos, Financiamentos, Arrendamentos, Operações com Derivativos, Licenças 5	1.850.286	940.766	651.496
6.01.01.14	Outros	-9.434	-28.900	-48.289
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.955.274	-3.236.595	-1.137.831
6.01.02.01	Contas a Receber	-854.322	-1.404.934	-1.142.973
6.01.02.02	Estoques	-179.613	-45.166	-61.783
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-631.528	-2.366.998	1.687.393
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-483.711	-393.333	-146.425
6.01.02.05	Outros Ativos	139.213	41.987	-17.116
6.01.02.06	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	184.741	141.849	-17.755
6.01.02.07	Fornecedores	231.890	1.046.087	287.273
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	2.136.829	1.715.965	38.526
6.01.02.09	Provisões para Demandas Tributárias, Trabalhistas, Cíveis, Regulatórias, Valores a Restituir a Clien	-1.144.779	-1.111.086	-927.057
6.01.02.10	Outros Passivos	291.406	90.217	38.334
6.01.02.11	Juros Pagos de e Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos, Licenças 5G e Contrapresta	-1.531.511	-853.805	-781.092

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.113.889	-97.378	-95.156
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-14.203.027	-8.127.768	-6.408.456
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-9.894.116	-9.295.484	-8.289.264
6.02.02	Caixa Recebido na Venda de Ativo Imobilizado	777.996	760.254	959.345
6.02.03	Resgates (Pagamentos) Líquidos de Depósitos Judiciais	-411.682	163.323	798.233
6.02.04	Pagamento por Aquisição de Investimentos e Aporte de Capital em Controlada	-4.976.672	0	0
6.02.05	Caixa Recebido pela Alienação de Investimentos	232.057	244.139	116.411
6.02.09	Resgate de Aplicações Dadas em Garantias	0	0	13.575
6.02.10	Caixa e Equivalentes de Caixa por Aquisição, Incorporação e Alienação de Sociedade	69.390	0	-6.756
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.913.547	-9.258.430	-10.564.590
6.03.01	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos, Licenças 5G e Contraprestação	-6.986.220	-3.901.147	-5.297.688
6.03.02	Recebimento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	55.617	47.661	84.400
6.03.03	Pagamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos	-166.659	-52.623	-69.214
6.03.04	Pagamentos de Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	-5.709.263	-4.901.326	-5.259.367
6.03.05	Pagamento por Aquisições de Ações para Tesouraria	-607.443	-495.995	-22.721
6.03.06	Recebimento de Recursos para Aumento de Capital em Controladas por Outros Acionistas	421	45.000	0
6.03.08	Ingressos de empréstimos e debêntures	4.500.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.174.649	686.402	2.368.704
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.448.483	5.762.081	3.393.377
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.273.834	6.448.483	5.762.081

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	754.443	5.533.180	0	68.157	69.927.196	79.000	70.006.196
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	754.443	5.533.180	0	68.157	69.927.196	79.000	70.006.196
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-605.034	-2.028.524	-2.907.551	0	-5.541.109	421	-5.540.688
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.000.000	0	-1.000.000	0	-1.000.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.075.000	0	-2.075.000	0	-2.075.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2021	0	0	-2.028.524	0	0	-2.028.524	0	-2.028.524
5.04.09	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Prescritos	0	0	0	167.449	0	167.449	0	167.449
5.04.10	Recompra de Ações Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	0	-607.429	0	0	0	-607.443	0	-607.429
5.04.11	Direito de Recesso - Aprovação Aquisição da Garliava	0	-14	0	0	0	0	0	-14
5.04.12	Equivalência Patrimonial em Transações de Capital em Investidas	0	2.409	0	0	0	2.409	0	2.409
5.04.13	Efeitos de Acionistas não Controladores em Investimentos na Vivo Ventures	0	0	0	0	0	0	421	421
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.033.627	-15.974	4.017.653	-27.314	3.990.339
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.085.013	0	4.085.013	-27.111	4.057.902
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-51.386	-15.974	-67.360	-203	-67.563
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.126.076	-1.126.076	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	95.095	-95.095	0	0	0	0
5.06.07	Dividendo Adicional Proposto	0	0	826.731	-826.731	0	0	0	0
5.06.08	Reserva Legal	0	0	204.250	-204.250	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	149.409	4.630.732	0	52.183	68.403.740	52.107	68.455.847

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764	0	69.556.764
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764	0	69.556.764
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-427.820	-1.587.518	-4.118.764	0	-6.134.102	89.010	-6.045.092
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.500.000	0	-1.500.000	0	-1.500.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.735.000	0	-2.735.000	0	-2.735.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2020	0	0	-1.587.518	0	0	-1.587.518	0	-1.587.518
5.04.09	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Prescritos	0	0	0	116.236	0	116.236	0	116.236
5.04.10	Recompra de Ações Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	0	-495.995	0	0	0	-495.995	0	-495.995
5.04.11	Transações de Capital	0	-18	0	0	0	-18	0	-18
5.04.13	Efeitos da Alienação do Investimento na CloudCo Brasil	0	31.367	0	0	0	31.367	47.674	79.041
5.04.14	Efeitos da alienação do investimento na IoTCo Brasil	0	34.644	0	0	0	34.644	41.336	75.980
5.04.15	Efeitos de equivalência patrimonial na FiBrasil	0	2.182	0	0	0	2.182	0	2.182
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.502.265	2.269	6.504.534	-10.010	6.494.524
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.239.364	0	6.239.364	-10.007	6.229.357
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	262.901	2.269	265.170	-3	265.167
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.383.501	-2.383.501	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	43.009	-43.009	0	0	0	0
5.06.07	Dividendo Adicional Proposto	0	0	2.028.524	-2.028.524	0	0	0	0
5.06.08	Reserva Legal	0	0	311.968	-311.968	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	754.443	5.533.180	0	68.157	69.927.196	79.000	70.006.196

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.571.416	1.165.463	5.687.962	0	30.737	70.455.578	0	70.455.578
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.571.416	1.165.463	5.687.962	0	30.737	70.455.578	0	70.455.578
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.800	-2.195.575	-3.730.212	0	-5.908.987	0	-5.908.987
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.200.000	0	-1.200.000	0	-1.200.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.630.000	0	-2.630.000	0	-2.630.000
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto do Exercício de 2019	0	0	-2.195.575	0	0	-2.195.575	0	-2.195.575
5.04.09	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Prescritos	0	0	0	99.788	0	99.788	0	99.788
5.04.10	Recompra de Ações Preferenciais e Ordinárias para Manutenção em Tesouraria	0	-22.689	0	0	0	-22.689	0	-22.689
5.04.11	Pagamentos de Direitos de Recurso a Acionistas na Conversão de Ações PN em ON	0	-32	0	0	0	-32	0	-32
5.04.12	Transações de capital, decorrentes da aquisição e alienação da CyberCo Brasil	0	39.521	0	0	0	39.521	0	39.521
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.975.022	35.151	5.010.173	0	5.010.173
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.770.527	0	4.770.527	0	4.770.527
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	204.495	35.151	239.646	0	239.646
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.244.810	-1.244.810	0	0	0	0
5.06.04	Transferência de Incentivos Fiscais	0	0	18.766	-18.766	0	0	0	0
5.06.05	Reversão da Reserva para Expansão e Modernização	0	0	-600.000	600.000	0	0	0	0
5.06.07	Dividendo Adicional Proposto	0	0	1.587.518	-1.587.518	0	0	0	0
5.06.08	Reserva Legal	0	0	238.526	-238.526	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.571.416	1.182.263	4.737.197	0	65.888	69.556.764	0	69.556.764

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	60.317.196	59.336.501	56.456.547
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	59.501.183	57.051.723	56.149.185
7.01.02	Outras Receitas	2.131.627	3.721.066	2.047.720
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.315.614	-1.436.288	-1.740.358
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-22.560.582	-21.465.307	-19.446.168
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-15.959.924	-14.633.243	-12.146.950
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.259.534	-8.113.768	-7.721.300
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	658.876	1.281.704	422.082
7.03	Valor Adicionado Bruto	37.756.614	37.871.194	37.010.379
7.04	Retenções	-12.659.873	-12.038.331	-11.227.498
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.659.873	-12.038.331	-11.227.498
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	25.096.741	25.832.863	25.782.881
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.192.456	1.427.795	1.352.264
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.742	117.262	734
7.06.02	Receitas Financeiras	2.216.198	1.310.533	1.351.530
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	27.289.197	27.260.658	27.135.145
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	27.289.197	27.260.658	27.135.145
7.08.01	Pessoal	5.653.090	4.842.006	4.366.466
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.816.079	3.276.449	2.931.764
7.08.01.02	Benefícios	1.604.041	1.363.152	1.254.862
7.08.01.03	F.G.T.S.	232.970	202.405	179.840
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.388.396	12.615.589	14.818.861
7.08.02.01	Federais	4.694.077	3.363.593	4.888.805
7.08.02.02	Estaduais	7.449.529	8.986.780	9.686.637
7.08.02.03	Municipais	244.790	265.216	243.419
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.189.809	3.573.706	3.179.291
7.08.03.01	Juros	3.880.745	2.373.186	1.879.428
7.08.03.02	Aluguéis	1.309.064	1.200.520	1.299.863

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.057.902	6.229.357	4.770.527
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.075.000	2.735.000	2.630.000
7.08.04.02	Dividendos	1.000.000	1.500.000	1.200.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.010.013	2.004.364	940.527
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-27.111	-10.007	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

A Telefônica Brasil S.A. (B3: VIVT3, NYSE: VIV) submete à apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS) e com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Marcado pela retomada gradual da economia no País, o ano de 2022 consolidou o papel essencial da conectividade como um dos principais meios para impulsionar a transformação social.

Nesse sentido, o propósito da Vivo de “Digitalizar para Aproximar” - e sua ação apoiando as empresas e o dia a dia das pessoas - foi fundamental para que aceitássemos o convite de copresidir a Força Tarefa de Digitalização do B20, o grupo de líderes empresariais que desenvolve recomendações de políticas públicas para o G20. A principal conclusão do relatório final foi que priorizar o setor de conectividade na agenda pública é imprescindível para garantir uma transformação digital inclusiva.

O ano passado também ganhou destaque pela chegada efetiva do 5G ao País, o que nos torna protagonistas do futuro da tecnologia: a ativação da quinta geração, na frequência 3.5 GHz, para redes móveis já é realidade nas 27 capitais. Em 2023, chegaremos a mais localidades, revolucionando diversos setores da indústria brasileira, como o agronegócio. Nossos clientes contam, ainda, com a maior cobertura móvel em 4.5G – além de 4G e 3G – e com a principal rede de fibra da América Latina. Encerramos 2022 em posição de liderança absoluta do mercado com mais de 23 milhões de domicílios cobertos em 409 cidades brasileiras. Tudo isso mostra que **#TemVivoPraTudo** – um dos pilares estratégicos da empresa – e que só aqui o cliente pode ter uma oferta total e convergente. Esse foi um dos atrativos para aqueles clientes de telefonia celular que chegaram após a aquisição de parte dos ativos da Oi Móvel, além da melhor experiência e qualidade de conexão do País. Absorvemos cerca de 9 milhões de acessos em 2022, consolidando o maior número do Brasil: 112 milhões de acessos totais. Destaque para a região Nordeste, onde alcançamos a liderança do mercado em Pernambuco, Alagoas e Paraíba. Esses clientes passaram a contar com uma infraestrutura 4G, 4.5G e 5G de qualidade e serviços digitais inovadores.

O último ano marcou a consolidação da Vivo como um ecossistema de tecnologia. Lançamos a Ovvi, marca própria de acessórios, com produtos para smartphones como capas, películas, cabos e carregadores, aliando design a um ótimo custo-benefício. Para os lares dos clientes, fortalecemos o segmento de casa inteligente, agregando a internet via fibra para aqueles que têm interesse em transformar suas residências em ambientes *high tech*. Tivemos forte desempenho na venda de dispositivos, entre lâmpadas e câmeras inteligentes, sensores e repetidores Wi-Fi, entre outros. Além disso, seguimos crescendo em número de assinantes do Vivo Guru, marca utilizada nos serviços de instalação, configuração e orientação de itens de tecnologia. E, para proporcionar a melhor experiência em nossas 1,8 mil lojas físicas, inauguramos novos espaços e levamos o nosso conceito arquitetônico com sala dedicada a clientes corporativos.

Concluimos a *joint venture* com a Ânima Educação e anunciamos a criação do VivaE, o qual chegou ao mercado com uma estratégia direcionada a cursos livres de capacitação, com foco em educação continuada e empregabilidade. Na área da saúde, reformulamos o Vida V, e, no setor financeiro, seguimos com o Vivo Money, que conta com uma carteira de R\$ 180 milhões em empréstimos pessoais. No entretenimento, seguimos evoluindo nossas parcerias de conteúdo com planos com grandes players do mercado como Netflix, Disney+, Amazon Prime Video, Spotify. Também ampliamos nossas opções ao lançar o Vivo Play App, serviço de assinatura que oferece uma grande variedade de conteúdo a um preço acessível. Nosso *marketplace*, o Vivo Shopping, segue apoiando os clientes na digitalização e conta, hoje, com mais de 70 mil itens.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A construção de uma nova cultura corporativa, como a adesão ao home office por muitas empresas e os novos hábitos de consumo tecnológico, ampliaram os investimentos em soluções de Cibersegurança e Cloud. Esse cenário refletiu nos resultados da nossa divisão empresarial. Consolidamos nossa atuação com a operação da Telefônica Tech – holding de serviços digitais e tecnologia do Grupo Telefônica. Levamos para o mercado um portfólio mais robusto de soluções, contemplando iniciativas em Cibersegurança, Cloud, IoT e Big Data, que já representa R\$ 2,7 bilhões do faturamento. Avançamos em ações verticalizadas que contribuirão, por exemplo, para o aumento de produtividade no agronegócio por meio de um amplo ecossistema digital. Além da conectividade com redes públicas ou privadas, as iniciativas incluem itens que otimizam o dia a dia no campo com muito mais inteligência, tornando a operação mais eficiente. No segmento de soluções digitais empresariais, anunciamos a aquisição da Vita IT, integradora de tecnologia que atende companhias de diferentes portes. Com esse movimento, fortalecemos, ainda mais, o posicionamento de referência nacional como integradora de soluções de rede e ampliamos o nosso ecossistema digital.

No último ano, também apostamos na inovação com a criação do Vivo Ventures, fundo de CVC (Corporate Venture Capital) de R\$ 320 milhões para investir em startups brasileiras com soluções nas áreas de Entretenimento, Casa Inteligente, Marketplace, Saúde, Finanças e Educação – setores-chave para o posicionamento da Vivo. Fizemos um aporte de R\$ 10 milhões na Klubi, a primeira *fintech* autorizada pelo Banco Central a operar como administradora de consórcios no País. Investimos cerca de US\$ 3 milhões na Klavi, empresa focada em *open finance* e soluções B2B e B2C que tem a tecnologia como ponto de partida para diversos serviços, como por exemplo, ajudar na modelagem de risco para concessão de crédito. Reforçamos, assim, nosso pilar **#TemTudoNaVivo**. Inovamos, também, com a marca Terra, ao anunciarmos o posicionamento do portal como uma *mediatech*. Além disso, aceleramos os investimentos em patrocínios, como a Parada do Orgulho LGBTQ+, a Brasil Game Show e a cobertura da Copa do Mundo de futebol, retomando, assim, o protagonismo do Terra em grandes coberturas e em editorias que abordam temas ligados à diversidade.

Para garantir a melhor experiência dos nossos clientes, focamos na qualidade dos serviços e no relacionamento por meio de todos os pontos de contato, do presencial ao virtual. Essa estratégia é desenvolvida no pilar **#DNAVivo**. Seguimos investindo e aprimorando o nosso principal canal de interação com os clientes, o app Vivo, que hoje conta com mais de 80 milhões de acessos por mês e 21 milhões de usuários únicos. No último ano, alcançamos um valor histórico de satisfação de Employee Net Promoter Score (eNPS), que só foi possível porque a nossa cultura interna não é diferente da premissa do negócio: ter o digital combinado com o fator humano como a base de tudo. O momento atual pede a evolução da cultura das empresas para uma versão justamente mais digital e colaborativa, assim como exige grupos plurais e diversos trabalhando juntos.

Aqui, acreditamos que diversidade é um pilar primordial na cultura e a consideramos um diferencial para a inovação. Para fomentar a inclusão, investimos em programas de trainee e estágio com 50% das vagas focadas em talentos negros. Hoje, temos 33% de colaboradores pretos trabalhando na Vivo e chegamos também a 22% deles na liderança e queremos ampliar essa presença na Companhia, propondo atingir um indicador igual ou maior que 30% em cargos de liderança até 2027. Em 2022, nos tornamos a primeira do setor a aderir aos movimentos da Ambição 2030, liderada pela ONU Brasil, para impulsionar ações de impacto pelas empresas em contribuição à sociedade: “Ambição Net Zero”, “Elas Lideram”, “Raça é Prioridade”, “Mente em Foco” e “Salário Digno”. A adesão reitera nosso compromisso de avançar em iniciativas que contribuam, de modo efetivo, para as questões sociais e ambientais no Brasil.

Para ampliar a presença de mulheres em cargos de gestão, promovemos programas para formação e desenvolvimento de lideranças dedicados, exclusivamente, a elas, como o WIL – WOMEN IN LEADERSHIP. Temos o desafio, junto à ONU, de chegar a 30% de mulheres em cargos diretivos até 2025. Nosso Conselho Administrativo já conta com 33% de presença feminina e o programa “Mulheres de Fibra” reúne mais de 300 profissionais nas funções de campo, como reparo e instalação. Em 2022, integramos pela primeira vez o Top 100 do Refinitiv Global Diversity & Inclusion Index, que classifica mais de 12 mil companhias em todo o mundo e identifica as 100 principais empresas de capital aberto com os locais de trabalho mais diversos e inclusivos, conforme aferição de 24 métricas separadas em quatro pilares principais. Também fomos incluídos, pela primeira vez, no Bloomberg Gender-Equality Index 2022 (GEI), um índice ponderado pela capitalização de mercado, que tem como objetivo acompanhar o desempenho de empresas de capital aberto comprometidas com a transparência na geração de relatórios de dados sobre gênero. Ao todo, são 418 empresas, em 45 países e regiões, participantes do GEI.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ainda sobre os critérios ESG, construímos nosso Plano de Negócio Responsável, contribuindo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em linha com o nosso pilar **#VivoSustentável**. Em 2022, reforçamos, ainda mais, nosso compromisso com a emissão de R\$ 3,5 bilhões em debêntures. Para isso, utilizamos o instrumento Sustainability-Linked Bond (SLB), que vincula o recurso às metas ESG, com redução de 40% das emissões de gases de efeito estufa do escopo 1 até 2027, frente a 2021, e 30% de negros em cargos de liderança até 2027. São compromissos que dialogam com nossas metas internas e reforçam a sustentabilidade em nossa estratégia de negócios. Somos uma empresa 100% carbono neutro e com energia renovável desde 2019 e, dentro do programa de Geração Distribuída, encerramos o ano com 48 usinas instaladas.

Queremos engajar nossa cadeia de valor nessa jornada ESG e estamos atuando para reduzir emissões dos fornecedores até 2024. E, ainda, fechamos os últimos 12 meses com todas as metas atingidas no nosso programa de logística reversa de resíduos eletrônicos, o “Recicle com a Vivo”. São mais de 5 milhões de itens recolhidos desde 2006 e 11,1 toneladas de resíduos reciclados em 2022.

Nossas soluções digitais para os clientes B2B, baseadas em Cloud, Cibersegurança, IoT e Big Data passaram a ser certificadas com o selo de sustentabilidade Eco Smart, que avalia aspectos de eficiência energética, redução do consumo de água e das emissões de CO² e economia circular. Adotamos, ainda, uma nova metodologia para o Eco Rating, que demonstra aos clientes o quão sustentável é o smartphone no momento da escolha do dispositivo, considerando seu processo de produção, uso e descarte. Por conta dessas e das demais iniciativas, somos uma das dez empresas mais sustentáveis de nosso setor no mundo e a mais sustentável na área de telecomunicações na América Latina, segundo o ranking realizado pela S&P - principal referência para a composição do Dow Jones Sustainability Index, o mais concorrido índice internacional de sustentabilidade. E estamos, também, na 2ª posição entre as mais sustentáveis do País no ISE B3.

No âmbito social, cerca de 2,2 milhões de pessoas foram beneficiadas por meio das iniciativas da Fundação Telefônica Vivo. Através da plataforma Escolas Conectadas, voltada para formação continuada de professores da rede básica de ensino, oferecemos mais de 2,3 milhões de horas de conteúdo online e gratuitos ao longo do ano. Cerca de 100 mil professores se cadastraram na plataforma e, aproximadamente, 58 mil participaram de algum dos mais de 40 cursos oferecidos, que tratam de temas como uso da tecnologia na prática pedagógica, ensino híbrido, defasagem de aprendizagem, educação antirracista e educação socioemocional, entre outros. Em 2022, a plataforma foi premiada na categoria “E-Learning Innovation”, do Reimagine Education Awards 2022, um dos mais importantes prêmios do mundo para pedagogias inovadoras. Também avançamos com o projeto itinerário de formação técnica e profissional em Ciência de Dados para jovens do Ensino Médio, contribuindo para que os estudantes da rede pública de ensino estejam preparados não apenas para o mercado de trabalho, mas para um mundo em constante transformação e impactado pela presença das tecnologias digitais.

Em governança, desde 2019, 20% da remuneração variável dos executivos é também vinculada às metas de ESG. Anunciamos o Novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, que inclui ações teóricas (*phantom shares*) da Companhia (VIVT3) na remuneração dos executivos. Dessa forma, o incentivo de longo prazo é vinculado à criação de valor aos acionistas e ao alcance sustentável dos objetivos estratégicos com base em indicadores como TSR (*Total Shareholders Return*), FCF (*Free Cash Flow*) e Neutralização e Redução de Emissões de CO₂. Além disso, mantivemos um conselho de administração com 83,3% de membros independentes e uma estrutura com os mais elevados critérios de *compliance*.

Agradeço a atitude, a dedicação e a colaboração dos mais de 33 mil talentos da nossa empresa, bem como a confiança dos acionistas, clientes e parceiros. Juntos, construímos uma marca mais valiosa e sólida no último ano. Em 2023, nosso ecossistema de tecnologia será ainda mais completo e seguiremos com o papel primordial na transformação digital e social do nosso País.

Christian Mauad Gebara
Presidente da Telefônica Brasil

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ABORDAGEM ASG – NOSSA ATUAÇÃO

A Telefônica Brasil possui uma estratégia ASG composta por seis pilares de atuação, com mais de 100 indicadores monitorados pelo Conselho de Administração através do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade, por meio do Plano de Negócio Responsável (PNR). O PNR é composto por metas (2021 – 2024) que promovem o crescimento responsável da Companhia e contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para fortalecer mais o tema, desde 2019, 20% da remuneração variável de curto prazo de executivos e funcionários está vinculada a metas de reputação, NPS, emissões de GEE e mulheres na liderança. Em 2022, foi anunciado um Novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, que inclui ações teóricas (*phantom shares*) da Companhia na remuneração variável dos executivos, tendo indicadores de mudanças climáticas entre os critérios de avaliação.

Em 2022, a Telefônica Brasil aprovou a nova composição de seu Conselho de Administração, com avanços em membros independentes (83,3%) e diversidade (33,3% são mulheres). Reforçando como a sustentabilidade está integrada à estratégia financeira, a empresa emitiu R\$ 3,5 bilhões em *Sustainability-Linked Bonds* (SLBs), instrumento de dívida vinculado a metas ESG. Os compromissos assumidos estão relacionados a diversidade e clima.

A Telefônica Brasil acredita que a tecnologia é crucial na transição para uma economia e sociedade mais verde e inclusiva. Em 2022, os produtos e serviços que favorecem a eficiência energética e climática e se alinham ao objetivo de conter o aumento da temperatura global em 1,5°C totalizaram R\$ 1.631,7 milhões em receitas.

A Companhia se mantém com 100% da energia elétrica consumida oriunda de fontes renováveis e encerrou o ano com 48 usinas em operação das 85 planejadas no Programa de Geração Distribuída. Em 2022, a empresa reduziu aproximadamente 50% as emissões diretas de GEE frente a 2021, contribuindo para a meta do Grupo de alcançar emissões líquidas zero até 2040.

Em economia circular, desde 2006, a Telefônica Brasil oferece pontos de coleta para o descarte correto do lixo eletrônico por meio do Programa Recicle Com a Vivo, que encerrou 2022 com cerca de 11 toneladas coletadas. Na rede fixa (modens e decodificadores), o processo de logística reversa permitiu a reutilização de cerca de 1,2 milhão de equipamentos em 2022.

Visando promover desenvolvimento social e inclusão a partir da digitalização, a empresa possui soluções em saúde (Vida V), educação (VivaE), bancarização e acesso ao crédito (Vivo Pay e Vivo Money). A digitalização também faz parte do propósito da Fundação Telefônica Vivo, que beneficiou cerca de 2,2 milhões de pessoas e investiu R\$58 milhões em 2022.

Em diversidade, o programa de estágio e trainee destinou 50% das vagas para pessoas negras. A Companhia encerrou o ano com 22% profissionais negros em cargos de liderança e 36% de mulheres em cargos de liderança executiva. Voltado a inovação, a Wayra Brasil, *hub* de inovação aberta, encerrou 2022 com 26 startups no portfólio, sendo que 50% geraram negócios para a empresa. Já o Vivo Ventures, Corporate Venture Capital lançado em 2022, realizou aportes financeiros na *fintech* Klavi (US\$ 3 milhões) e Klubi (R\$10 milhões).

A Telefônica Brasil tem o compromisso de seguir altos padrões de privacidade e segurança. Informações sobre tratamento de dados, exercício de direitos e detalhes sobre a gestão estão disponíveis em seu Centro de Privacidade. Além disso, a estratégia de segurança digital é monitorada por meio de uma estrutura de gestão dedicada com Chief Security Officer (CSO) e Chief Information Security Officer (CISO), um Comitê Executivo de Riscos, e a revisão periódica por um membro independente do Conselho de Administração.

A empresa segue importantes padrões e certificações: ISO 26000 (Responsabilidade Social); ISO 27001 (Seg. da Informação) para o processo GVUL (gestão de vulnerabilidades) e MDR (*Managed Detection and Response*) do programa de segurança digital (Vivo Segura); DSC 10000 (Compliance); ISO 14001 (Ambiental); ISO 45001 (Saúde e Segurança Ocupacional) e ISO 50001 (Energia). Além disso, aderiu à Ambição 2030 do Pacto Global da ONU Brasil.

A Telefônica Brasil está posicionada nas principais avaliações ASG, como: (1) Entre as 10 empresas mais sustentáveis do setor no ranking ESG Global da S&P (nona posição); (2) Presente na 'A List' do CDP Climate Change; (3) Top 5 do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE B3 (segunda posição); (4) Entre as 10 Melhores Empresas para Trabalhar pelo GPTW Brasil 2022. A empresa integra também índices ESG do S&P, FTSE4Good e MSCI.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CONTEXTO MACROECONÔMICO

O ano de 2022 foi caracterizado pelo crescimento econômico acima do esperado e pelas incertezas em torno da política fiscal a ser adotada para os próximos anos, em um contexto de eleições presidenciais.

A flexibilização das medidas restritivas beneficiou o setor de serviços, que por sua vez impulsionou o mercado de trabalho, com a taxa de desemprego atingindo seu menor nível desde 2015. O aumento das transferências de renda também favoreceu a expansão do consumo no período. Diante disso, o PIB brasileiro cresceu em torno de 3,0% em 2022, de acordo com as expectativas de mercado, após alta de 5,0% em 2021 e contração de 3,3% em 2020.

A normalização das cadeias produtivas pós-pandemia e a redução da alíquota de impostos sobre os preços de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações contribuíram para desaceleração da inflação em 2022, apesar do aquecimento da economia. Assim, os preços ao consumidor, medidos pelo IPCA, passaram de 10,06% para 5,79% entre 2021 e 2022. Nesse ambiente de inflação ainda superior à meta estabelecida pelo Banco Central, o Copom elevou a taxa Selic, para 13,75% ao final de 2022, ante 9,25% ao final de 2021.

Do lado fiscal, o déficit do setor público caiu novamente em 2022, refletindo principalmente o avanço da receita pública em meio ao forte crescimento econômico. Como resultado, o superávit foi de 1,8% do PIB em 2022 (ante superávit de 0,7% em 2021). Com isso, a dívida pública bruta caiu de 80,3% para 74,5% do PIB entre 2021 e 2022. O prêmio de risco brasileiro oscilou de 326 pontos base ao final de 2021 para 256 pontos base ao final de 2022. A taxa de câmbio do Real brasileiro valorizou 7,12% em relação ao dólar americano, passando de R\$ 5,58 ao final de 2021 para R\$ 5,29 ao final de 2022.

A despeito da redução da dívida pública em 2022, a aprovação de R\$ 168 bilhões (1,5% do PIB) em despesas fora do teto de gastos para 2023 e a necessidade de definição de novo arcabouço fiscal elevaram a volatilidade dos preços de ativos financeiros dado o maior risco de insustentabilidade fiscal. Nesse sentido, a retomada da agenda de reformas estruturais ganha ainda mais importância.

Para 2023, espera-se que a taxa Selic permaneça em patamares elevados ao longo do ano, diante dos maiores riscos fiscais, contribuindo para a convergência gradual da inflação à meta. A política monetária restritiva e o menor crescimento da atividade econômica global sugerem desaceleração do PIB brasileiro, para aproximadamente 0,8%, segundo a pesquisa Focus.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Em 2022, a Receita líquida da Companhia cresceu +9,1% a/a e atingiu R\$ 48.041,2 milhões (R\$ 44.032,6 milhões em 2021), alavancada pelo crescimento da receita móvel, seguida pelos serviços de fibra, como FTTH e IPTV, e Dados Corporativos, TIC e outros.

NEGÓCIO MÓVEL

A **Receita Líquida Móvel** avançou 12,6% em 2022, suportada pelo desempenho da **Receita de Serviço Móvel**, que cresceu 12,1% a/a, e pela Receita de Aparelhos (+17,5% a/a). A performance reflete o incremento expressivo da base de clientes, principalmente em função da incorporação dos clientes da Oi móvel, e os reajustes anuais de preço. A **Receita de Pós-pago**, que representa 80% da receita de serviço móvel, cresceu 11,4% a/a devido aos reajustes anuais de preço e aumento da base de clientes. Em 2022, adicionamos cerca de 9 milhões de acessos pós-pago, provenientes da aquisição da Oi Móvel, da migração de clientes pré-pago para controle e do saldo positivo de portabilidade de outras operadoras.

A **Receita de Pré-pago** aumentou 15,1% na comparação anual em função do aumento de 14,6% da base de clientes, impulsionada pela incorporação de clientes adquiridos da Oi Móvel.

A venda de smartphones compatíveis com 5G e a ampla oferta de acessórios contribuíram para um incremento de 17,5% na **Receita de Aparelhos** em comparação à 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

NEGÓCIO FIXO

A **Receita Líquida Fixa** cresceu 2,1% a/a, impulsionada pela maior representatividade da **Receita Core Fixa**¹ (+11,5% a/a), que corresponde a 74,0% (+6,2 p.p.) da receita líquida fixa. A contribuição desse negócio para o crescimento de receita total da Companhia é uma mudança estrutural de nosso mix de receitas, resultado da decisão estratégica de focar os investimentos em tecnologias mais avançadas, como fibra e serviços digitais B2B.

A receita de **FTTx** aumentou 9,8% a/a em 2022, impulsionada pelo desempenho da Receita de **FTTH** (+22,0% a/a). Em 2022, nossa rede de fibra até a casa do cliente chegou a mais 82 novas cidades, adicionando 3,7 milhões de casas passadas e 0,9 milhão de casas conectadas. Essa velocidade na expansão da nossa rede e na conexão de clientes nos permite manter o forte crescimento da receita de fibra.

A **Receita de IPTV**, produto associado à conectividade de fibra, avançou 7,2% a/a, mesmo com uma ligeira redução da base de acessos (-2,0% a/a).

A forte performance da **Receita de Dados Corporativos, TIC e outros**, de 16,1% a/a em 2022, é resultado do portfólio completo de produtos e serviços oferecidos pela Companhia, que inclui, além da conectividade, soluções de cloud, TI, equipamentos e cibersegurança, entre outros, nos permitindo auxiliar empresas de diversos portes a digitalizarem suas operações.

CUSTOS

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortizações, atingiram R\$ 28.759,7 milhões no ano, um aumento de 14,9% quando comparado a 2021 (R\$ 25.025,4 milhões). Esse aumento é reflexo dos maiores custos com serviços digitais e venda de aparelhos e acessórios, com contrapartida no incremento de receitas, além de maiores despesas com remuneração variável e contratação de novos colaboradores, parcialmente compensado pelas constantes iniciativas de digitalização e eficiência, com incentivo do uso dos canais digitais nas vendas de produtos, serviços, recargas, e pagamentos, crescente adoção do *e-billing* e redução de chamadas no call center, além do rígido controle da provisão para devedores duvidosos.

EBITDA

O EBITDA totalizou R\$ 19.281,5 milhões em 2022, um aumento de 1,4% a/a (R\$ 19.007,2 milhões em 2021). A Margem EBITDA alcançou 40,1% em 2022, redução de 3,0 p.p. em relação a 2021 (43,2%).

<i>Em R\$ milhões – Consolidado</i>	2022	2021
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e equivalência patrimonial	6.621,6	6.968,9
Despesas de depreciação e amortização		
Em custos dos serviços prestados	10.309,5	9.688,7
Em despesas de comercialização de serviços	1.521,7	1.506,9
Em despesas gerais e administrativas	828,7	842,7
EBITDA	19.281,5	19.007,2
Margem EBITDA		
a) EBITDA	19.281,5	19.007,2
b) Receita Operacional Líquida	48.041,2	44.032,6
a) / b)	40,1%	43,2%

¹ Total de receitas da Companhia, excluindo voz fixa, xDSL e DTH.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido de 2022 atingiu R\$ 4.057,9 milhões (R\$ 6.229,4 milhões em 2021), redução de 34,9% a/a. A margem líquida da Telefônica Brasil em 2022 foi de 8,4% (14,1% em 2021). O resultado reflete o efeito do reconhecimento de créditos fiscais em 2021, além do incremento da despesa financeira em 2022, em função do maior endividamento e subida da taxa de juros no comparativo anual. Além disso, houve aumento da depreciação e amortização no período, dada a amortização de licenças de espectro adquiridas em novembro de 2021 e dos ativos intangíveis adquiridos da Oi móvel em abril de 2022.

Em R\$ milhões – Consolidado	2022	2021
a) Lucro líquido do exercício	4.057,9	6.229,4
b) Receita Operacional Líquida	48.041,2	44.032,6
a) / b)	8,4%	14,1%

INVESTIMENTOS

Em 2022, a Companhia investiu² R\$ 9.529,9 milhões, valor 9,7% superior ao montante investido em 2021 (R\$ 8.684,7 milhões), o que representa 19,8% da Receita Operacional Líquida do ano.

Em 2022, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, chegando a 82 novas cidades e adicionando 3,7 milhões de casas passadas. No total, já são 23,3 milhões de casas passadas em 409 cidades do Brasil. O objetivo é chegar a 29 milhões de casas passadas até o final de 2024, o que nos permitirá acelerar o volume de clientes conectados e, consequentemente, capturar o retorno dos investimentos.



Cobertura FTTH em 409 cidades, com 23,3 milhões de casas passadas.

Além da expansão da nossa rede de fibra, também investimos na manutenção e expansão da rede móvel 4G, no lançamento do 5G nas capitais brasileiras e na integração dos ativos adquiridos da Oi móvel.

Para 2023, a Companhia projeta que realizará Investimentos, excluindo licenças e leasing (IFRS 16), de até R\$ 9 bilhões no ano.

CONSOLIDADO EM R\$ MILHÕES	2022	2021	Δ% a/a
Rede	7.972	7.102	12,2
Tecnologia, Sistemas de Informação e Outros	1.558	1.582	(1,6)
Investimentos ex-IFRS 16	9.530	8.685	9,7
IFRS 16 Leasing	2.877	3.113	(7,6)
Saldo total IFRS 16	12.407	11.798	5,2

Os investimentos da Companhia em sociedades controladas e coligadas, bem como as modificações ocorridas durante o exercício estão refletidos nas notas explicativas contidas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2022.

RETORNO AO ACIONISTA

A Telefônica Brasil está constantemente reafirmando o seu compromisso com a maximização do retorno ao acionista. Dessa forma, ao longo de 2022 foram deliberados R\$ 5.104 milhões³ em proventos, sendo R\$ 3.029 milhões em dividendos e R\$ 2.075 milhões em juros sobre capital próprio.

² Não inclui valores relativos a licenças e IFRS 16.

³ Considera dividendos e Juros sobre o Capital declarados em 2022.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Dividend yield de 8,9% e dividend payout de 96%

A remuneração total ao acionista em 2022 equivale a um *dividend payout* de 96%⁴, com *dividend yield* de 8,9%, consolidando a Companhia como uma das maiores pagadoras de proventos do Brasil.

2022	Valor Total Bruto (R\$ Milhões)	Valor Total Líquido (R\$ Milhões)	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Líquido por Ação (R\$)
Dividendos	3.029	3.029	1,813124	1,813124
JSCP	2.075	1.764	1,243173	1,056697

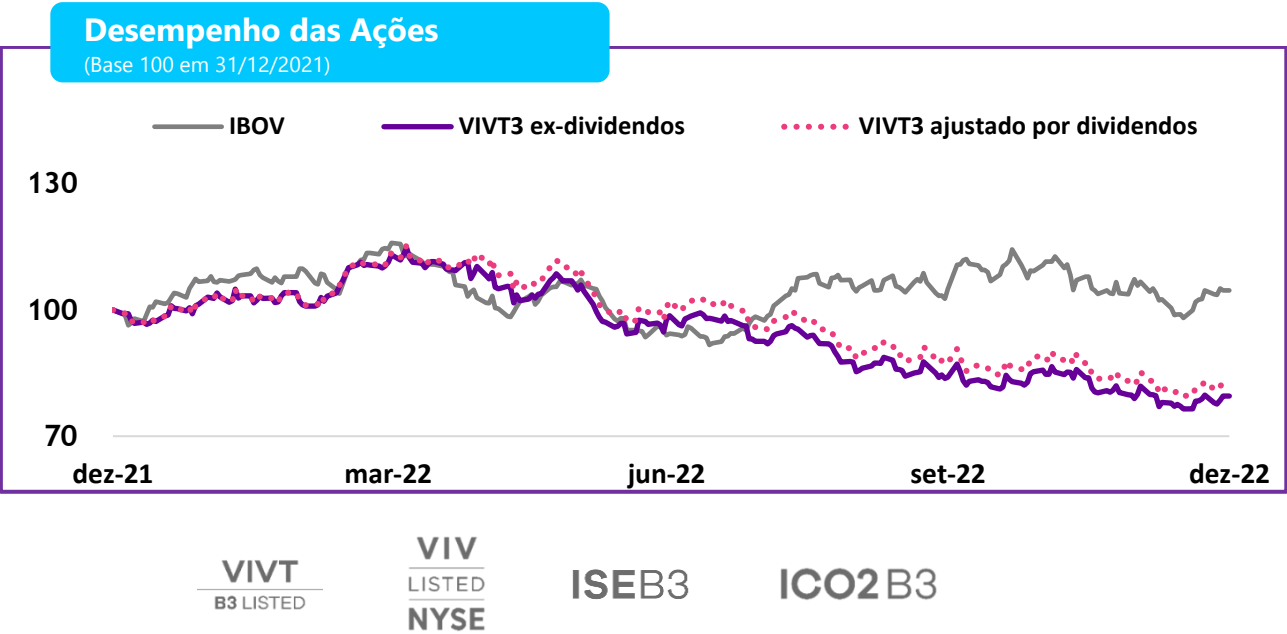
Além do pagamento de JSCP e Dividendos, a Companhia executou seu Programa de Recompra de Ações durante 2022. Assim, foram recompradas 13.381.540 ações no valor de R\$607 milhões.

Considerando o fim do Programa, o Conselho de Administração aprovou proposta de cancelamento das ações detidas em tesouraria⁵, sendo que a alteração do artigo 5º do Estatuto Social que trata do capital social, para refletir tal cancelamento, será deliberada na Assembleia de Acionistas a ser realizada em 13 de abril de 2023. Dado o encerramento do programa, o Conselho de Administração aprovou um novo Programa de Recompra de Ações 2023-2024 com duração de 12 meses, de até R\$500 milhões, reafirmando a intenção de reforçar o retorno ao acionista para esse ano.

Por fim, a Companhia anunciou em 15 de fevereiro de 2023 que fez um pedido de Anuência Prévia à Anatel para realizar uma ou mais reduções de capital em valor máximo total de até R\$ 5 bilhões, ao longo deste e/ou de exercícios sociais futuros, conforme avaliação da administração acerca das condições financeiras da Companhia e cenário macroeconômico. Caso autorizada pela Anatel, e sujeita à apreciação da administração sobre oportunidade e conveniência, bem como à obtenção das devidas aprovações societárias, as reduções de capital poderão ser efetivadas mediante a restituição de recursos aos seus acionistas na proporção de sua participação acionária nas respectivas datas-bases a serem fixadas e sem o cancelamento de suas ações.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da Companhia (VIVT3), encerraram o ano de 2022 cotadas a R\$38,35, uma desvalorização de 20,4% em 12 meses. O IBOV, por sua vez, apresentou valorização de 4,7% no ano.



⁴ Considera os dividendos e juros sobre o capital declarados com base no lucro do exercício de 2022.

⁵ Cancelamento das ações detidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações gerais

A Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), em conjunto com suas controladas (“Consolidado”), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como principais atividades a exploração de serviços de telecomunicações; desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas; exploração de serviços de valor adicionado; exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços relacionados a: (i) *data center*, incluindo hospedagem e *colocation*; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e da comunicação; e (v) sistemas de segurança eletrônica; licenciamento e sublicenciamento de *softwares* de qualquer natureza, entre outros.

A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefónica (“Grupo”), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa e América Latina.

Em 31 de dezembro de 2022, a Telefónica S.A. (“Telefónica”), empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 74,20% (73,58% em 31 de dezembro de 2021), nota 24.a.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e tem suas ações negociadas na B3. É também registrada na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* (“ADSs”) lastreadas apenas em ações ordinárias e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“*New York Stock Exchange*” – “NYSE”).

b) Operações

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM” - comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal (“SMP”); (iv) Serviço de Acesso Condicionado (“SEAC” - TV por assinatura) e (v) Serviço Limitado Privado (“SLP”) em todo o território brasileiro, por meio de concessões e autorizações, além de outras atividades.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações (“LGT”), Lei nº 9.472/1997.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, tendo validade até 31 de dezembro de 2025, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 23).

Antes da publicação da Lei nº 13.879/2019, as autorizações de uso de espectro de radiofrequências eram comumente concedidas por 15 anos (em geral) e podiam ser prorrogadas uma única vez, por este mesmo período. Com a revisão normativa viabilizada pela referida Lei, prorrogações sucessivas de outorgas passaram a ser permitidas, mas a aplicabilidade deste instrumento aos termos atualmente vigentes era incerta até a edição do Decreto nº 10.402/2020, que detalhou os requisitos atinentes ao novo regime de prorrogações sucessivas e esclareceu que as autorizações atuais também estão abarcadas pelo referido regime.

O Decreto definiu, ainda, as condições a serem consideradas pela ANATEL no âmbito das solicitações de prorrogação, tais como a garantia do uso eficiente de espectro, os aspectos concorrenciais, o atendimento ao interesse público e o cumprimento das obrigações já assumidas com a ANATEL.

Notas Explicativas

Atualmente, a cada biênio, após a primeira prorrogação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita auferida através da prestação do SMP no ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 23), sendo que, para determinados termos, no 15º ano a Companhia deverá pagar somente o equivalente a 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos. Em julho de 2018, a ANATEL publicou a Resolução nº 695 com um novo regulamento de preço público do espectro. Esta Resolução fixou novos critérios para os custos de prorrogação das licenças. A fórmula considera fatores como tempo de autorização, receita auferida na região e quantidade de espectro usado pela prestadora. Parte do pagamento pode ser convertida em compromissos de investimento.

Maiores detalhes das licenças/autorizações da Companhia estão apresentados na nota 14.

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

b) Bases de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses (ciclo operacional normal). Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme IAS 7/ CPC 03 (R2) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada conforme o pronunciamento técnico CPC 09 e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2023.

c) Moeda de apresentação, funcional e conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).

Notas Explicativas

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios (exceto da conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.

d) Eventos societários em 2021 e 2022

d.1) Operação FiBrasil

Em 2 de julho de 2021, a Companhia, após a aprovação por seu Conselho de Administração em 2 de março de 2021 e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes, consumou os acordos com a Caisse de dépôt et placement du Québec ("CDPQ"), um grupo global de investimentos, e com a Telefónica Infra, S.L.U. ("TEF Infra"), uma sociedade sediada na Espanha, 100% controlada pela Telefónica S.A., tendo portanto o mesmo acionista controlador da Companhia, para a construção, desenvolvimento e exploração de rede de fibra ótica neutra e independente de atacado no mercado brasileiro por meio da FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. ("FiBrasil") (a "Operação").

Em decisão publicada no DOU em 6 de abril de 2021, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou sem restrições o contrato de *joint venture* entre Companhia, TEF Infra e CDPQ, via FiBrasil. Em 23 de abril de 2021, após o prazo cabível para interposição de recurso ou avocação, o CADE certificou o trânsito em julgado com a aprovação sem restrições da decisão da Superintendência-Geral do CADE de 6 de abril de 2021. Na análise do ato de concentração, a Superintendência-Geral do CADE não identificou preocupações concorrenciais nos mercados avaliados. Além disso, ficou demonstrado que a operação poderá ter efeitos pró-competitivos, na medida em que representa a desverticalização, em parte, entre a Companhia e a FiBrasil, com relação à operação de redes de fibra como infraestrutura para telecomunicações e serviços do atacado para outras operadoras de serviços de telecomunicações.

Como a TEF Infra faz parte do Grupo Telefónica (Espanha), esta Operação estava sujeita à aprovação da autoridade de defesa da concorrência da União Europeia, ocorrida em 22 de abril de 2021.

Em 7 de junho de 2021, a ANATEL concedeu a anuência prévia à implementação da Operação, de modo que, em 23 de setembro de 2021, foi proferido despacho ordinatório determinando o arquivamento do processo de anuência prévia, uma vez que sua finalidade foi exaurida, conforme previsto no regimento interno da ANATEL.

A Companhia, como cliente âncora da FiBrasil, segue na sua estratégia de crescimento no mercado de fibra, potencializando o *cross selling* de serviços a seus clientes, maximizando o retorno sobre o capital investido e consolidando-se como operador líder convergente no país.

A IFRS 10 e CPC 36 (R3) contêm orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas quando ocorre perda de controle. Neste caso, a regra estabelece que a participação retida deve ser avaliada pelo seu valor justo (com base no preço da alienação realizada) e eventual diferença deve ser registrada no resultado (além da baixa da parcela alienada). O Grupo adotou a aplicação das referidas normas para os registros da Operação em suas controladas (Companhia e TEF Infra).

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis na Companhia decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de julho de 2021:

Notas Explicativas

Efeitos nos investimentos da Companhia	
Eventos	R\$ mil
Aporte de capital em bens na FiBrasil pela Companhia (1)	229.961
Resultado da FiBrasil em 02/07/21 (2)	(1.789)
Investimento na FiBrasil em 02/07/21, antes das alienações	228.172
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TEF Infra e CDPQ (3)	(134.144)
Investimento na FiBrasil em 02/07/21, após as alienações	94.028
Remensuração da variação da participação acionária (4)	80.400
Investimento na FiBrasil em 02/07/21 (closing)	174.428
Valor justo da remensuração da participação acionária da Companhia na FiBrasil (5)	41.095
Investimento na FiBrasil em 02/07/21 (após closing)	215.523

- (1) Aporte de capital realizado pela Companhia com bens do ativo imobilizado e intangível, com a emissão de 1.199.900 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (notas 13 e 14).
- (2) Equivalência patrimonial sobre o resultado negativo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social.
- (3) Baixa dos custos contábeis dos investimentos detidos pela Companhia na FiBrasil, sendo: (i) R\$95.817 referente à alienação de 499.999 ações para a TEF Infra; e (ii) R\$38.327 referente à alienação de 200.000 ações para o CDPQ.
- (4) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente da renúncia do direito de subscrição de ações pela Companhia, ocorrida na Operação. O cálculo desta variação foi realizado através da comparação da participação acionária atual sobre o patrimônio líquido da FiBrasil com o saldo contábil anterior do investimento. Este montante é isento de tributos.
- (5) Refere-se à remensuração da parte retida no investimento ao seu valor justo, decorrente da perda de controle.

Efeitos no resultado da Companhia	
Eventos	R\$ mil
Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a TEF Infra e CDPQ (1)	659.440
Baixa pela alienação de investimento da Companhia para a TEF Infra e CDPQ (2)	(134.144)
Baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia (3)	(135.106)
Valor justo dos bônus de subscrição futuros pelo CDPQ (4)	58.138
Gastos relacionados diretamente à Operação (5)	(31.751)
Resultado operacional	416.577
Resultado da FiBrasil em 02/07/21	(1.789)
Remensuração da participação acionária da Companhia na FiBrasil (6)	80.400
Valor justo da remensuração da participação acionária da Companhia na FiBrasil (7)	41.095
Resultado antes dos tributos	536.283
Imposto de renda e contribuição social correntes (8)	(55.277)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (9)	(97.155)
Resultado líquido da Operação	383.851

- (1) Refere-se às alienações de participação acionária da Companhia na FiBrasil, sendo: (i) 499.999 ações para a TEF Infra, a ser recebida em 4 parcelas, sendo a 1ª à vista e outras 3 parcelas anuais a vencer no mês de julho, até 2024; e (ii) 200.000 ações para o CDPQ, recebida à vista.
- (2) Refere-se às baixas dos custos contábeis dos investimentos detidos pela Companhia na FiBrasil, referente à alienação de 499.999 ações para a TEF Infra e 200.000 ações para o CDPQ.
- (3) Refere-se à baixa proporcional do ágio existente, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e aplicados sobre o ágio existente.

Notas Explicativas

- (4) Refere-se ao valor justo da parcela da Companhia dos bônus de subscrições futuras, a serem realizadas pelo CDPQ na FiBrasil, à medida do atingimento de condições contratuais. Mensalmente, este valor é atualizado monetariamente.
- (5) Refere-se aos gastos com consultorias, laudos, honorários relacionados diretamente à Operação.
- (6) Refere-se à remensuração da variação da participação acionária, decorrente da renúncia do direito de subscrição de ações pela Companhia, ocorrida na Operação. O cálculo desta variação foi realizado através da comparação da participação acionária atual sobre o patrimônio líquido da FiBrasil com o saldo contábil anterior do investimento. Este montante é isento de tributos.
- (7) Refere-se à remensuração da parte retida no investimento ao seu valor justo, decorrente da perda de controle.
- (8) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social correntes apurados sobre o resultado líquido das alienações (valores das receitas, deduzidos dos custos das baixas dos investimentos, considerando a parcela dos recebimentos à vista).
- (9) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre o resultado líquido das alienações (valores das receitas, deduzidos dos custos das baixas dos investimentos, considerando a parcela dos recebimentos a prazo), da baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos e do valor justo dos bônus de subscrição futuros pelo CDPQ.

O fechamento da Operação resultou em um impacto operacional positivo para a Companhia de R\$416.577 (nota 27) e um resultado positivo antes do imposto de renda e contribuição social de R\$536.283.

Com a conclusão da Operação em 2 de julho de 2021, o controle acionário da FiBrasil passou a ser de controle conjunto entre o Grupo CDPQ com 50% e a Telefônica 50% (25% para a Companhia e 25% para a TEF Infra).

d.2) Alienação de participação acionária na Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil ("CloudCo Brasil")

Em 2 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual a Companhia alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão de sua controlada Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("CloudCo Brasil"), para a Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech, S.L. ("TC&CT"), controlada indireta da Telefônica S.A. ("Operação") e uma empresa sediada na Espanha.

A Operação permite que a Companhia, em parceria com a TC&CT, desenvolva uma empresa brasileira dedicada em serviços e soluções de *cloud computing* para B2B, a CloudCo Brasil, visando alavancar posicionamento em serviços e soluções e capturar oportunidades de crescimento dos negócios.

Esta Operação não estava sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas por órgãos da Companhia e não alterou a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

A Companhia adotou a aplicação da IFRS 10 / CPC 36 (R3) para os registros da Operação, que contém orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis na Companhia decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de agosto de 2021:

Efeitos nos investimentos da Companhia	
Eventos	R\$ mil
Aporte de capital em recursos pela Companhia (1)	28.000
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TC&CT (2)	(5.683)
Resultado da CloudCo Brasil em 02/08/21	(5.523)
Remensuração da variação da participação acionária (3)	30.900
Investimento na CloudCo Brasil em 02/08/21, após o closing	47.694

- (1) Aporte de capital realizado pela Companhia com recursos, com a emissão de 319.900 novas ações ordinárias.
- (2) Baixa do custo contábil do investimento detido pela Companhia na CloudCo Brasil, apropriado em contrapartida a "Outras Reservas de Capital" (nota 24.b).
- (3) Remensuração da variação da participação acionária decorrente dos aportes de capital realizados pela TC&CT na CloudCo Brasil, apropriado em contrapartida a "Outras Reservas de Capital" (nota 24.b).

Notas Explicativas

Efeitos no Patrimônio Líquido da Companhia	
Eventos	R\$ mil
Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a TC&CT (1)	19.260
Custo da baixa pela alienação de participação acionária para a TC&CT (2)	(5.683)
Imposto de renda e contribuição social correntes sobre ganho de capital pela alienação de participação acionária para a TC&CT	(4.616)
Remensuração da variação da participação acionária (3)	30.900
Baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia (4)	(12.871)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia	4.377
Efeito total no patrimônio líquido da Companhia, após o closing (nota 24.b)	31.367

- (1) Refere-se à alienação de participação acionária da Companhia na CloudCo Brasil, referente a 64.949 ações ordinárias, recebida à vista na data do *closing*.
- (2) Refere-se à baixa do custo contábil do investimento detidos pela Companhia na CloudCo Brasil.
- (3) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente dos aportes de capital realizados pela TC&CT na CloudCo Brasil.
- (4) Refere-se à baixa proporcional do ágio existente, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e aplicados sobre o ágio existente (nota 14).

Com a conclusão da Operação, a partir de 2 de agosto de 2021, a CloudCo Brasil passou a ser controlada pela Companhia com 50,01% de seu capital social (49,99% pela TC&CT). Desta forma, a relação entre a Companhia e a TC&CT no âmbito da CloudCo Brasil será regulada por um Acordo de Acionistas também celebrado nesta mesma data.

d.3) Alienação de participação acionária na Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil")

Em 1º de novembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual a Companhia alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão de sua controlada Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil") para a Telefônica IoT & Big Data Tech, S.A. ("TI&BDT"), controlada indireta da Telefônica S.A. ("Operação") e uma empresa sediada na Espanha.

A Operação permite que a Companhia, em parceria com a TI&BDT, desenvolva uma empresa brasileira dedicada a serviços e soluções de *IoT* e *Big Data* para B2B, visando alavancar seu posicionamento com soluções e plataformas globais e capturar oportunidades de crescimento desses negócios.

A Operação não estava sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas de órgãos internos da Companhia e não alterou a estrutura acionária da Companhia nem causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

A Companhia adotou a aplicação da IFRS 10 / CPC 36 (R3) para os registros da Operação, que contém orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação em controladas.

A seguir, apresentamos os efeitos contábeis na Companhia decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 1º de novembro de 2021:

Notas Explicativas

Efeitos nos investimentos da Companhia

Eventos	R\$ mil
Remensuração da variação da participação acionária (1)	41.352
Investimento na IoTCo Brasil em 01/11/21, após o closing	41.352

- (1) Remensuração da variação da participação acionária decorrente dos aportes de capital realizados pela TI&BDT na IoTCo Brasil, apropriado em contrapartida a "Outras Reservas de Capital" (nota 24.b).

Efeitos no Patrimônio Líquido da Companhia

Eventos	R\$ mil
Valor justo da contraprestação pela alienação de investimento da Companhia para a TI&BDT (1)	19
Imposto de renda e contribuição social correntes sobre ganho de capital pela alienação de participação acionária para a TI&BDT	(6)
Remensuração da variação da participação acionária (2)	41.352
Baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia (3)	(10.184)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia	3.463
Efeito total no patrimônio líquido da Companhia, após o closing	34.644

- (1) Refere-se à alienação da participação acionária da Companhia na IoTCo Brasil, referente a 100 ações, recebida à vista na data do closing.
- (2) Remensuração da variação da participação acionária, decorrente dos aportes de capital realizados pela TI&BDT na IoTCo Brasil.
- (3) Refere-se à baixa proporcional do ágio existente, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e aplicados sobre o ágio existente (nota 14).

Com a conclusão da Operação, a partir de 1º de novembro de 2021, a IoTCo Brasil passou a ser controlada pela Companhia com 50,01% de seu capital social (49,99% pela TI&BDT). Desta forma, a relação entre a Companhia e a TI&BDT no âmbito da IoTCo Brasil será regulada por um Acordo de Acionistas também celebrado nesta mesma data.

d.4) Constituição de Joint-Venture de Educação Digital

Em 8 de abril de 2022 a Companhia e a Ânima Holding S.A. ("Ânima Educação") formalizaram a criação da VivaE Educação Digital S.A., *joint-venture* na área de educação digital. Nesta mesma data, após o cumprimento de determinadas condições precedentes (incluindo a aprovação da operação, com trânsito em julgado, pelo CADE), foram celebrados documentos societários e acordos comerciais para início da operação da *joint-venture*, que oferecerá cursos livres de capacitação com foco em educação continuada e empregabilidade em áreas como, por exemplo, Tecnologia, Gestão, Negócios e Turismo, ofertando aos seus clientes trilhas personalizadas, com conteúdo atual e aderente à demanda do mercado de trabalho contemporâneo, tudo por meio de uma plataforma digital de educação. Ao associar o *know-how* da Ânima Educação em fornecer cursos na modalidade digital à capacidade de distribuição em escala da Companhia, a *joint-venture* tem o objetivo de alavancar o mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento e melhoria da condição de vida dos seus estudantes.

A *joint-venture* foi constituída em 8 de abril de 2022, com a participação societária de 50% pela Companhia e 50% pela Ânima Educação. Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia e a Ânima Educação realizaram aportes de R\$10.000 cada.

Notas Explicativas

d.5) Constituição do Fundo Vivo Ventures

Em 11 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição de um fundo de *Corporate Venture Capital*, em conjunto com a *Telefônica Open Innovation, S.L.* (Unipersonal) ("*Telefônica Open Innovation*"), denominado Vivo Ventures ("VV"), que tem por objetivo investir em *startups* focadas em soluções inovadoras e que possam acelerar o crescimento do ecossistema B2C da Companhia. O VV prevê um aporte estimado de R\$320 milhões, que serão investidos ao longo de seus 5 primeiros anos, em *startups* nas áreas de saúde, finanças, educação, entretenimento, casa inteligente, *marketplace*, dentre outros. A Companhia é titular de 98% do capital subscrito do VV e a *Telefônica Open Innovation* de 2%. Por meio do VV, a Companhia pretende fomentar a expansão de seu ecossistema digital mediante a criação de parcerias significativas com *startups*, contribuindo para complementar a proposta de valor oferecida a seus clientes através de serviços e produtos inovadores, com foco no propósito de digitalizar para aproximar, alavancando-se em sua extensiva cadeia de distribuição e no potencial da marca Vivo.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia e a *Telefônica Open Innovation* realizaram aportes de R\$21.068 no VV, sendo R\$20.647 pela Companhia e R\$421 pela *Telefônica Open Innovation*.

Em 26 de agosto de 2022, a VV, celebrou um *Convertible Note Agreement*, contrato de investimento de US\$3 milhões com a *Credit Vista Technologies Limited*, sociedade *holding* da Credit Vista Tecnologia para Finanças Pessoais EIRELI ("Klavi"). O investimento ocorreu por meio da aquisição de notas promissórias conversíveis em participação acionária. A Klavi é uma *fintech* que oferece soluções de *open finance* através de uma plataforma SaaS (*software as a service*), utilizando inteligência de dados que permite aos clientes o desenvolvimento de produtos e serviços financeiros com mais rapidez e precisão.

d.6) Aquisição de parte da UPI Ativos Móveis da Oi (Combinação de Negócios)

A Companhia, na forma e para os fins da Resolução CVM nº 44/2021, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 20 de abril de 2022, a Companhia, como uma das compradoras, e a Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (sucessora por incorporação da Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial) ("Oi") como vendedora, efetivou a aquisição objeto do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado em 28 de janeiro de 2021, conforme aditado ("Contrato"), por meio do qual a Companhia adquiriu a totalidade das ações de emissão da sociedade denominada Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Garliava"), para a qual foi contribuída a parcela da UPI Ativos Móveis atribuída à Companhia no âmbito do Plano de Segregação e Divisão anexo ao Contrato ("UPI Ativos Móveis - Telefônica").

Esta aquisição estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo a ANATEL e o CADE. Em 31 de janeiro de 2022, a ANATEL concedeu anuência prévia mediante imposição de condicionantes ("Ato de Anuência") para as operações contempladas no Contrato. Em 9 de fevereiro de 2022, o CADE aprovou, de forma condicionada à implementação de Acordo em Controle de Concentrações ("ACC" e "Aprovação CADE", respectivamente), o ato de concentração nº 08700.000726/2021-08 submetido à sua apreciação em razão da celebração do Contrato.

Em 20 de abril de 2022, a Companhia efetuou um pagamento de R\$4.884.588, tendo retido o montante de R\$488.458, equivalente a 10% deste pagamento, sujeito a atualização por 100% do CDI desde a data da aquisição, para fins de garantir eventuais compensações de valores decorrentes de ajuste de preço pós-fechamento e de indenização decorrente de atos remanescentes a serem praticados após o fechamento nos termos do Contrato.

Ao preço de aquisição, foram acrescidos os seguintes valores devidos à Oi: (i) R\$110.205, condicionado ao atingimento de determinadas metas de migração de bases de clientes e frequências (dentre outros), com previsão de pagamento nos próximos 12 meses. Este montante, conforme previsto no Contrato, está sujeito a atualização por 100% do CDI desde a data da aquisição até a data de pagamento; e (ii) R\$8.333, referente aos custos rescisórios incorridos pela Oi com o desligamento de determinados empregados da Oi relativos à UPI Ativos Móveis.

Desta forma, o montante total da contraprestação transferida pela aquisição da parcela da UPI Ativos Móveis, ainda sujeito a ajustes, conforme condições definidas em Contrato, é composto da seguinte forma:

Notas Explicativas

Contraprestação em dinheiro pela aquisição	4.884.588
Retenção de 10% sobre o valor pago pela aquisição (nota 21)	488.458
Preço de aquisição, conforme o contrato	5.373.046
Contraprestação contingente (nota 21)	110.205
Custos rescisórios (nota 21)	8.333
Contraprestação total transferida	5.491.584

Além disso, a Companhia assinou outros compromissos de pagamentos complementares para a Oi, conforme segue:

- R\$147.551, pagos integralmente em 20 de abril de 2022 pela Garliava à Oi, referente aos serviços de transição a serem prestados por até 12 meses, necessários à continuidade da operação do negócio de telefonia móvel conferido à Garliava, já refletida a retirada, do escopo do contrato, de custos relacionados a determinados serviços de transição.
- R\$179.000, referente ao valor presente líquido do contrato de capacidade de transmissão de dados na modalidade *take-or-pay*, a ser pago mensalmente, durante o período de 10 anos.

No contexto desta aquisição, coube à Companhia o conjunto de ativos que compõe parcela da UPI Ativos Móveis, composto de: (i) Clientes: aproximadamente 12,5 milhões (correspondendo a aproximadamente 30% da base total de clientes da UPI Ativos Móveis) - de acordo com a base de acessos da ANATEL de fevereiro de 2022; (ii) Espectros (licenças): 43MHz como média nacional ponderada pela população (46% das radiofrequências da UPI Ativos Móveis); e (iii) Infraestrutura: contratos de uso de 2,7 mil sites de acesso móvel (correspondendo a 19% do total de sites da UPI Ativos Móveis).

Esta transação traz benefícios ao setor de telecomunicações do Brasil, ampliando a capacidade de realização de investimentos e criação de inovações tecnológicas de maneira sustentável e racional, contribuindo para a digitalização do país através da construção e expansão de redes em tecnologias de ponta, como 5G e fibra, o que se traduz em serviços com melhor cobertura e qualidade aos usuários.

Além disso, a transação tem o potencial de gerar sinergias para a Companhia, por meio da otimização de custos operacionais e alocação eficiente de investimentos em função da integração dos ativos incorporados. Com a conclusão da aquisição, a partir de 20 de abril de 2022, a Companhia passou a ser a controladora direta da Garliava. A Garliava tem sede no Brasil e atua na prestação de serviços de telecomunicações, especialmente, SMP e SCM; na prestação de serviços de manutenção e instalação de infraestrutura e rede e locação de meios físicos, inclusive para colocação de equipamentos; no comércio varejista e atacadista especializado de bens e/ou serviços, próprios e de terceiros, de equipamentos de telecomunicações, comunicação, informática e outros, por qualquer meio, inclusive mediante a exploração de quaisquer canais de vendas físicos e/ou remotos, tais como lojas próprias e de terceiros, porta a porta, telefone (*telemarketing*) e *internet*, entre outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Companhia já havia concluído o laudo para alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation – PPA*), mediante a análise da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da Garliava.

As premissas, julgamentos críticos, métodos e hipóteses utilizados pela Companhia para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Notas Explicativas

Licenças

O valor justo das licenças foi determinado através do método do fluxo de caixa descontado da Abordagem da Renda, que considera a capacidade de formação de renda do ativo identificado ou negócio. A premissa desta abordagem é que o valor de um ativo ou negócio pode ser medido pelo valor presente do benefício econômico líquido (recebimentos de caixa menos despesas de caixa) a ser recebido ao longo de sua vida útil. O valor justo alocado às licenças na data de aquisição foi de R\$2.518.836, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo médio de 10,08 anos, variando de 5 anos até 15 anos.

As principais premissas utilizadas na avaliação das licenças foram: (i) Receitas: tem como base o número de clientes existentes ativos migrados da Oi para a Garliava, bem como a receita média por usuário ("ARPU"), tendo sido considerada uma estimativa de perda de clientes anual de 9% ao ano, em média; (ii) Custos e Despesas: foram projetados de acordo com dados históricos obtidos pela Companhia e as expectativas de normalização da margem operacional no longo prazo. As projeções tiveram como base os percentuais fixos e variáveis das despesas, ajustando a parcela fixa de acordo com a inflação e a variável de acordo com a receita; (iii) Margem Ebitda: variam entre 35,3% em 2022 e 54,5% em 2030. Os ganhos de margem observados se devem a ganhos de escala da operação, melhorias de eficiência, de sinergias operacionais a serem realizadas pela junção das operações da Garliava dentro da Companhia; (iv) Depreciação: representa em média 9,2% da receita operacional líquida; Alíquota de imposto: 34%, conforme a legislação tributária brasileira; e (v) Taxa de desconto após impostos: 12,4%.

Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM ("*Multi-period Excess Earnings Method*"), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada.

O objetivo dessa análise de vida é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de subsistência dos clientes, foram consideradas as denominadas "curvas de *Iowa*". O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$96.195, o qual será amortizado linearmente, conforme a vida útil de cada tipologia de cliente, pelo prazo médio de 6,60 anos, variando de 5 anos até 8 anos.

As principais premissas utilizadas na avaliação da carteira de clientes foram: (i) Clientes: foram avaliados 5 relacionamentos com clientes, sendo eles: B2C pré-pago, B2C pós-pago, B2C Controle, B2B pós-pago e B2B M2M; (ii) Receita: tem como base o número de clientes existentes por tipo, migrados da Oi para a Garliava, bem como o ARPU cobrado pela prestação do serviço. Na projeção da receita foi considerada uma estimativa de perda de clientes anual, e estabilidade no ARPU; (iii) Taxa de churn: foi calculado com base no percentual histórico da saída de clientes, variando de 26,8% a 50,2%; (iv) Custos e despesas: foram projetados de acordo com dados históricos obtidos pela Companhia e as expectativas de normalização da margem operacional no longo prazo e sinergias operacionais a serem realizadas pela junção das operações da Garliava dentro da Companhia. As projeções tiveram como base os percentuais fixos e variáveis das despesas, ajustando a parcela fixa de acordo com a inflação e a variável de acordo com a receita, tendo sido considerado um *add-back* de 97% das despesas de *marketing*, para refletir a exclusão de despesas relacionadas à obtenção de novos clientes, baseados em padrões de mercado; (v) Alíquota de imposto: 34%, conforme a legislação tributária brasileira; e (vi) taxa de desconto após impostos: 12,4%.

Passivo Contingente

De acordo com o IFRS 3(R) / CPC 15 (R1) Combinação de Negócios, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores, foi reconhecido nesta aquisição, passivos contingentes a valor justo de R\$453.697, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição.

Apresentamos a seguir, a composição do valor justo dos ativos líquidos adquiridos no montante de R\$2.092.605, bem como o ágio gerado na data da aquisição:

Notas Explicativas

Ativo circulante	542.289	Passivo circulante	1.157.474
Caixa e equivalentes de caixa	64.056	Fornecedores	120.626
Contas a receber	371.328	Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.494
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9.988	Impostos, taxas e contribuições	201.635
Despesas antecipadas	96.917	Arrendamentos	107.590
		Provisões	655.827
Ativo não circulante	3.647.190	Receitas diferidas	35.347
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.798	Outras obrigações	34.955
Imposto de renda e contribuição social diferidos (4)	218.670		
Despesas antecipadas	43.795	Passivo não circulante	935.131
Imobilizado (1)	674.166	Arrendamentos	481.434
Intangível (2)	2.708.761	Provisões (3)	453.697
Valor justo dos ativos adquiridos	4.189.479	Valor justo dos passivos assumidos	2.092.605
		Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	2.096.874
		Ágio (5)	3.394.710
		Contraprestação total transferida	5.491.584

- (1) Inclui a alocação do valor da menos valia de itens do imobilizado (R\$131.578).
- (2) Inclui a alocação do valor justo atribuído a licenças (R\$2.518.836) e a carteira de clientes (R\$96.195).
- (3) Refere-se à alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente tributário (R\$453.697).
- (4) Inclui a alocação do valor dos tributos diferidos incidentes sobre o passivo contingente (R\$154.257).
- (5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da Garliava com a expectativa de sinergias futuras da combinação dos negócios da adquirida, que poderá vir a ser utilizado para fins fiscais.

Outras Informações**Direito de Recesso**

Em cumprimento ao artigo 256 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada, ("Lei das S.A."), a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia aprovou em 4 de agosto de 2022 a ratificação do Contrato. Em decorrência desta aprovação, os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que não votaram favoravelmente, se abstiveram de votar ou não compareceram à AGE, tiveram o direito de retirar-se da Companhia ("Direito de Recesso"), nota 24.b).

Notificação de Ajuste de Preço Pós-Fechamento

Em 17 de setembro de 2022, a Companhia, em conjunto com a Claro S.A. e a TIM S.A. ("Compradoras"), notificou a Oi, nos termos do Contrato, a respeito (i) da apuração de ajuste de preço pós-fechamento em benefício das Compradoras ("Notificação de Ajuste Pós-Fechamento"); e (ii) de perdas conhecidas até aquele momento (conforme definidas no Contrato) em relação às quais as Compradoras têm direito indenizatório contra a Oi no valor total de R\$353.269, sendo que deste total apurado, R\$63.863 são atribuíveis à Companhia.

A Notificação de Ajuste de Preço Pós-Fechamento apresenta valores e cálculos apurados com apoio de empresa especializada, com base na melhor análise das informações recebidas e entendimento do Contrato, perfazendo o valor máximo de R\$3.186.922 para ajuste de preço em benefício das Compradoras. Do valor do Ajuste de Preço apurado, o montante atribuível à Companhia equivale a até R\$1.075.461, sendo que, deste valor, o montante de R\$488.458 corresponde ao valor retido de 10% sobre o valor pago pela aquisição ("Ajuste de Preço")

Notas Explicativas

Arbitragem

Após a troca de notificações sobre o Ajuste de Preço entre as Compradoras e a Oi, em 3 de outubro de 2022, a Companhia, em conjunto com Claro S.A. e a TIM S.A., instaurou procedimento arbitral ("Arbitragem") contra a Oi, mediante competente pedido de Arbitragem protocolado na Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos do SPA, em razão do manifesto descumprimento pela Oi de determinados termos do Contrato.

Decisão do Juízo do Rio de Janeiro

Em 3 de outubro de 2022, a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do processo de recuperação judicial da Oi, proferiu decisão liminar concedendo pedido formulado pela Oi no sentido de que fosse efetuado pelas Compradoras depósito judicial do valor retido do preço de aquisição da UPI Ativos Móveis atualizado, equivalente a R\$1.527.802, até que a controvérsia decorrente do Ajuste de Preço Pós-Fechamento seja resolvida por arbitragem, sendo o montante de R\$515.565 correspondente à parcela da Companhia.

Atendendo a decisão liminar da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 2022, a Companhia efetuou um depósito judicial de R\$515.565. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 era de R\$522.297.

Outras

Os custos de transação incorridos pela Companhia até o fechamento da transação no dia 20 de abril de 2022, são de aproximadamente R\$49,6 milhões. Estes custos não são considerados componentes da contraprestação transferida, e foram reconhecidos como despesas nos períodos em que os custos foram incorridos.

O valor justo das contas a receber de serviços prestados totaliza R\$371.328, o qual não difere do valor de livros composto por um valor bruto de R\$407.360, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R\$36.032.

Desde a data de aquisição até a conclusão destas demonstrações financeiras consolidadas, a Garliava contribuiu com R\$1.117.232 de receita operacional líquida e R\$4.542 do lucro líquido da Companhia.

Incorporação da Garliava

Em 16 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos e condições da incorporação da Garliava pela Companhia ("Incorporação"), bem como a proposta de convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, para deliberar sobre a referida Incorporação, cujos efeitos estão sujeitos à aprovação prévia da ANATEL (nota 35.b).

d.7) Aquisição de sociedade por controlada indireta (Combinação de Negócios)

Em 3 de outubro de 2022, a Telefônica Infraestrutura e Segurança Ltda. ("TIS"), controlada indireta da Companhia, adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da Vita IT Comércio e Serviços de Soluções em TI Ltda. ("Vita IT") ("Operação"), conforme já aprovado pelo órgão regulador competente.

A Operação poderá atingir o valor de até R\$120.000, condicionado ao atingimento de métricas operacionais e financeiras acordadas entre as partes. O referido preço foi suportado por laudo de avaliação preparado por empresa independente. Os documentos da Operação contêm termos e disposições comuns a esse tipo de transação, tais como declarações e garantias, indenização e outras. A Operação foi precedida de uma diligência financeira, administrativa, legal, fiscal e operacional em relação à Vita IT.

A Operação faz parte da estratégia da Companhia de fortalecer sua atuação e posicionamento no mercado de *networking*, com o fornecimento de equipamentos de rede (exemplo: *switches*, roteadores e *access points* de *wi-fi*) e serviços de implementação, gerenciamento e suporte técnico para a rede corporativa de empresas.

Notas Explicativas

Com a conclusão da Operação em 3 de outubro de 2022, a TIS passou a ser a controladora direta da Vita IT. A Vita IT tem sede no Brasil e atua como integradora de soluções para empresas de diferentes portes, provendo serviços profissionais e gerenciados de *networking*, bem como revenda de *hardware* e *software*. A combinação dos recursos e capacidades da TIS e da Vita IT gerará valor agregado para a carteira de clientes da Companhia, graças à atuação de ambas as empresas sob a mesma gestão nas atividades de tecnologia da informação e *networking*. A Operação possibilitará, ainda, alavancar novos negócios em maior escala e de forma sustentável, além de possibilitar o crescimento de receitas e melhorar a margem do negócio. O plano de integração entre a Vita IT, a TIS e a Companhia foi elaborado para preservar seu valor e dar continuidade aos negócios da Vita IT.

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, a TIS encontra-se em fase de finalização do laudo para alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation – PPA*), mediante a análise da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da Vita IT. Estima-se que esta análise final será concluída assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição.

Apresentamos a seguir, um resumo preliminar da composição do valor justo dos ativos líquidos adquiridos no montante de R\$11.964, bem como o ágio gerado na data da aquisição, sujeitos ainda a ajustes por ocasião da finalização dos trabalhos:

Ativo circulante	30.408	Passivo circulante	27.238
Caixa e equivalentes de caixa	5.334	Pessoal, encargos e benefícios sociais	2.728
Contas a receber	17.063	Fornecedores	19.509
Estoques (1)	4.958	Imposto de renda e contribuição social a recolher	165
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	119	Impostos, taxas e contribuições a recolher	794
Outros ativos	2.934	Outras obrigações	4.042
Ativo não circulante	37.289	Passivo não circulante	28.495
Depósitos judiciais	1.187	Impostos, taxas e contribuições a recolher	295
Imobilizado	1.853	Provisões (4)	28.200
Intangível (2) (3)	34.249		
		Valor justo dos passivos assumidos	55.733
Valor justo dos ativos adquiridos	67.697		
		Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	11.964
		Ágio (5)	98.851
		Contraprestação total transferida	110.815

- (1) Inclui a alocação da mais valia de itens do estoque (R\$1.510), apurada pela média das aquisições históricas, amortizado em 1 mês.
- (2) Inclui a alocação do valor justo atribuído a marca (R\$4.527), calculado com o método de *relief-from-royalty*, será amortizado linearmente pelo prazo de 2 anos.
- (3) Inclui a alocação do valor justo atribuído a carteira de clientes (R\$29.545), avaliado pelo método MEEM (*Multi-period Excess Earnings Method*), será amortizado linearmente pelo prazo de 9,3 anos.
- (4) Refere-se à alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente (R\$28.200), que está sendo atualizado pela SELIC.
- (5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da Vita IT com a expectativa de sinergias futuras da combinação dos negócios da adquirida, que poderá vir a ser utilizado para fins fiscais.

Notas Explicativas

O montante da contraprestação transferida foi de R\$110.815, que serão pagos da seguinte forma: R\$42.000, pagos à vista no momento da conclusão da Operação e R\$68.815 serão pagos conforme cláusulas contratuais, atualizados pelo IPCA.

e) Bases de consolidação

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia detinha participações societárias diretas em controladas e de controle conjunto, conforme segue:

Investidas	Investimento	Participação		País (Sede)	Atividade principal
		31.12.22	31.12.21		
Terra Networks Brasil Ltda ("Terra Networks")	Controlada	100,00%	100,00%	Brasil	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TGLog")	Controlada	100,00%	100,00%	Brasil	Transportes e logística
POP Internet Ltda ("POP")	Controlada	100,00%	100,00%	Brasil	Informática, internet e quaisquer outras redes (acesso, produção, distribuição e exibição de conteúdo)
Vivo Money Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Vivo Money")	Controlada	100,00%	100,00%	Brasil	Fundo de investimento em direitos creditórios
Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("Garliava")	Controlada	100,00%	-	Brasil	Telecomunicações
Vivo Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Vivo Ventures")	Controlada	98,00%	-	Brasil	Fundos de investimentos
Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("CloudCo Brasil")	Controlada	50,01%	50,01%	Brasil	Consultoria em tecnologia da informação
Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil")	Controlada	50,01%	50,01%	Brasil	Consultoria em tecnologia da informação
Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança")	Controle conjunto	50,00%	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controle conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Exploração de redes subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controle conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Exploração de redes subterrâneas de telecomunicações
VivaE Educação Digital S.A. ("VIVAE")	Controle conjunto	50,00%	-	Brasil	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica S.A. ("FiBrasil")	Controle conjunto	25,01%	25,01%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações sobre as investidas estão apresentadas na nota 12.

f) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover a seus clientes serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

Notas Explicativas

g) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem.

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- IAS 16 – Ativo imobilizado: A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.
- IFRS 3 – Combinação de Negócios – Alterações nas referências à Estrutura Conceitual: As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3/CPC 15 para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.
- IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a entidade não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.
- IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros: A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

A adoção dessas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2022).

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CPC

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, caso aplicável, quando entrarem em vigor.

Notas Explicativas

- **Alteração da norma IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Em maio de 2021, o IASB divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2023.
- **Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações no IAS 1 (norma correlata ao CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
- **Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.
- **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2: Making Materiality Judgements fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia estima que a adoção dessas normas e alterações não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2023).

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

h) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Notas Explicativas

As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentados nas seguintes notas explicativas: contas a receber (nota 5); imposto de renda e contribuição social (nota 8); imobilizado (nota 13); intangível (nota 14); provisões e contingências (nota 20); receita operacional líquida (nota 25); planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 31); e instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos (nota 32).

3) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Política contábil

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e contas bancárias (1)	52.145	98.937	53.449	103.541
Aplicações financeiras (2)	1.306.916	6.088.423	2.220.385	6.344.942
Total	1.359.061	6.187.360	2.273.834	6.448.483

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos da controladora e consolidado incluíam os montantes de R\$10.576 e R\$66.682, respectivamente, referente a *Financial Clearing House*, com uma empresa do Grupo Telefônica (nota 29).

(2) As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa do CDI com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração média destas aplicações financeiras correspondia a 106,17% do CDI (100,17% em 31 de dezembro de 2021).

4) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Política contábil

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, sujeitos a um significativo risco de mudança de valor, não enquadrados como caixa e equivalentes de caixa.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Fundo de investimentos - FDIC (1)	1.016	30.109	1.016	30.109
Garantia a processos judiciais (2)	43.295	37.044	43.522	37.238
Total	44.311	67.153	44.538	67.347
Circulante	1.016	30.109	1.016	30.109
Não circulante	43.295	37.044	43.522	37.238

(1) Referem-se a valores de aplicações financeiras em cotas seniores do FOR-TE Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

(2) Referem-se a valores de aplicações financeiras em garantias a processos judiciais (nota 20).

Notas Explicativas**5) CONTAS A RECEBER****a) Política contábil**

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado e estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados ou das mercadorias vendidas de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, publicidade e locação de equipamentos de informática (produto "Vivo TECH") e direitos creditórios do FIDC Vivo Money.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia e suas controladas acreditem que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

c) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Serviços e mercadorias (1)	10.176.667	9.884.807	10.435.637	9.951.918
Valores de interconexão (2)	701.339	697.462	824.960	698.361
FIDC Vivo Money	-	-	158.259	25.071
Partes relacionadas (nota 29)	196.332	94.133	67.669	67.137
Contas a receber, bruto	11.074.338	10.676.402	11.486.525	10.742.487
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(2.281.581)	(2.141.423)	(2.396.382)	(2.171.336)
Contas a receber, líquido	8.792.757	8.534.979	9.090.143	8.571.151
Circulante	8.393.728	8.064.097	8.691.114	8.100.269
Não circulante	399.029	470.882	399.029	470.882

(1) Os montantes consolidados incluem R\$2.339.241 e R\$2.304.402 a faturar aos clientes em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Inclui também os montantes dos ativos contratuais (nota 25.a), demonstrados no item d), desta nota.

(2) Refere-se a valores faturados de outras operadoras de telecomunicações.

Os saldos não circulantes das contas a receber incluem:

	Controladora / Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Parcela da revenda de mercadorias B2B - 24 meses	235.368	258.751
Parcela a receber do Grupo Oi	-	29.527
Produto Vivo TECH (1)	443.761	415.653
Valor nominal a receber	679.129	703.931
Receita financeira não realizada	(88.610)	(62.464)
Valor presente a receber	590.519	641.467
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(191.490)	(170.585)
Valor líquido a receber	399.029	470.882

(1) O cronograma de vencimento é de até cinco anos para os montantes relacionados ao produto Vivo TECH.

Notas Explicativas

Não havia cliente que representasse mais de 10% do contas a receber líquido em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A seguir, apresentamos os valores líquidos, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
A vencer (1)	7.319.032	7.011.357	7.575.318	7.133.696
Vencidas – 1 a 30 dias	906.195	856.384	876.229	827.709
Vencidas – 31 a 60 dias	206.904	255.158	189.164	259.641
Vencidas – 61 a 90 dias	129.989	89.594	139.827	88.219
Vencidas – 91 a 120 dias	106.247	112.983	121.984	117.612
Vencidas – mais de 120 dias	124.390	209.503	187.621	144.274
Total	8.792.757	8.534.979	9.090.143	8.571.151

(1) Inclui os montantes dos ativos contratuais (nota 25.a), demonstrados no item d), desta nota.

d) Movimentação dos ativos contratuais

	Controladora / Consolidado		
	Ativo contratual, bruto	Provisão para perdas	Ativo contratual, líquido
Saldos em 31.12.20	203.577	(34.894)	168.683
Ingressos	417.765	-	417.765
Baixas	(442.741)	3.403	(439.338)
Saldos em 31.12.21	178.601	(31.491)	147.110
Ingressos	342.688	-	342.688
Baixas	(390.046)	4.940	(385.106)
Saldos em 31.12.22	131.243	(26.551)	104.692

e) Movimentação das perdas para redução ao valor recuperável

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.20	(2.049.475)	(2.072.578)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 26)	(1.425.772)	(1.436.288)
Baixas	1.333.824	1.337.530
Saldo em 31.12.21	(2.141.423)	(2.171.336)
Ingressos das perdas estimadas, líquidos de reversões (nota 26)	(1.245.217)	(1.315.614)
Baixas	1.105.059	1.126.600
Combinação de negócios - Garliava (nota 2.d)	-	(36.032)
Saldo em 31.12.22	(2.281.581)	(2.396.382)

6) ESTOQUES

a) Política contábil

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem materiais para revenda como aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda.

As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas em um período razoável. Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques, são reconhecidos no resultado e foram incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 26).

Notas Explicativas**b) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Materiais para revenda	765.097	575.059	772.469	583.165
Materiais para consumo	34.712	65.282	36.255	67.278
Outros estoques	45.906	38.153	45.906	38.363
Estoques, bruto	845.715	678.494	854.630	688.806
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(62.674)	(45.980)	(64.906)	(48.981)
Estoques, líquido	783.041	632.514	789.724	639.825

7) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Custos incrementais na obtenção de contrato com clientes	1.386.568	766.730	1.433.893	766.730
Manutenção de <i>software</i> e redes	191.073	145.234	306.438	145.568
Propaganda e publicidade	191.366	215.508	191.366	215.508
Pessoal	76.161	70.173	78.698	71.038
Encargos financeiros	37.585	18.251	37.585	18.251
Aluguéis	35.336	43.465	35.336	43.465
Seguros	12.298	14.708	12.681	14.772
Satélites e <i>links</i>	12.360	148.113	12.360	148.113
Outras despesas antecipadas	18.882	24.867	26.555	25.248
Total	1.961.629	1.447.049	2.134.912	1.448.693
Circulante	983.508	1.004.786	1.141.521	1.006.425
Não circulante	978.121	442.263	993.391	442.268

Os custos incrementais na obtenção de contratos com clientes são substancialmente representados por comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15 / CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico a ser gerado, usualmente de 2 a 6 anos.

A seguir, apresentamos a movimentação dos custos incrementais na obtenção de contratos com clientes:

	Consolidado
Saldo em 31.12.20	480.909
Ingressos	703.243
Baixas (amortizações)	(417.422)
Saldo em 31.12.21	766.730
Ingressos	1.165.051
Baixas (amortizações)	(578.671)
Combinação de negócios - Garliava (nota 2.d)	80.783
Saldo em 31.12.22	1.433.893

Notas Explicativas

8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Política contábil

a.1) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

a.2) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio não dedutível ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Tributos diferidos ativos e passivos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

b) Estimativas e julgamentos críticos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas, para eventuais consequências de interpretação divergente por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade de geração de lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e suas controladas, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

c) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Imposto de renda	507.174	341.078	542.325	344.856
Contribuição social	67.110	38.364	80.135	40.222
Total	574.284	379.442	622.460	385.078
Circulante	574.284	376.750	622.460	382.386
Não circulante	-	2.692	-	2.692

d) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Imposto de renda	78.650	74.077	80.828	75.980
Contribuição social	25.788	23.591	26.674	24.756
Total	104.438	97.668	107.502	100.736
Circulante	-	-	3.064	3.068
Não circulante	104.438	97.668	104.438	97.668

Os montantes não circulantes da controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, referem-se aos tributos enquadrados na IFRIC 23 - Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de Renda (nota 8.g).

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

e.1) Composição de movimentação

A seguir, apresentamos a composição e a movimentação dos principais componentes do imposto de renda ("IR") e da contribuição social ("CS") diferidos.

Notas Explicativas

	Controladora							
	Saldos em 31.12.20	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Transações de capital (3)	Saldos em 31.12.21	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.12.22
Ativo (passivo) diferido								
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	1.382.970	1.366.532	-	-	2.749.502	(431.102)	-	2.318.400
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(5.797.510)	(996.199)	(135.677)	7.840	(6.921.546)	745.834	25.591	(6.150.121)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.753.472	287.143	-	-	2.040.615	184.687	-	2.225.302
Fornecedores e outras provisões	779.729	342.638	-	-	1.122.367	308.729	-	1.431.096
Carteira de clientes e marcas	(34.171)	(202.747)	-	-	(236.918)	22.595	-	(214.323)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	587.709	17.112	-	-	604.821	30.704	-	635.525
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	173.656	(48.438)	-	-	125.218	(11.906)	-	113.312
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	320.556	31.158	(133.897)	-	217.817	14.070	25.737	257.624
Participação nos resultados	133.077	29.160	-	-	162.237	24.837	-	187.074
Licença	(2.285.874)	(396.047)	-	-	(2.681.921)	157.760	-	(2.524.161)
Ágios (Spanish e Navytreet, Vivo Part. e GVTPart.)	(6.606.476)	(641.954)	-	7.840	(7.240.590)	-	-	(7.240.590)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(741.524)	(147.909)	-	-	(889.433)	(139.905)	-	(1.029.338)
Lei da Inovação tecnológica	(18.721)	5.628	-	-	(13.093)	3.319	-	(9.774)
Sobre outras diferenças temporárias	141.057	(271.943)	(1.780)	-	(132.666)	150.944	(146)	18.132
Total do (Passivo) líquido, não circulante	(4.414.540)	370.333	(135.677)	7.840	(4.172.044)	314.732	25.591	(3.831.721)
Ativo fiscal diferido	5.913.243				7.776.401			8.238.121
Passivo fiscal diferido	(10.327.783)				(11.948.445)			(12.069.842)
(Passivo) fiscal diferido, líquido	(4.414.540)				(4.172.044)			(3.831.721)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:								
(Passivo) fiscal diferido	(4.414.540)				(4.172.044)			(3.831.721)

Notas Explicativas

Consolidado										
	Saldos em 31.12.20	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Transações de capital (3)	Outros	Saldos em 31.12.21	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Combinação de negócios - Garliava (nota 2.d)	Saldos em 31.12.22
Ativo (passivo) diferido										
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	1.462.498	1.351.213	-	-	(921)	2.812.790	(446.080)	-	-	2.366.710
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(5.738.397)	(996.724)	(135.805)	7.840	-	(6.863.086)	798.889	26.189	218.670	(5.819.338)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.792.417	287.153	-	-	-	2.079.570	183.889	-	191.930	2.455.389
Fornecedores e outras provisões	793.421	341.521	-	-	-	1.134.942	370.418	-	-	1.505.360
Carteira de clientes e marcas	(34.171)	(202.747)	-	-	-	(236.918)	26.477	-	-	(210.441)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	592.930	17.402	-	-	-	610.332	56.067	-	-	666.399
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	173.656	(48.438)	-	-	-	125.218	(11.906)	-	68.509	181.821
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	320.732	31.187	(134.025)	-	-	217.894	14.079	26.335	-	258.308
Participação nos resultados	133.913	29.355	-	-	-	163.268	26.480	-	-	189.748
Licença	(2.285.874)	(396.047)	-	-	-	(2.681.921)	228.663	-	-	(2.453.258)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(6.606.476)	(641.954)	-	7.840	-	(7.240.590)	-	-	-	(7.240.590)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(741.524)	(147.909)	-	-	-	(889.433)	(139.905)	-	-	(1.029.338)
Lei da Inovação tecnológica	(18.721)	5.628	-	-	-	(13.093)	3.319	-	-	(9.774)
Sobre outras diferenças temporárias	141.300	(271.875)	(1.780)	-	-	(132.355)	41.308	(146)	(41.769)	(132.962)
Total do (Passivo) líquido, não circulante	(4.275.899)	354.489	(135.805)	7.840	(921)	(4.050.296)	352.809	26.189	218.670	(3.452.628)
Ativo fiscal diferido	6.051.884					7.898.149				8.674.222
Passivo fiscal diferido	(10.327.783)					(11.948.445)				(12.126.850)
(Passivo) fiscal diferido, líquido	(4.275.899)					(4.050.296)				(3.452.628)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:										
Ativo fiscal diferido de controladas	138.641					121.748				379.093
(Passivo) fiscal diferido	(4.414.540)					(4.172.044)				(3.831.721)

- (1) Refere-se aos montantes registrados, que conforme a legislação tributária brasileira, poderão ser compensados no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

Em 2021, a Companhia reconheceu R\$1.405.565 nos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrente da decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre Recurso Extraordinário sobre incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos em repetição de indébito tributário (nota 8.f).

- (2) A realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.
- (3) Referem-se a tributos diferidos decorrentes das operações de alienação da CloudCo Brasil e IoTCo Brasil em 2021 (nota 2.d).

e.2) Créditos tributários não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas (POP, Recicla V, TGLog e TIS) no montante de R\$75.003 (R\$71.126 em 31 de dezembro de 2021), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização deles.

e.3) Expectativa de realização

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa para as realizações dos tributos diferidos líquidos, baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

Notas Explicativas

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2023	2.305.885	2.501.398
2024	505.543	526.633
2025	532.463	554.113
2026	408.625	416.615
2027	355.838	359.894
2028 em diante	(7.940.075)	(7.811.281)
Total	(3.831.721)	(3.452.628)

f) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

A seguir apresentamos as reconciliações da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes dos tributos	4.740.173	5.919.502	4.831.591	5.959.529
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.611.659)	(2.012.631)	(1.642.741)	(2.026.240)
<u>Diferenças permanentes</u>				
Equivalência patrimonial	(7.902)	52.612	(8.072)	39.869
Juros sobre o capital próprio prescritos	(56.933)	(38.311)	(56.933)	(38.311)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(83.991)	(86.609)	(84.844)	(87.115)
Benefício fiscal sobre os juros sobre o capital próprio destinados	705.500	929.900	705.500	929.900
Recomposição de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL (atualização SELIC de indêbitos) (1)	-	1.407.523	-	1.407.523
IR e CS sobre juros atualização SELIC de indêbitos (1)	277.424	-	277.424	-
Outras exclusões	122.401	67.378	35.977	44.202
Crédito (débito) tributário	(655.160)	319.862	(773.689)	269.828
Taxa efetiva	13,8%	-5,4%	16,0%	-4,5%
IR e CS correntes	(969.892)	(50.471)	(1.126.498)	(84.661)
IR e CS diferidos	314.732	370.333	352.809	354.489

- (1) Em 8 de julho de 2020, a Companhia impetrou Mandado de Segurança nº 5012373-88.2020.4.03.6100 com o objetivo da concessão de segurança para reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do STF julgou, sob a sistemática virtual, o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito tributário, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança citado anteriormente. Neste julgamento, foi acolhida, por unanimidade de votos, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 30 de setembro de 2021, foi publicada a Ata de Julgamento e, em 16 de dezembro de 2021, foi publicada a íntegra da decisão.

Notas Explicativas

Considerando os efeitos da repercussão geral, a Companhia realizou uma avaliação que consistiu na capacidade de demonstrar e testar a recuperabilidade do ativo fiscal diferido e para isso se fez necessário reprocessar apurações de anos anteriores de prejuízos fiscais e, consequentemente, a elaboração de projeções futuras de rentabilidade/lucratividade do negócio. Em decorrência destas avaliações, em 2021 a Companhia reconheceu o montante de R\$1.407.523, sendo R\$1.405.565 nos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos e R\$1.958 nos ativos de imposto de renda e contribuição social a recuperar em contrapartida a um crédito no resultado de imposto de renda e contribuição social. Para 2022, em decorrência do trânsito em julgado de acórdão favorável ao pleito formulado, certificado nos autos em 27 de agosto de 2022, a Companhia já vem realizando a exclusão da atualização SELIC sobre débitos tributários na base do IRPJ e da CSLL.

g) Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas possuem diversas autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por deduções supostamente indevidas de despesas, principalmente relacionadas à amortização de ágio, em diversas instâncias administrativas e no judiciário, no montante consolidado de R\$29.882.262 em 31 de dezembro de 2022 (R\$18.176.115 em 31 de dezembro de 2021). O montante de 31 de dezembro de 2022, inclui R\$10.744.063, referente a um novo auto de infração contra a Companhia para cobrança de IRPJ e CSLL relacionados à amortização de ágio, lavrado pela RFB em 31 de janeiro de 2023. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que grande parte dessas deduções serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceitação superior a 50%).

Deste montante, para os tratamentos fiscais em que a Companhia e suas controladas entendem que a probabilidade de aceitação por parte da autoridade fiscal é inferior a 50%, foi reconhecido passivo não circulante de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$104.438 em 31 de dezembro de 2022 (R\$97.668 em 31 de dezembro de 2021), em relação a essas ações. Essas ações envolvem compensações de pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social não homologadas pela RFB.

9) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
ICMS (1)	2.171.962	2.893.823	2.181.377	2.895.375
PIS e COFINS (2)	956.651	1.881.357	981.848	1.885.486
Impostos e contribuições retidos na fonte (3)	127.202	152.532	140.686	156.322
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	133.701	117.564	136.719	119.858
Total	3.389.516	5.045.276	3.440.630	5.057.041
Circulante	2.528.119	3.704.407	2.571.170	3.716.169
Não circulante	861.397	1.340.869	869.460	1.340.872

- (1) Refere-se aos créditos de ICMS gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (compensação em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não circulantes consolidados incluem créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado de R\$626.636 e R\$578.290 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.
- (2) Em 13 de maio de 2021, o STF proferiu decisão favorável para o Leading Case RE 574706 em relação ao reconhecimento do direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS. Em decorrência desta decisão, a Companhia reconheceu em 2021 um crédito no montante de R\$2.269.391 referente a dois processos que posteriormente transitaram em julgado em 25 de junho de 2021 e em 27 de maio de 2022. Os referidos processos já foram habilitados junto à Receita Federal e a Companhia já está efetuando a sua compensação (notas 27 e 28).

Adicionalmente, a Companhia possui um outro processo judicial transitado em julgado em 2018 para o qual reconheceu anteriormente o crédito referente ao período de julho de 2002 a julho de 2014. A parcela remanescente deste processo, relativa ao período de abril de 1998 a junho de 2002 não foi reconhecida naquele momento, pois a Companhia julgou tratar-se de um ativo contingente e, portanto, não atingiu os parâmetros para seu reconhecimento contábil. Em agosto de 2022, com base na evolução em decisões mais recentes proferidas pelo STF sobre um Leading Case que poderia impactar o processo em questão, a Companhia, suportada por pareceres de seus consultores jurídicos, concluiu que o referido processo atingiu o status de recuperabilidade líquida e certa e portanto teria direito ao reconhecimento contábil da parcela remanescente do crédito, no montante de R\$1.145.658 o qual foi reconhecido em 2022. Ainda em 2022, após a homologação do crédito junto à Receita Federal do Brasil, a Companhia iniciou a compensação do referido crédito.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo pendente de compensação dos processos acima mencionados registrados no ativo circulante montam a R\$786.857 (R\$1.579.117, em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

- (3) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

10) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão.

Os depósitos judiciais são registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Depósitos judiciais				
Tributário	1.390.925	1.348.778	1.558.762	1.505.103
Cível	1.378.240	833.894	1.379.698	836.043
Trabalhista	108.188	175.136	117.825	180.443
Regulatório	303.274	283.933	303.274	283.933
Total	3.180.627	2.641.741	3.359.559	2.805.522
Bloqueios judiciais	22.287	24.556	23.428	25.656
Total	3.202.914	2.666.297	3.382.987	2.831.178
Circulante (1)	591.275	105.876	592.369	106.963
Não circulante	2.611.639	2.560.421	2.790.618	2.724.215

- (1) Os montantes de 31 de dezembro de 2022, incluem o depósito judicial atualizado de R\$522.297 (R\$515.565, em 20 de outubro de 2022), para atender a decisão liminar da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, relativo à aquisição da Garliava (nota 2.d).

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 dos depósitos judiciais tributários (classificados por tributo).

	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Tributos		
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST") (1)	564.261	535.118
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS") (2)	389.003	358.916
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE") (3)	309.329	294.724
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	41.014	76.832
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	57.112	54.072
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	50.399	47.713
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	47.336	44.889
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	22.378	20.837
Outros impostos, taxas e contribuições	77.930	72.002
Total	1.558.762	1.505.103

- (1) A Companhia e/ou controladas ingressaram com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas e receitas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/2000. Os valores relativos às despesas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada estão depositados.
- (2) A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS em operações com recolhimento por estimativa; (ii) ICMS FECFP; (iii) direito ao crédito de ICMS na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e de energia elétrica; (iv) ICMS sobre valores dados a título de descontos e (v) consignação em pagamento dos valores de ICMS referentes a parte das operações de TV por assinatura.

Notas Explicativas

- (3) A Companhia possui discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

11) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Créditos com partes relacionadas (nota 29) (1)	409.853	551.257	434.229	666.288
Alienação de imóveis e outros valores a receber	141.480	230.486	141.480	230.486
Adiantamentos a empregados e fornecedores	72.435	72.578	120.914	79.850
Bônus de subscrição (nota 2.d)	56.409	60.192	56.409	60.192
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 31) (2)	4.135	95.107	4.161	95.151
Outros valores a realizar	53.801	30.719	56.316	31.050
Total	738.113	1.040.339	813.509	1.163.017
Circulante	428.891	530.425	487.201	623.088
Não circulante	309.222	509.914	326.308	539.929

- (1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui os montantes de R\$355.705 e R\$559.499, respectivamente, referente às operações de alienação de FiBrasil, CloudCo Brasil e IoTCo Brasil, ocorridas em 2021 (nota 2.d).

- (2) Em 31 de dezembro de 2021, inclui o montante de R\$90.538, respectivamente, referente à distribuição do *superávit* do PBS-A.

12) INVESTIMENTOS

a) Política contábil

A Companhia e suas controladas detêm investimentos em empresas controladas e de controle conjunto, além de combinações de negócios.

a.1) Controladas

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à investida e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: (i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (ii) exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: (i) o acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; (ii) direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e (iii) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia. A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados.

a.2) Controle Conjunto

Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controle conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes ("Efeitos da conversão de investimentos no exterior", nota 24.e).

Notas Explicativas

a.3) Geral (Controladas e Controle Conjunto)

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações patrimoniais após a aquisição da participação societária. A demonstração dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido das investidas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações patrimoniais ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

a.4) Combinações de Negócios

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos. Para as informações consolidadas, os montantes dos valores justos e ágio são alocados conforme suas naturezas.

b) Informações das investidas

A seguir, apresentamos informações resumidas sobre as controladas diretas e de controle conjunto da Companhia:

31.12.22							
Investidas	Participação	Investimento	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado
Terra Networks (1)	100,00%	Controlada	586.975	423.060	163.915	380.803	61.686
TGLog	100,00%	Controlada	69.410	52.145	17.265	122.562	5.776
POP (2)	100,00%	Controlada	133.979	59.411	74.568	5.363	4.746
Vivo Money	100,00%	Controlada	181.323	54	181.269	35.539	11.496
Garliava	100,00%	Controlada	1.609.107	1.544.152	64.955	1.117.232	4.542
Vivo Ventures	98,00%	Controlada	20.749	224	20.525	-	(543)
CloudCo Brasil	50,01%	Controlada	358.955	337.380	21.575	645.204	(55.192)
IoTCo Brasil	50,01%	Controlada	124.912	43.075	81.837	56.046	981
Aliança	50,00%	Controle conjunto	242.652	305	242.347	-	912
AIX	50,00%	Controle conjunto	51.733	32.548	19.185	65.681	178
ACT	50,00%	Controle conjunto	44	3	41	104	3
VIVAE	50,00%	Controle conjunto	18.842	1.694	17.148	-	(2.852)
FiBrasil	25,01%	Controle conjunto	1.881.965	1.195.384	686.581	176.660	(94.384)

Notas Explicativas

31.12.21							
Investidas	Participação	Investimento	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado
Terra Networks (1)	100,00%	Controlada	447.112	291.592	155.520	355.345	49.584
TGLog	100,00%	Controlada	54.539	40.968	13.571	87.701	431
POP (2)	100,00%	Controlada	125.001	55.179	69.822	10.381	2.045
Vivo Money	100,00%	Controlada	32.908	135	32.773	-	2.741
CloudCo Brasil	50,01%	Controlada	145.580	68.735	76.845	44.940	(24.039)
IoTCo Brasil	50,01%	Controlada	89.558	8.373	81.185	2.546	(1.503)
Aliança	50,00%	Controle conjunto	274.362	410	273.952	-	6.369
AIX	50,00%	Controle conjunto	46.586	27.872	18.714	55.872	1.387
ACT	50,00%	Controle conjunto	46	8	38	104	10
FiBrasil	25,01%	Controle conjunto	1.544.367	870.389	673.978	55.385	(34.253)

(1) A Terra Networks é a controladora integral e direta da TIS, sociedade com sede no Brasil, tendo como principais atividades a exploração e fornecimento de serviços e atividades de segurança, entre outras. Em 3 de outubro de 2022, a TIS adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da Vita IT (nota 2.d).

(2) A POP é a controladora integral e direta da Recicla V Comércio e Reciclagem de Sucatas e Metais Ltda. ("Recicla V"), com sede no Brasil, tendo como principais atividades a compra e venda de sucata de materiais de cobre, alumínio, chumbo, ferro e outros materiais, entre outras.

c) Movimentação dos investimentos

	Controladas	Controle conjunto	Combinação de negócios	Outros investimentos	Total de investimentos na controladora	Total de investimentos no consolidado
Saldos em 31.12.20	334.119	143.655	-	778	478.552	144.433
Resultado de equivalência patrimonial pelos resultados	39.267	(6.021)	-	-	33.246	(4.233)
Resultado de equivalência patrimonial pela remensuração da participação acionária (FiBrasil) (nota 2.d)	-	80.400	-	-	80.400	80.400
Resultado de equivalência patrimonial pelo valor justo da remensuração da participação acionária (FiBrasil) (nota 2.d)	-	41.095	-	-	41.095	41.095
Dividendos e juros sobre o capital próprio (Terra Networks) (nota 19)	(146.226)	-	-	-	(146.226)	-
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa (Vivo Money e CloudCo Brasil)	54.000	-	-	-	54.000	-
Aporte de capital - bens do ativo imobilizado e intangível (notas 13 e 14) (FiBrasil)	-	229.961	-	-	229.961	229.961
Baixa por alienação de investimentos (CloudCo Brasil e FiBrasil) (nota 2.d)	(5.683)	(134.144)	-	-	(139.827)	(134.144)
Remensuração da participação acionária (CloudCo Brasil e IoTCo Brasil) (nota 2.d)	72.252	-	-	-	72.252	-
Resultado de controlada FiBrasil antes da alienação	-	-	-	-	-	(1.789)
Transações de capital (Terra Networks e FiBrasil)	4	2.182	-	-	2.186	2.182
Outros resultados abrangentes (Terra Networks, TGLog, CloudCo Brasil Aliança e outros investimentos)	2.984	(1.186)	-	(429)	1.369	(1.615)
Saldos em 31.12.21	350.717	355.942	-	349	707.008	356.290
Resultado de equivalência patrimonial pelos resultados	60.603	(23.742)	-	-	36.861	(23.742)
Dividendos e juros sobre o capital próprio (Terra Networks) (nota 19)	(54.151)	-	-	-	(54.151)	-
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa (Garliava, Vivo Money e Vivo Ventures)	305.198	33.750	-	-	338.948	33.750
Equivalência patrimonial na aquisição da Garliava	(87.138)	-	-	-	(87.138)	-
Ágio (Garliava) (nota 2.d)	-	-	3.394.710	-	3.394.710	-
Mais/menos valia dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora (Garliava) (nota 2.d)	-	-	2.184.013	-	2.184.013	-
Equivalência patrimonial pelos resultados - menos valia dos ativos líquidos adquiridos da Garliava, atribuída à controladora (nota 2.d)	-	-	(60.101)	-	(60.101)	-
Investimentos da controlada Vivo Ventures (nota 2.d)	-	-	-	-	-	15.958
Transações de capital	-	2.409	-	-	2.409	2.409
Outros resultados abrangentes (Terra Networks, TGLog, CloudCo Brasil Aliança e outros investimentos)	(1.426)	(16.258)	-	(212)	(17.896)	(16.470)
Saldos em 31.12.22	573.803	352.101	5.518.622	137	6.444.663	368.195

Notas Explicativas

13) IMOBILIZADO

a) Política contábil

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. O referido custo está líquido de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), os quais foram registrados como tributos a recuperar (nota 9), e inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. A Companhia não possui empréstimos que se enquadrem nos critérios para o reconhecimento de capitalização de custos.

Os custos do ativo imobilizado são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhoram a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específicas. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de ativo imobilizado (torres e equipamentos em imóveis alugados) é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desmantelamento de ativos (nota 20) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme permitido pela IFRS 16. Reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em um número significativo de contratos de arrendamento sobre diferentes ativos, como estruturas (torres e *rooftops*) e o respectivo terreno onde estão localizadas; *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; equipamentos de informática; escritórios, lojas e imóveis comerciais.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

Notas Explicativas

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

As informações sobre a recuperabilidade de ativos imobilizados estão apresentadas na nota 15.a).

c) Descrição, composição e movimentação

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o ativo imobilizado e suas movimentações:

- Equipamentos de comutação e transmissão: compreendem centrais de comutação e controle, *gateway*, plataformas, estação rádio base, microcélulas, minicélulas, repetidores, antenas, rádios, redes de acesso, concentradoras, cabos, equipamentos de TV e outros equipamentos de comutação e transmissão.
- Equipamentos terminais: compreendem centrais privadas de comutação telefônica, telefones públicos e outros equipamentos terminais.
- Equipamentos em comodato: compreendem aparelhos celulares e *modems* na modalidade de comodato.
- Infraestrutura: compreende construções prediais, elevadores, equipamentos de ar-condicionado central, torres, postes, *container*, equipamento de energia, canalização subterrânea, suportes e protetores, benfeitorias em propriedades de terceiros e outros.
- Outros ativos imobilizados: compreendem veículos, ferramentas e instrumentos de reparo e construção, equipamentos de telesupervisão, equipamentos de informática, equipamentos de testes e medidas, mobiliários e outros bens de uso geral.

Notas Explicativas

	Controladora							
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais	Equipamentos em comodato	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.20	22.423.337	916.840	4.077.835	13.535.283	273.029	732.293	2.377.178	44.335.795
Adições (1)	427.277	-	107.961	2.792.660	-	154.945	6.301.773	9.784.616
Baixas líquidas (2)	14.120	(96)	87.079	(260.653)	(5.183)	490	(44.203)	(208.446)
Transferências líquidas	3.361.667	571.986	2.259.382	609.591	(900)	26.134	(6.958.353)	(130.493)
Subarrendamento	-	-	-	(64.177)	-	-	-	(64.177)
Venda de negócios (3) (nota 2.d)	(150.251)	(14.207)	(33.648)	(21.126)	-	(375)	(8.344)	(227.951)
Depreciação (nota 26)	(3.417.261)	(443.210)	(2.168.502)	(2.798.257)	-	(274.442)	-	(9.101.672)
Saldo em 31.12.21	22.658.889	1.031.313	4.330.107	13.793.321	266.946	639.045	1.668.051	44.387.672
Adições (1)	68.141	2.717	110.072	3.206.982	-	178.624	6.555.884	10.122.420
Baixas líquidas	(10.217)	(71)	7	(59.639)	(14.861)	(2.460)	(11.291)	(98.532)
Transferências líquidas	2.824.159	80.961	2.301.010	308.035	-	9.157	(5.623.839)	(100.517)
Subarrendamento	-	-	-	1.665	-	-	-	1.665
Depreciação (nota 26)	(3.237.331)	(437.944)	(1.592.158)	(3.465.918)	-	(212.255)	-	(8.945.606)
Saldo em 31.12.22	22.303.641	676.976	5.149.038	13.784.446	252.085	612.111	2.588.805	45.367.102
Em 31.12.21								
Custo	81.419.869	6.435.391	25.107.646	34.136.982	266.946	5.369.352	1.668.051	154.404.237
Depreciação acumulada	(58.760.980)	(5.404.078)	(20.777.539)	(20.343.661)	-	(4.730.307)	-	(110.016.565)
Total	22.658.889	1.031.313	4.330.107	13.793.321	266.946	639.045	1.668.051	44.387.672
Em 31.12.22								
Custo	84.178.800	6.502.736	27.432.268	37.362.995	252.085	5.536.065	2.588.805	163.853.754
Depreciação acumulada	(61.875.159)	(5.825.760)	(22.283.230)	(23.578.549)	-	(4.923.954)	-	(118.486.652)
Total	22.303.641	676.976	5.149.038	13.784.446	252.085	612.111	2.588.805	45.367.102

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais	Equipamentos em comodato	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.20	22.423.337	917.027	4.077.835	13.538.839	273.029	744.385	2.378.141	44.352.593
Adições (1)	428.683	45	107.961	2.802.303	-	158.919	6.300.245	9.798.156
Baixas líquidas (2)	15.005	(103)	87.079	(262.311)	(5.183)	(1.360)	(41.863)	(208.736)
Transferências líquidas	3.361.667	571.986	2.259.382	609.681	(900)	28.450	(6.960.941)	(130.675)
Subarrendamento	-	-	-	(64.177)	-	-	-	(64.177)
Venda de negócios (3) (nota 2.d)	(150.251)	(14.207)	(33.648)	(21.126)	-	(375)	(8.344)	(227.951)
Depreciação (nota 26)	(3.417.261)	(443.238)	(2.168.502)	(2.801.303)	-	(280.415)	-	(9.110.719)
Saldo em 31.12.21	22.661.180	1.031.510	4.330.107	13.801.906	266.946	649.604	1.667.238	44.408.491
Adições (1)	74.814	2.852	110.072	3.208.050	-	191.469	6.559.874	10.147.131
Baixas líquidas (2)	(8.607)	(81)	7	(58.311)	(14.861)	(2.346)	(10.131)	(94.330)
Transferências líquidas	2.828.009	80.963	2.301.010	310.129	-	10.328	(5.631.285)	(100.846)
Subarrendamento	-	-	-	1.665	-	-	-	1.665
Combinação de negócios – Garliva e Vita IT (nota 2.d)	126.530	-	-	541.826	-	3.442	4.221	676.019
Depreciação (nota 26)	(3.366.948)	(438.026)	(1.592.158)	(3.522.398)	-	(220.415)	-	(9.139.945)
Saldo em 31.12.22	22.314.978	677.218	5.149.038	14.282.867	252.085	632.082	2.589.917	45.898.185
Em 31.12.21								
Custo	81.422.233	6.435.959	25.107.646	34.169.915	266.946	5.536.296	1.667.238	154.606.233
Depreciação acumulada	(58.761.053)	(5.404.449)	(20.777.539)	(20.368.009)	-	(4.886.692)	-	(110.197.742)
Total	22.661.180	1.031.510	4.330.107	13.801.906	266.946	649.604	1.667.238	44.408.491
Em 31.12.22								
Custo	85.373.094	6.503.428	27.432.268	38.168.495	252.085	5.770.136	2.589.917	166.089.423
Depreciação acumulada	(63.058.116)	(5.826.210)	(22.283.230)	(23.885.628)	-	(5.138.054)	-	(120.191.238)
Total	22.314.978	677.218	5.149.038	14.282.867	252.085	632.082	2.589.917	45.898.185

- (1) Os ingressos no imobilizado referem-se principalmente a: (i) em 2022: expansão da rede de fibra, manutenção e expansão da rede móvel 4G e lançamento da rede móvel 5G nas capitais brasileiras, além de investimentos para integração dos clientes da Oi móvel; (ii) em 2021: reforço da rede móvel, expansão da rede de fibra e de domicílios conectados, aumentando a disponibilidade dos serviços frente à crescente demanda por conexão de qualidade.
- (2) Em infraestrutura, inclui os montantes de R\$52.092 e R\$245.237 em 2022 e 2021, respectivamente, referente a cancelamento de contratos de arrendamento.
- (3) Refere-se ao saldo dos ativos que foram utilizados para a composição societária da Companhia na FiBrasil em 2021.

d) Taxas de depreciação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia realizou com o auxílio de empresa especializada, avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os trabalhos indicaram a necessidade de alterações na vida útil e taxas anuais de depreciação de alguns itens das classes de ativos. Essas alterações na estimativa contábil, reduziram a despesa de depreciação em R\$295.464 em 2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os trabalhos não indicaram a necessidade de alterações na vida útil e taxas anuais de depreciação.

A seguir, apresentamos um quadro das taxas anuais de depreciação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, exceto para os ativos de arrendamentos, que estão apresentados na nota 13.e.

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Equipamentos de comutação e transmissão	2,50% a 14,29%	2,50% a 14,29%	2,50% a 14,29%	2,50% a 14,29%
Equipamentos terminais	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%
Equipamentos em comodato (aparelhos celulares e <i>modems</i>)	20,00% a 50,00%	25,00% a 50,00%	20,00% a 50,00%	25,00% a 50,00%
Infraestrutura	2,50% a 20,00%	2,50% a 20,00%	2,50% a 20,00%	2,50% a 20,00%
Outros ativos imobilizados	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%

e) Arrendamentos (Direitos de Uso)e.1) Composição e movimentação

A seguir, apresentamos a movimentação consolidada dos arrendamentos, já contemplados nos quadros de movimentação do imobilizado (nota 13.c).

	Equipamentos de comutação e transmissão	Infraestrutura	Outros ativos	Total
Saldos e movimentações:				
Saldo em 31.12.20	358.091	10.322.337	10.381	10.690.809
Adições	410.169	2.702.635	590	3.113.394
Subarrendamento (nota 13.c)	-	(64.177)	-	(64.177)
Depreciação	(482.455)	(2.254.000)	(656)	(2.737.111)
Cancelamentos de contratos	(4.893)	(245.237)	-	(250.130)
Saldo em 31.12.21	280.912	10.461.558	10.315	10.752.785
Adições	39.688	3.118.054	71.596	3.229.338
Subarrendamento (nota 13.c)	-	1.665	-	1.665
Depreciação	(75.384)	(2.973.283)	(903)	(3.049.570)
Combinação de negócios - Garliava (nota 2.d)	-	526.515	-	526.515
Cancelamentos de contratos	-	(52.092)	-	(52.092)
Saldo em 31.12.22	245.216	11.082.417	81.008	11.408.641

Em 31.12.21

Custo	336.080	17.331.955	128.099	17.796.134
Depreciação acumulada	(55.168)	(6.870.397)	(117.784)	(7.043.349)
Total	280.912	10.461.558	10.315	10.752.785

Em 31.12.22

Custo	375.767	20.946.410	199.695	21.521.872
Depreciação acumulada	(130.551)	(9.863.993)	(118.687)	(10.113.231)
Total	245.216	11.082.417	81.008	11.408.641

e.2) Taxas de depreciação

A seguir, apresentamos um quadro das taxas de depreciação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Notas Explicativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Equipamentos de comutação e transmissão	10,00% a 66,67%	2,50% a 14,29%	10,00% a 66,67%	5,00% a 42,90%
Infraestrutura	2,36% a 85,71%	2,50% a 20,00%	2,36% a 92,31%	3,50% a 66,67%
Outros ativos imobilizados	26,09% a 37,50%	10,00% a 25,00%	26,09% a 40,00%	20,00% a 38,00%

f) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2022, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$95.980 (R\$78.631 em 31 de dezembro de 2021).

g) Equilíbrio da concessão

O modelo de concessão de Serviço Telefônico Fixo Comutado, adotado em 1998 com a assinatura dos contratos celebrados graças à privatização do setor de telecomunicações, gerou uma verdadeira revolução na prestação de serviços de telecomunicações no Brasil. Ao longo de mais de 20 anos, as concessionárias promoveram a expansão e a universalização do serviço de telefonia fixa que, antes da privatização, era caro, elitista e deixava os consumidores em uma longa fila de espera, de meses ou anos. Durante esse período, os contratos de concessão sofreram abalos em decorrência de diversos eventos ocorridos ao longo de sua vigência, que repercutem até os dias de hoje na equação financeira contratada originalmente.

Frente a este cenário e com o fim da vigência dos contratos de concessão se aproximando, é natural buscar-se um consenso com o órgão regulador sobre os eventos relacionados à alteração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Nesse sentido, esgotamos as conversações em todas as vias administrativas e, dada a ausência de consenso, celebramos, em 1º de julho de 2021, compromisso arbitral firmado com a ANATEL. A Companhia apresentou à Câmara de Comércio Internacional, em 10 de julho de 2021, requerimento para instauração de uma arbitragem contra a ANATEL, conforme previsto no contrato de concessão e nos termos da Lei 9.307/1996, bem como da própria Lei Geral de Telecomunicações.

A Companhia apresentou, no dia 21 de março de 2022, suas alegações iniciais no procedimento arbitral requerendo, dentre outras questões, o reconhecimento de eventos ocorridos ao longo do contrato de concessão que precisam ser reequilibrados a nosso favor e a recomposição da sustentabilidade do contrato, bem como indenização pelo período em que o contrato permaneceu insustentável.

Após as alegações iniciais da Companhia, em junho de 2022 a ANATEL apresentou sua defesa. Em 19 de agosto de 2022 a Companhia apresentou réplica à defesa da ANATEL. Em 18 de outubro de 2022 foi apresentada a tréplica pela ANATEL. Em 17 de novembro de 2022 as partes especificaram as provas e em 8 de dezembro foi realizada a audiência das partes com o tribunal arbitral para a apresentação do caso.

A arbitragem é considerada um método ágil e tecnicamente adequado para a resolução de conflitos complexos. A expectativa é que deste modo as controvérsias relacionadas ao tema da concessão sejam solucionadas de forma técnica, viabilizando o encerramento seguro das atuais concessões do serviço telefônico fixo. Neste momento, não é praticável fazermos o prognóstico do resultado deste processo arbitral.

h) Adaptação do Modelo

Em 4 de outubro de 2019, foi publicada a Lei 13.879/2019 (decorrente da PLC 79/2016), que introduziu alterações no quadro regulamentar das telecomunicações, ao permitir que as concessionárias de telefonia fixa migrem de um regime de concessão para um regime de autorização sujeito a menores encargos regulatórios, inclusive os associados à continuidade e universalização do STFC da área de concessão, bem como eventuais restrições sobre os bens associados à sua prestação.

Notas Explicativas

De acordo com a referida Lei, a ANATEL apresentou em 5 de julho de 2022 metodologia com estimativa de valor econômico associado à adaptação do instrumento de concessão para autorização, a ser validada pelo Tribunal de Contas da União ("TCU"), que após o voto do ministro relator sobre a legalidade da metodologia apresentada pela ANATEL, recebeu pedido de vistas de outro ministro, e deve voltar à pauta do tribunal em março de 2023. Após a decisão final do TCU sobre a metodologia aplicada, a ANATEL indicará o valor final para a adequação do instrumento de concessão para autorização. Valor este que, após confirmado e aceito pela Companhia, será convertido em projetos de investimento ainda não definidos pela ANATEL.

i) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens indispensáveis à prestação de tal serviço na área de concessão, devem ser considerados como bens reversíveis.

Em 12 de abril de 2021, foi publicada no DOU a Resolução 744, aprovada pelo Ministério das Telecomunicações e pelo Conselho Diretor da Anatel no dia 4 de abril de 2021, que trata do Regulamento de Continuidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral em Regime Público ("RCON").

O referido regulamento, que entrou em vigência em 3 de maio de 2021, ao discorrer sobre a forma como a continuidade dos serviços STFC sob o regime de concessão deve ser garantida, estabeleceu que, quando do término do contrato de concessão do STFC da Companhia, os bens pertencentes ao seu patrimônio e que sejam utilizados para a prestação de múltiplos serviços, dentre os quais o STFC em regime público, serão objeto de contrato de cessão de direito de uso, em condições econômicas justas e razoáveis, entre a Companhia e o novo Concessionário ou a União, caso estes queiram fazer uso de tais bens para manter a continuidade da prestação do STFC em regime público.

De outro lado, aqueles bens que, além de essenciais, sejam efetivamente e exclusivamente empregados para assegurar a continuidade e a atualidade da prestação do STFC em regime público terão a sua posse revertida ao Poder Público mediante indenização conforme termos do RCON, caso tal serviço continue a ser prestado, quer pela União, quer por novo Concessionário, ainda em regime público. Refira-se que os bens de uso exclusivo do STFC e, assim, sujeitos ao regime de reversão previsto no regulamento, constituem acervo residual e decrescente do patrimônio da Companhia.

Desta forma, o patrimônio da Concessionária, ao final do contrato de concessão em 31 de dezembro de 2025, não estará suscetível à reversão de sua propriedade à União. A cessão do uso dos bens compartilhados e da posse dos bens exclusivos do STFC passa a ser definida por meio de contratos específicos já previstos no manual operacional do Regulamento de Continuidade, aprovado pelo Despacho Decisório nº 269/2021/COUN/SCO, que complementa dispositivos do Regulamento de Continuidade.

Sobre o tema, importante destacar que, a despeito da manutenção na Resolução nº 744 da obrigação de submissão de relação de bens reversíveis ("RBR") à ANATEL, tal obrigação, após sua aprovação e com a definição do modelo contratual acima descrito, possui caráter meramente informativo, com o fito de manter a transparência sobre a lista de bens utilizados pela Concessionária na prestação do STFC em regime público.

Não obstante, é importante ressaltar que, no âmbito do processo administrativo TC nº. 003.342/2022-0, em trâmite no TCU, foi expedido relatório técnico com menção a novo entendimento de que o RCON deveria ser revisado. Tal entendimento ainda será objeto de apreciação pelo Tribunal.

14) INTANGÍVEL

a) Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição/formação no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos dos ativos intangíveis são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Já os custos dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios correspondem ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

Notas Explicativas

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

- Ativos intangíveis de vida útil indefinida (ágios) não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa ("UGC"). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

Quando um ágio fizer parte de UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O tratamento contábil do investimento em ativo intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua amortização, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

As informações sobre a recuperabilidade de ativos intangíveis, incluindo o ágio, estão apresentadas na nota 15.a).

c) Composição e movimentação

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida:

- Softwares: compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.
- Carteira de clientes e marcas: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios.
- Licenças: compreende licenças de concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes de combinação de negócios.

Notas Explicativas

	Controladora							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						Total
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.20	23.026.429	3.989.361	633.566	821.000	11.361.710	42.552	701.156	40.575.774
Adições (2)	-	723.644	-	-	4.496.263	-	1.274.713	6.494.620
Baixas Líquidas (3)	(158.161)	(17.035)	-	-	-	-	-	(175.196)
Transferências Líquidas	-	1.694.306	-	-	-	-	(1.563.813)	130.493
Venda de negócios (4)	-	(2.010)	-	-	-	-	-	(2.010)
Amortização (nota 26)	-	(1.622.537)	(264.328)	(84.206)	(951.442)	(3.102)	-	(2.925.615)
Saldo em 31.12.21	22.868.268	4.765.729	369.238	736.794	14.906.531	39.450	412.056	44.098.066
Adições (2)	-	345.060	-	-	190.066	-	2.259.900	2.795.026
Baixas Líquidas	-	285	-	-	-	-	(918)	(633)
Transferências Líquidas	-	2.076.388	-	-	-	-	(1.975.871)	100.517
Amortização (nota 26)	-	(1.850.079)	(148.971)	(84.205)	(1.143.114)	(3.094)	-	(3.229.463)
Saldo em 31.12.22	22.868.268	5.337.383	220.267	652.589	13.953.483	36.356	695.167	43.763.513
Em 31.12.21								
Custo	22.868.268	22.335.454	4.440.717	1.658.897	24.924.783	269.557	412.056	76.909.732
Amortização acumulada	-	(17.569.725)	(4.071.479)	(922.103)	(10.018.252)	(230.107)	-	(32.811.666)
Total	22.868.268	4.765.729	369.238	736.794	14.906.531	39.450	412.056	44.098.066
Em 31.12.22								
Custo	22.868.268	24.748.054	4.440.717	1.658.897	25.114.849	269.557	695.167	79.795.509
Amortização acumulada	-	(19.410.671)	(4.220.450)	(1.006.308)	(11.161.366)	(233.201)	-	(36.031.996)
Total	22.868.268	5.337.383	220.267	652.589	13.953.483	36.356	695.167	43.763.513

Notas Explicativas

	Consolidado							
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						
	Ágio (1)	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	Total
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.20	23.026.429	3.994.704	633.566	821.000	11.361.710	42.628	702.080	40.582.117
Adições (2)	-	724.599	-	-	4.496.263	-	1.275.320	6.496.182
Baixas líquidas (3)	(158.161)	(16.884)	-	-	-	-	-	(175.045)
Transferências líquidas	-	1.695.398	-	-	-	-	(1.564.723)	130.675
Venda de negócios (4)	-	(2.010)	-	-	-	-	-	(2.010)
Amortização (nota 26)	-	(1.624.532)	(264.328)	(84.206)	(951.442)	(3.104)	-	(2.927.612)
Saldo em 31.12.21	22.868.268	4.771.275	369.238	736.794	14.906.531	39.524	412.677	44.104.307
Adições (2)	-	352.128	-	-	190.066	-	2.260.031	2.802.225
Baixas líquidas	-	1.378	-	-	-	-	(149)	1.229
Transferências líquidas	-	2.077.044	-	-	-	-	(1.976.198)	100.846
Combinação de negócios – Garliava e Vita IT (nota 2.d)	3.493.561	177	125.740	4.527	2.612.566	-	-	6.236.571
Amortização (nota 26)	-	(1.853.464)	(161.188)	(84.770)	(1.417.412)	(3.094)	-	(3.519.928)
Saldo em 31.12.22	26.361.829	5.348.538	333.790	656.551	16.291.751	36.430	696.361	49.725.250
Em 31.12.21								
Custo	22.868.268	22.451.551	4.440.717	1.658.897	24.924.783	269.639	412.677	77.026.532
Amortização acumulada	-	(17.680.276)	(4.071.479)	(922.103)	(10.018.252)	(230.115)	-	(32.922.225)
Total	22.868.268	4.771.275	369.238	736.794	14.906.531	39.524	412.677	44.104.307
Em 31.12.22								
Custo	26.361.829	25.029.658	4.566.457	1.663.424	29.685.824	269.639	696.361	88.273.192
Amortização acumulada	-	(19.681.120)	(4.232.667)	(1.006.873)	(13.394.073)	(233.209)	-	(38.547.942)
Total	26.361.829	5.348.538	333.790	656.551	16.291.751	36.430	696.361	49.725.250

- (1) Referem-se às operações da Santo Genovese Participações (2004); Spanish e Figueira (2006); Telefônica Televisão Participações (2008); Vivo Participações (2011); GVT Participações (2015) e Garliava e Vita IT (2022), compensados por baixas parciais nas vendas de negócios, como por exemplo do (item 3).
- (2) Os ingressos em licenças, referem-se à aquisição das licenças 5G (em 2021) e a prorrogação da autorização de direito de uso de radiofrequências para a exploração do SMP nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e do Distrito Federal (em 2021 e 2022), nota 14.d.
- (3) A baixa proporcional do ágio, refere-se às alienações dos investimentos da FiBrasil, CloudCo Brasil e IoTCo Brasil em 2021, conforme CPC 01 (R1) / IAS 36.
- (4) Refere-se ao saldo residual dos bens do ativo imobilizado que foram utilizados na composição da participação societária da Companhia na FiBrasil em 2021.

d) Licenças / Autorizações***Prorrogações das autorizações das faixas em 850 MHz, 900 MHz e 1800 MHz***

Ao deliberar sobre a prorrogação das autorizações das faixas em 850 MHz, a ANATEL determinou, por meio do Acórdão nº 510, de 30 de setembro de 2020, que (i) a Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação (“SOR”) tratasse dos pedidos de prorrogação das autorizações de uso de radiofrequências vigentes nas subfaixas A e B, propondo seu deferimento, em caráter primário, até 29 de novembro de 2028, se atendidos os requisitos legais e regulamentares; e que (ii) o valor devido pela prorrogação deveria ser calculado a partir de parâmetros de valor presente líquido, de modo a refletir, segundo a ANATEL, o real valor econômico (valor de mercado) das faixas.

Notas Explicativas

Sendo assim, depois de superados os trâmites necessários junto à SOR, o Conselho Diretor da ANATEL, por meio do Acórdão nº 618, de 26 de novembro de 2020, prorrogou o prazo de vigência da autorização do direito de uso de radiofrequências, referente às faixas 869,0 a 880,0 MHz, 824,0 a 835,0 MHz, 890,0 a 891,5 MHz e 845,0 a 846,5 MHz, associadas ao Termo de Autorização nº 001/2006/PVCP/SPV-ANATEL outorgado à Companhia, até a data de 29 de novembro de 2028, sem exclusividade, em caráter primário e restrito à área de prestação referente ao Estado do Rio de Janeiro, conforme o Ato nº 7.281, de 26 de novembro de 2020.

A prorrogação por um período inferior ao limite máximo previsto em Lei (20 anos) decorreu, na visão da ANATEL, da necessidade de se promover uma reorganização e redimensionamento da canalização da faixa. Já o cálculo do valor por método diverso aos anteriormente referidos (ônus bianual e Resolução nº 695/2018, que aprovou o Regulamento do Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências ("RPPDUR")) foi decidido sob a alegação de que os instrumentos regulatórios atuais não têm previsão de aplicabilidade aos casos de uma segunda prorrogação das autorizações. Como complemento, determinou à ANATEL que o pagamento pela autorização fosse realizado no patamar de 10% do valor devido, cabendo aos 90% restantes sua quitação em forma de investimentos.

Analogamente, a ANATEL prorrogou o prazo de vigência das autorizações do direito de uso de radiofrequências referente às faixas 869,0 a 880,0 MHz, 824,0 a 835,0 MHz, 890,0 a 891,5 MHz e 845,0 a 846,5 MHz na área de prestação equivalente ao Distrito Federal, associadas ao Termo de Autorização nº 003/2006/PVCP/SPV-ANATEL, nos mesmos moldes estabelecidos na prorrogação das autorizações no Estado do Rio de Janeiro, em termos de prazo e condições de pagamento, conforme consta no Ato nº 5.473, de 21 de Julho de 2021.

A Companhia e outras prestadoras recorreram de algumas condições para a renovação da licença, incluindo os critérios de avaliação e certas obrigações. A ANATEL negou provimento aos recursos e enviou o processo ao Tribunal de Contas da União para ratificação dos cálculos referentes ao valor devido pela prorrogação.

Em setembro de 2022, o Tribunal de Contas da União ("TCU") estabeleceu como procedimento padrão para autorizações adquiridas previamente à publicação da Lei nº 13.879/2019 a realização de processo licitatório, permitindo, porém, as prorrogações das outorgas em 850 MHz até 2028 em caráter de exceção. Tal decisão, portanto, se reflete na expectativa de licitações em 2028 (para 850 MHz). A Companhia recorreu da decisão, de modo que o processo segue sob análise da Corte de Contas.

Além disso, sobre as condições para renovação da licença das subfaixas em 850 MHz, tramita no judiciário um mandado de segurança, cuja segurança foi denegada em primeira instância, estando a apelação pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

Adicionalmente, vale destacar que as vigências dos termos de autorização para uso das subfaixas em 900 MHz e 1800 MHz possuem previsão para expirar até 2023. Com exceção dos termos de autorização nº 002/2005/PVCP/SPV-ANATEL e nº 017/2005/PVCP/SPV-ANATEL, associados, respectivamente, às subfaixas de 900 MHz e 1800 MHz no setor 3 do PGO (região no estado de MG), as autorizações de uso para estas subfaixas ainda não foram objeto de prorrogação anterior, cabendo à ANATEL, a princípio, prosseguir com a prorrogação nos moldes previstos nas cláusulas dos próprios termos de autorização, que admitem prorrogação por 15 anos, estabelecendo ainda como pagamento o valor equivalente a 2% da receita operacional líquida do SMP, com recorrência bianual.

Entretanto, em decisão recente, a ANATEL optou por prorrogar os termos de autorização detidos por outra operadora (TIM) nas faixas de 900 MHz e 1800 MHz somente até 2032. Caso a ANATEL mantenha este entendimento para as autorizações da Companhia, buscando realizar em 2032 um remanejamento setorial das canalizações associadas nas subfaixas, nos mesmos moldes daquele pretendido para as subfaixas em 850 MHz citado anteriormente, tal decisão representaria uma redução de 6 anos na expectativa de prorrogação originalmente estabelecida para as autorizações que ainda não foram prorrogadas (15 anos de vigência, expirando em 2038). Por outro lado, para o caso específico das autorizações de 900 MHz e 1800 MHz no setor 3 (Minas Gerais), já previamente prorrogadas, esta decisão representaria extensão de 9 anos no período de vigência total destas autorizações (30 anos, sendo 15 anos do termo original e 15 anos de prorrogação).

Notas Explicativas

Leilões das Licenças 5G

Em 3 de dezembro de 2021, foram assinados junto à ANATEL, os Termos de Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências Associadas ao SMP n.º 86, 87 e 88/2021 ("Termos"), nas subfaixas de radiofrequências de 2.300 MHz a 2.390 MHz, 3.300 MHz a 3.700 MHz e 24,3 GHz a 27,5 GHz, decorrentes dos leilões para a implantação da tecnologia de quinta geração ("5G"), realizados pela ANATEL nos dias 4 e 5 de novembro de 2021, dos quais a Companhia foi a vencedora.

Estas autorizações têm prazo de vigência de 20 anos, a contar de 8 de dezembro de 2021, data de publicação dos extratos presentes dos Termos no Diário Oficial da União ("DOU"), associadas às autorizações para a prestação do SMP, expedidas pelos Termos n.º 78/2012/PVCP/SPV-ANATEL, n.º 05/2010/PVCP/SPV-ANATEL e n.º 06/2010/PVCP/SPV-ANATEL, prorrogáveis, sucessivamente, a título oneroso, nos termos da Lei nº 9.472/1997.

Em conformidade com os trâmites estabelecidos no âmbito do Edital de Licitação, além dos montantes de licenças de radiofrequência a serem pagos à ANATEL, as operadoras vencedoras constituíram e estão fazendo aportes de recursos conjuntamente na Entidade Administradora da Faixa de 3,5 GHz ("EAF") e na Entidade Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE"). As parcelas que couberam à Companhia, totalizaram 4.459.442, sendo: (i) R\$928.738 de licenças de radiofrequência; (ii) R\$2.104.456 de aportes à EAF e; (iii) R\$1.426.248 de aportes à EACE.

Como requisito para obtenção das referidas autorizações, a Companhia, assim como as demais prestadoras de serviços de telecomunicações vencedoras do processo licitatório, assumiu uma série de compromissos distintos. Para as faixas de espectro de 2,3 GHz e 3,5 GHz, tais obrigações incluem compromissos de cobertura e implantação de rede *backbone* de fibra óptica em locais com pouca ou nenhuma infraestrutura de conectividade. Além disso, as licitantes vencedoras da faixa de 3,5 GHz devem financiar todas as atividades relacionadas à migração dos serviços de TV via satélite da banda C para a banda Ku (notadamente a migração das TVROs e mitigação das interferências nos sistemas FSS), à construção de 6 (seis) infovias de alta capacidade com o lançamento de cabos subfluviais para o Programa Amazônia Integrada e Sustentável ("PAIS") e à implantação de redes privadas (fixa e móvel) de comunicação reservadas à Administração Pública Federal, cabendo à EAF a execução das referidas atividades. Os vencedores das faixas de espectro de 26 GHz, por sua vez, precisarão financiar as atividades da EACE, voltadas a projetos de conectividade em banda larga de escolas públicas a serem selecionadas em todo o país.

A frequência de 26GHz permite que a Companhia incremente a capacidade de sua rede em áreas urbanas mais densas, utilizando, em conjunção às frequências de 3.500MHz e 2.300MHz, para oferecer capacidade espectral para implantação da tecnologia 5G em todo o território nacional.

Com a aquisição destas radiofrequências, a Companhia garante o espectro necessário à prestação do serviço de 5G a médio e longo prazos, reforçando a liderança no serviço móvel ao oferecer aos seus clientes as soluções mais avançadas em termos de velocidade, qualidade e estabilidade, atendendo assim à crescente demanda por conectividade e acelerando o seu ecossistema digital.

A Companhia avalia que esta nova tecnologia reforça suas operações no mercado em que atua, não identificando até o momento indício de *impairment* de ativos, bem como a necessidade de alteração de vidas úteis de outras tecnologias utilizadas atualmente.

Autorizações na faixa de 450 MHz

No âmbito do processo licitatório realizado em 2012, a ANATEL leiloou um lote de frequência de 450 MHz, associado à banda de 2,5 GHz, voltada a atender a demanda por serviços de voz e de dados em áreas rurais remotas. Em função da aquisição de outorgas em 450 MHz, a Companhia possui obrigação de fornecer infraestrutura nas áreas rurais dos estados de Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e interior de São Paulo, para um total de 2.556 municípios.

Notas Explicativas

Além disso, em 8 de dezembro de 2022, a ANATEL revogou a autorização de espectro de 450 MHz da Companhia (451-458 MHz e 461-468 MHz) abrangendo os estados de Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e parte de São Paulo. A decisão foi motivada pelo fato de que a Companhia não pôde fornecer provas de ativação do serviço na faixa de 450 MHz em decorrência da indisponibilidade do ecossistema de dispositivos de 450 MHz e da cláusula de dispensa contida no edital, interpretada pela ANATEL no sentido de que a renúncia funcionaria automaticamente em caso de não ativação da frequência dentro do prazo contratual. Anteriormente, em setembro de 2022, a ANATEL revogou autorizações detidas por outros prestadores.

Visão geral das Autorizações para Uso do Espectro de Radiofrequência

A seguir, apresentamos um resumo das autorizações para uso de faixas de radiofrequência, outorgadas para a Companhia, conforme os termos de autorização para exploração do serviço em cada região.

Radiofrequência	Banda (MHz)	Vencimento das autorizações
700 MHz	20	2029
850 MHz	25	2023-2028
900 MHz	5	2023-2035
1800 MHz	20-50	2023-2035
2100 MHz	20-30	2023
2300 MHz	40-50	2041
2500 MHz	40-60	2027-2031
3500 MHz	100	2041
26 GHz	600	2041

e) Taxas de amortização

A seguir, apresentamos um quadro das taxas de amortização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Softwares	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Carteira de clientes	12,5% a 20,00%	12,50%	12,5% a 20,00%	12,50%
Marcas	7,70%	7,70%	7,70%	7,70%
Licenças	3,60% a 20,00%	3,60% a 6,67%	3,60% a 20,00%	3,60% a 6,67%
Outros intangíveis	20,00%	20,00%	6,67% a 20,00%	20,00%

15) ANÁLISE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS, NÃO FINANCEIROS

a) Política contábil

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Considerando as convergências de ofertas de produtos e serviços, além de que o principal ativo operacional da Companhia é uma rede única, amplamente integrada, a qual é utilizada para prover todos os serviços de telecomunicações a seus clientes, a Companhia define seu negócio como uma única UGC.

Notas Explicativas

Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto *WACC (Weighted Average Cost of Capital)* que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital (incluindo riscos específicos) com base no *Capital Asset Pricing Model ("CAPM")* (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicáveis ao ativo ou UGC antes dos tributos.

O valor justo líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Caso a indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGC, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos ativos indicados:

- Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.
- Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
- Avaliação do valor em uso dos ativos imobilizados, ágio e intangíveis: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso através da metodologia de fluxo de caixa descontado são: (i) receitas (projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços).

b) Estimativas e julgamentos críticos

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da UGC, objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

c) Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

Notas Explicativas

- **Crescimento da receita:** baseado na observação do comportamento histórico de cada linha de receita, bem como em tendências baseadas em análise de mercado. As projeções das receitas diferem muito entre as linhas de produtos e serviços com tendência de maior crescimento em serviços de banda larga, IPTV e TI comparadas com os serviços de voz (fixa). As receitas móveis seguem a tendência de mercado, incluindo um novo mix entre pré-pago, pós-pago e controle, migrações de pré-pago para pós e controle, convergência de preços e crescimento em dados e M2M.
- **Taxas de desconto:** representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo calculada pelo Custo de Capital Médio Ponderado ("CCMP" ou WACC). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio (capital próprio). O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo da dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do negócio é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais, notadamente o Beta.
- **Taxa de crescimento na perpetuidade:** reflete a condição da Companhia de gerar um fluxo de caixa de maneira eterna. O percentual considerado leva em conta, principalmente, os investimentos ao longo do período projetado e reproduz a condição da Companhia na perpetuidade.

d) Sensibilidade a mudanças nas premissas

A Companhia emprega uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste.

A seguir, apresentamos as variações sensibilizadas em aumentos/diminuições e expressas em pontos percentuais que foram assumidas para os fluxos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

<u>Variações nas principais premissas</u>	<u>Em pontos percentuais</u>
Variações financeiras	
Taxa de desconto	+/- 0,5
Taxas de crescimento na perpetuidade	+/- 1,0
Variações operacionais	
Margem da receita	+/- 1,5

A análise de sensibilidade empregada no final dos exercícios de 2022 e 2021 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que com os limites acima nenhuma perda seria reconhecida.

e) Teste de recuperabilidade dos ágios

Anualmente, a Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso.

O processo de determinação do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa são baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros são descontados com base no WACC.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa.

A taxa de crescimento nominal utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 4,50% a.a. em 2022 e 2021.

Notas Explicativas

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 12,60% e 12,00%, que antes dos tributos equivalem a 14,18% e 13,64% em 2022 e 2021, respectivamente, também em valores nominais.

A taxa de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados foi de 3,21% a.a. e 3,15% a.a. em 2022 e 2021, respectivamente.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022 e 2021, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

16) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

a) Política contábil

Os salários, remunerações e participação nos resultados são negociados em acordos coletivos de trabalho, sendo adicionados os encargos e contribuições sociais correspondentes e apropriados pelo regime de competência. O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras da Companhia, sendo reconhecida uma provisão quando forem satisfeitas as premissas para sua contabilização.

Os detalhes dos planos de remuneração baseados em ações da Telefônica estão descritos na nota 30.

Os custos e despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais são contabilizados como custo dos serviços prestados, despesas comerciais ou despesas gerais e administrativas (nota 26).

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Encargos e benefícios sociais	460.149	370.247	497.568	397.906
Participação de empregados nos resultados	464.106	358.011	483.548	366.451
Planos de remuneração baseados em ações (nota 30)	76.071	108.992	77.175	109.682
Salários e remunerações	36.086	33.091	39.035	35.818
Total	1.036.412	870.341	1.097.326	909.857
Circulante	975.432	848.819	1.035.652	888.324
Não circulante	60.980	21.522	61.674	21.533

17) FORNECEDORES

a) Política contábil

São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

Notas Explicativas**b) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Fornecedores diversos (Opex, CaPex, Serviços e Mercadorias)	6.134.913	6.131.924	6.572.181	6.243.614
Partes relacionadas (nota 29)	605.458	507.093	375.299	442.747
Valores a repassar (operadoras, <i>cobilling</i>)	218.620	217.000	224.555	217.000
Interconexão / interligação	210.218	229.041	243.763	229.041
Total	7.169.209	7.085.058	7.415.798	7.132.402

18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Fistel (1)	2.335.801	1.425.048	2.421.789	1.425.048
ICMS	949.930	1.363.530	1.020.067	1.416.323
PIS e COFINS	220.260	222.407	238.992	229.481
Fust e Funttel	92.662	87.726	93.427	87.726
ISS, CIDE e outros tributos	94.211	85.856	111.972	97.764
Total	3.692.864	3.184.567	3.886.247	3.256.342
Circulante	1.044.473	1.465.039	1.097.512	1.485.157
Não circulante	2.648.391	1.719.528	2.788.735	1.771.185

(1) Refere-se aos saldos remanescentes de 2022, 2021 e 2020 que, conforme decisões do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, estão com a exigibilidade suspensa. O montante está classificado como passivo não circulante.

19) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**a) Política contábil****a.1) Dividendos**

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

a.2) Juros sobre o capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia e suas controladas, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira, provisionam nos seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e, para fins de apresentação destas demonstrações financeiras, reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita à retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

a.3) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em três anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

Notas Explicativas**b) Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber do Terra Networks**

	Controladora	
	31.12.22	31.12.21
Saldo no início do exercício	12.396	44.369
Dividendos complementares do exercício anterior	38.729	133.830
Recebimento de dividendos	(51.125)	(178.199)
Dividendos do exercício corrente	15.422	12.396
Saldo no final do exercício	15.422	12.396

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar**c.1) Composição**

	Controladora / Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Telefónica (1)	1.051.720	1.146.019
Telefónica Latinoamérica Holding (1)	1.009.454	927.324
SP Telecomunicações Participações (1)	-	757.506
Telefónica Chile	1.552	2.132
Acionistas não controladores	1.124.691	1.432.734
Total	3.187.417	4.265.715

(1) Em 31 de outubro de 2022, houve a liquidação e extinção da SP Telecomunicações Participações Ltda. ("SPTE"). As ações de emissão da Companhia de titularidade da SPTE foram entregues às suas sócias Telefónica S.A. ("Telefónica") e Telefónica Latinoamérica Holding S.L. ("TLH"), na proporção de suas respectivas participações no capital social da SPTE, no âmbito da partilha do patrimônio líquido. Desta forma, os créditos de juros sobre o capital próprio e dividendos que a SPTE detinha foram transferidos para a Telefónica e TLH (nota 24.a).

c.2) Movimentação

	Controladora / Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Saldo no início do exercício	4.265.715	3.865.998
Dividendos complementares de exercício anterior	2.028.524	1.587.518
JSCP intermediários (líquidos de IRRF) e dividendos	2.763.750	3.824.750
Prescrição de dividendos e JSCP	(167.449)	(116.236)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(5.709.263)	(4.901.326)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	6.140	5.011
Saldo no final do exercício	3.187.417	4.265.715

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

20) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS**a) Política contábil**

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada provisão.

Notas Explicativas

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias.

Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia e/ou suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituídas provisões contábeis em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes (*Purchase Price Allocation* - PPA)

Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do PPA gerados na aquisição dos controles da Vivo Participações (2011), da Global Village Participações (2015) e da Garliava e Vita IT (2022), relacionados a demandas judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme o caso, ao seu valor justo na combinação de negócios.

Valores a restituir a clientes (Lei Complementar nº 194/2022)

Em 23 de julho de 2022, foi promulgada a Lei Complementar nº 194, de 23 de julho de 2022, que trata sobre a incidência de impostos sobre diversos setores considerados pela respectiva Lei como bens e serviços essenciais e indispensáveis, acarretando a redução de alíquota de ICMS sobre os serviços de comunicações e a respectiva restituição desses montantes aos clientes. A contabilização destes montantes a restituir aos clientes foi realizada em contrapartida a descontos concedidos (nota 25).

Provisão para desmantelamento de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os *sites* (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

Estes custos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração dos resultados como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso.

Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Provisão para multas de cancelamento de contratos de arrendamento

Refere-se à provisão de multas para o cancelamento de contratos de arrendamento oriundos da Garliava, decorrentes da alienação ou desligamento de sites.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A obrigação oriunda das provisões pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia ou suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

Notas Explicativas**c) Informações das provisões e contingências**

A seguir, apresentamos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente, provisão para desmantelamento, valores a restituir a clientes e provisão para multas por cancelamentos de contratos de arrendamentos.

Controladora								
	Provisões para demandas judiciais					Valores a restituir a clientes	Provisão para desmantelamento	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)			
Saldos em 31.12.20	473.180	1.711.591	864.127	1.207.331	823.245	-	407.815	5.487.289
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27) (1)	205.292	282.450	310.064	542.843	(278.995)	-	(28.073)	1.033.581
Outros ingressos (reversões)	-	-	(155)	-	-	-	12.431	12.276
Baixas por pagamento	(313.039)	(118.579)	(646.559)	(20.884)	-	-	-	(1.099.061)
Atualização monetária (1)	97.961	182.572	398.628	256.954	(55.652)	-	(14.068)	866.395
Saldos em 31.12.21	463.394	2.058.034	926.105	1.986.244	488.598	-	378.105	6.300.480
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27)	332.174	174.859	349.097	(160.024)	(12.458)	612.885	(9.811)	1.286.722
Outros ingressos (reversões)	12.084	(6.832)	1.846	-	-	-	21.498	28.596
Baixas por pagamento	(413.444)	(33.238)	(459.484)	(110.057)	-	(13.280)	-	(1.029.503)
Atualização monetária	123.369	197.002	369.750	152.872	16.697	-	6.110	865.800
Saldos em 31.12.22	517.577	2.389.825	1.187.314	1.869.035	492.837	599.605	395.902	7.452.095
Em 31.12.21								
Circulante	204.279	-	293.506	200.313	-	-	-	698.098
Não circulante	259.115	2.058.034	632.599	1.785.931	488.598	-	378.105	5.602.382
Em 31.12.22								
Circulante	214.320	-	404.029	104.898	-	599.605	-	1.322.852
Não circulante	303.257	2.389.825	783.285	1.764.137	492.837	-	395.902	6.129.243

Notas Explicativas

Consolidado									
	Provisões para demandas judiciais					Valores a restituir a clientes	Provisão para desmantelamento	Provisão para multas de cancelamento de contratos de arrendamento	Total
	Trabalhista	Tributária	Cível	Regulatório	Passivo contingente (PPA)				
Saldos em 31.12.20	499.710	1.799.252	871.951	1.207.331	823.245	-	408.642	-	5.610.131
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27) (1)	205.540	282.699	313.935	542.843	(278.995)	-	(28.900)	-	1.037.122
Outros ingressos	583	-	683	-	-	-	12.431	-	13.697
Baixas por pagamento	(319.511)	(118.579)	(652.112)	(20.884)	-	-	-	-	(1.111.086)
Atualização monetária (1)	100.633	183.997	401.514	256.954	(55.652)	-	(14.068)	-	873.378
Saldos em 31.12.21	486.955	2.147.369	935.971	1.986.244	488.598	-	378.105	-	6.423.242
Ingressos (reversões), líquidos (nota 27)	340.680	168.212	345.748	(160.025)	(40.929)	615.750	(9.811)	-	1.259.625
Outros ingressos	6.580	607	6.261	-	-	-	21.498	-	34.946
Baixas por pagamento	(416.784)	(33.260)	(464.406)	(110.057)	-	(13.868)	-	(106.404)	(1.144.779)
Combinação de negócios – Garliava e Vita IT (nota 2.d)	-	-	-	-	481.897	-	-	655.827	1.137.724
Atualização monetária	122.759	200.499	369.326	152.873	48.506	-	6.110	-	900.073
Saldos em 31.12.22	540.190	2.483.427	1.192.900	1.869.035	978.072	601.882	395.902	549.423	8.610.831
Em 31.12.21									
Circulante	206.279	-	295.722	200.313	-	-	-	-	702.314
Não circulante	280.676	2.147.369	640.249	1.785.931	488.598	-	378.105	-	5.720.928
Em 31.12.22									
Circulante	217.229	-	404.654	104.898	-	601.882	-	549.423	1.878.086
Não circulante	322.961	2.483.427	788.246	1.764.137	978.072	-	395.902	-	6.732.745

(1) Passivo contingente (PPA) em 2021: principalmente pelos efeitos da reversão de TFF e de PIS e COFINS sobre assinatura/SVAs.

c.1) Provisões e contingências trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Provisões	517.577	463.394	540.190	486.955
Contingências possíveis	1.476.824	1.345.637	1.490.560	1.364.562

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de ex-empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: eventuais diferenças de pagamento de horas extraordinárias, remuneração variável, equiparação salarial e adicional de insalubridade ou periculosidade.

Notas Explicativas

c.2) Provisões e contingências tributárias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>31.12.22</u>	<u>31.12.21</u>	<u>31.12.22</u>	<u>31.12.21</u>
Provisões	2.389.825	2.058.034	2.483.427	2.147.369
Federais	685.793	655.253	779.395	744.588
Estaduais	1.112.094	842.905	1.112.094	842.905
Municipais	42.686	36.794	42.686	36.794
FUST	549.252	523.082	549.252	523.082
Contingências possíveis	33.367.478	29.948.793	33.472.824	30.248.600
Federais	3.002.051	2.927.654	3.042.010	2.964.490
Estaduais	21.711.855	18.927.351	21.712.030	19.163.608
Municipais	433.867	610.674	479.484	618.747
FUST, FUNTTEL e FISTEL	8.219.705	7.483.114	8.239.300	7.501.755

c.2.1) Provisões tributárias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito federal, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) IRRF e CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos aos serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) compensação de FINSOCIAL; (iv) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/1998; (v) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; e (vi) INSS sobre terço constitucional de férias.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito estadual, relativas ao ICMS, sendo: (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de supostos serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados); (vi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes; (viii) serviços não medidos; (ix) crédito de CIAP; e (x) assinatura mensal, não abrangidos pela modulação dos efeitos decorrentes do julgamento do STF.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações na esfera judicial no âmbito municipal, relativas a: (i) Imposto Predial e Territorial Urbano; e (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empreitada.

FUST

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussão judicial, relativa à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

c.2.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST, FUNTTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Notas Explicativas

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito federal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); (b) retenção de 11% (cessão de mão de obra); e (c) *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (iii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (iv) PIS e COFINS sobre: (a) regime de competência versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado; e (c) serviço de assinatura mensal; (v) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como “*Fixed access unit*” (unidade de acesso fixo); (vi) IOF, exigência relativa às operações de mútuo, *intercompany* e operações de crédito; e (vii) IRRF sobre ganho de capital incidente na venda do Grupo GVT à Companhia.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) estorno de créditos extemporâneos; (iii) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (iv) *co-billing*; (v) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (vi) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (vii) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (viii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (ix) cobrança diferida referente à interconexão (Detraf); (x) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xi) glosa de incentivos fiscais relativos aos projetos culturais; (xii) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xiii) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xiv) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xv) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xvi) multa CDR/Detraf; (xvii) consumo próprio; (xviii) isenção de órgãos públicos; (xix) valores dados a título de descontos; e (xx) assinatura mensal com discussão sobre franquia de minutos.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito municipal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS sobre: (a) atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) retenção na fonte; (c) prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (d) prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; (e) processamento de dados e congêneres antivírus; (f) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; e (h) serviços prestados por terceiros; (ii) IPTU; (iii) taxa de uso do solo; e (iv) diversas taxas municipais.

FUST, FUNTTEL e FISTEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (“FUST”)

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada (“EILD”) na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/2000, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas cobranças administrativas e judiciais pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante consolidado envolvido totalizava R\$5.103.037 (R\$4.694.276 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/2000 e o Decreto nº 3.737/2001, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/2013.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante consolidado envolvido totalizava R\$1.013.427 (R\$790.057 em 31 de dezembro de 2021).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante consolidado envolvido totalizava R\$2.122.836 (R\$2.017.422 em 31 de dezembro de 2021).

c.3) Provisões e contingências cíveis

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Provisões	1.187.314	926.105	1.192.900	935.971
Contingências possíveis	2.163.980	2.107.576	2.175.547	2.119.701

c.3.1) Provisões cíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação às plantas comunitárias de telefonia e aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2022 o montante consolidado provisionado era de R\$145.874 (R\$130.163 em 31 de dezembro de 2021).
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista individual na esfera judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de dezembro de 2022 o montante consolidado provisionado era de R\$244.663 (R\$367.334 em 31 de dezembro de 2021).
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista coletiva e não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2022, o montante consolidado provisionado era de R\$802.363 (R\$438.474 em 31 de dezembro de 2021).

c.3.2) Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

Notas Explicativas

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (“ASTEL”) no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (“PAMA”) e em síntese, restabelecimento ao “*status quo*” anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou parcialmente a sentença de improcedência. Em paralelo, as partes formularam acordo, já protocolado aos autos, mas ainda pendente de homologação judicial. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno às condições do plano anterior.
- Ação Civil Pública proposta pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (“FENAPAS”), em que a ASTEL figura como sua assistente proposta contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. Após julgamento de procedência da ação em primeiro grau e confirmação da sentença em grau de apelação, a Companhia apresentou recurso de embargos de declaração. Em paralelo, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”) interveio no processo, o que ocasionou a remessa dos autos para a Justiça Federal. Aguarda-se o recebimento do processo na Justiça Federal. Distribuído os autos na Justiça Federal, a PREVIC apresentou petição requerendo sua citação e sobreveio despacho determinando que a autarquia apresentasse as razões que justificam sua intervenção nos autos, bem como a natureza da intervenção. Com a apresentação da petição pela PREVIC, sucessivamente, as rés e a FENAPAS se manifestaram. Os autos foram remetidos à conclusão, onde aguardam decisão. Em 3 de julho de 2022, foi proferida decisão reconhecendo o interesse da PREVIC e intimando a autora, FENAPAS, para promover a inclusão do litisconsorte passivo, sob pena de extinção do feito, o que foi providenciado em 12 de julho de 2022. A União também requereu seu ingresso no feito, considerando a admissão da PREVIC como litisconsorte passivo necessário. A FENAPAS apresentou instrumento de transação firmado pelas partes. O acordo foi homologado pelo juízo, extinguindo-se o processo. Aguarda-se certificação do trânsito em julgado e o arquivamento dos autos.
- A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo órgão de Proteção e Defesa do Consumidor (“PROCON”), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio.
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (“Lune”), empresa brasileira, propôs ações judiciais em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstinhasse de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (“Bina”), com multa diária de R\$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condenou a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova perícia. A perícia foi realizada e, em seguida, o processo foi julgado improcedente. Interpostos recursos de apelação pelas partes, aguarda-se julgamento. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

Notas Explicativas

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras que prestam serviços de telecomunicações, é ré em discussões que contestam a prática que as operadoras adotam de imposição de prazo delimitado para utilização de minutos pré-pagos. Isto é, o demandante alega que os minutos do pacote pré-pago não devem expirar após o término de um prazo específico, podendo ser utilizados a qualquer tempo pelo consumidor. O pedido do Ministério Público Federal não foi acolhido e os processos estão aguardando julgamento de recurso no Tribunal Regional Federal ("TRF") da 1ª Região.

c.4) Provisões e contingências regulatórias

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos	
	Controladora / Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Provisões	1.869.035	1.986.244
Contingências possíveis	5.844.624	4.545.365

c.4.1) Provisões regulatórias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia figura como parte em processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem, em grande maioria, sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Os principais temas desses processos são a obrigatoriedade do pagamento da onerosidade do serviço móvel (o pagamento, a cada dois anos, referente ao direito de uso do SMP), as obrigações da Companhia relacionados a não observância dos direitos dos consumidores de serviços de telecomunicações, o cumprimento dos indicadores de qualidade e o cumprimento das metas constantes do edital do leilão de espectro para cobertura do serviço.

Especificamente em relação ao pagamento de ônus do SMP, existe um contencioso a respeito de quais receitas devem ser consideradas no pagamento dos valores devidos pela renovação de radiofrequências. Sobre esse tema, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avalia que há prognóstico de perda provável sobre o pagamento de aproximadamente R\$673 milhões do ônus do SMP quanto a receita de dados, em razão da existência de decisões desfavoráveis na ANATEL em 2021 e na justiça com prognóstico improvável de revisão, bem como pelo fato de que a Companhia decidiu recolher prospectivamente tais valores em favor da ANATEL, a partir de 2022.

c.4.2) Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia mantém processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL (outros agentes, incluindo outras operadoras também têm demandas contra a Companhia) com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem majoritariamente sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa.

Casos relevantes na carteira de contingências regulatórias possíveis incluem:

- Litígio a respeito das receitas que devem compor o cálculo do valor de ônus devido em razão da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP e da concessão do STFC (com exceção das receitas de dados do SMP, como informado no item d.1, desta nota). Na visão da ANATEL, o cálculo de ônus deve considerar a aplicação do percentual de 2% sobre todo o proveito econômico decorrente da prestação do serviço de STFC/SMP. Na visão da Companhia, porém, as receitas que não são parte dos planos de serviço de STFC/SMP, tal como interconexão, receitas auferidas no 15º ano da vigência das licenças e outros, não devem ser consideradas no cálculo do ônus. Como resultado dessa divergência de entendimento, a Companhia ingressou com pleitos administrativos e ações judiciais para questionar as cobranças de ônus da ANATEL.

Notas Explicativas

- A Companhia propôs, em maio de 2018, ação judicial para anular decisão final da ANATEL, de março do mesmo ano, nos autos do Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADO") por supostas infrações ao regulamento de telefonia fixa. A multa aplicada pela ANATEL, e objeto da ação judicial, totaliza R\$199.075 como valor principal. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores atualizados, acrescidos de juros e correção monetária, alcançaram aproximadamente R\$540.846 e R\$499.415, respectivamente. A Companhia entende que a multa aplicada é ilegal e indevida com base, fundamentalmente, nos seguintes argumentos de defesa: (i) o equívoco da ANATEL ao determinar o universo de usuários considerado na multa (número de usuários afetados é menor do que o considerado pela ANATEL); e (ii) o cálculo de sanção de multa é desproporcional e sem embasamento. A ação está em primeira instância e, neste momento, aguarda sentença, após a Companhia ter juntado laudo pericial que suporta os argumentos a favor da redução da multa.
- Processo administrativo que tramita no CADE, apura suposta ação coordenada entre as empresas Claro, Oi Móvel e a Companhia, que compuseram o Consórcio Rede Correios para concorrer no pregão eletrônico nº 144/2015, realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; bem como suposta discriminação de preços, por parte da Companhia, em relação a serviços ofertados à empresa BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda. ("BT"), que comporiam sua proposta para concorrer no referido certame. Em sua defesa, a Companhia (i) afirma que a formação de consórcios para participação em licitações públicas é legal e capaz de promover a concorrência; e (ii) demonstra que não há fundamentação para alegação de conduta discriminatória, já que: (a) a Companhia não era a única alternativa de fornecedora da BT; e (b) não é correto comparar os preços do serviço oferecido pelo consórcio aos do serviço cotado pela BT, pois existem diferenciações entre eles de ordem técnica, de precificação e de quantidade de recursos envolvidos. Em 8 de março de 2021, foi publicada a Nota Técnica da Superintendência-Geral opinando pela configuração de infrações da ordem econômica praticadas pelas empresas citadas. O processo foi encaminhado pela área técnica ao Tribunal do CADE, que decidiu que as operadoras praticaram conduta anticompetitiva. E após tal decisão, a Companhia opôs embargos de declaração, que estão pendentes de julgamento.
- Termo de Ajuste de Conduta ("TAC") assinado com a ANATEL em 28 de fevereiro de 2022, com início da vigência de 4 anos a partir da publicação no DOU, ocorrida em 3 de março de 2022. No TAC estão inclusos 24 PADOs relativos aos temas de Qualidade, Interrupções e Direito dos Usuários, cujas multas estimadas e aplicadas foram trocadas por investimentos em 14 compromissos de ajuste de conduta e compromisso adicional de construção de rota de *backbone* de fibra. Com o início da vigência do TAC e consequente arquivamento dos referidos PADOs que o compõe. Em 2022, houve baixas de R\$42 milhões e R\$324 milhões de processos com chances de perda prováveis e possíveis, respectivamente.
- Processo instaurado pela ANATEL para apurar eventuais providências acerca de possível repasse dos ganhos decorrentes de decisão do STF, que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS entre 2002 e 2017 nos planos da concessão. Neste processo, a Procuradoria e a área técnica da ANATEL entendem que tais ganhos não decorrem de eficiência empresarial, mas sim de uma alteração na ordem tributária. A proposta de devolução sugerida pela ANATEL seria por meio de uma revisão tarifária para planos básicos e a construção de infraestrutura de *backhaul* de alta capacidade para os planos alternativos, totalizando o valor de aproximadamente R\$1 bilhão, que avaliamos com chance de perda possível. O caso será julgado pelo Conselho Diretor da ANATEL, a partir do qual poderá ser desafiado por meio de procedimento arbitral.
- Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADO") que trata de metas de cobertura cuja multa aplicada de R\$127 milhões pôde ser convertida em obrigação de fazer, que consiste em meio alternativo de cumprimento de sanção à multa, para investimento para instalação de estação rádio base 4G em 188 localidades desprovidas desta tecnologia, cuja instalação deve ocorrer em 2 anos e meio, com custos de manutenção equivalentes ao período de 1 ano. A instalação não pode decorrer de acordos de *ran sharing*, *swap*, aluguel de redes, contratos de exploração industrial, ou outros meios contratuais. Após adesão e confirmação de anuência pela ANATEL, o cumprimento dentro do prazo determinado será objeto de acompanhamento.
- A Companhia é parte em ações judiciais que discutem nulidade de cláusulas contratuais e obrigações de fazer e não fazer atrelados a suspensão de serviços, não aumento de tarifas, reparos e manutenção de postes, que não envolvem valor financeiro determinado e, na fase atual em que se encontram, são inestimáveis. Os referidos processos aguardam julgamento nos tribunais.

Notas Explicativas

21) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTOS, LICENÇAS 5G E PASSIVOS PELA AQUISIÇÃO DE SOCIEDADE

a) Política contábil

São passivos financeiros mensurados e reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos para sua obtenção e posteriormente mensurados pelo custo amortizado (acrescidos de encargos e juros pró-rata), considerando a taxa de juros efetiva de cada operação, ou pelo valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A Companhia e suas controladas não capitalizaram os custos de empréstimos e financiamentos e debêntures em função de não haver ativos qualificáveis.

Arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem substancialmente pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, pela rescisão do contrato de arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com *spread* de risco intrínseco da Companhia.

As curvas de desconto utilizadas são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros de mercado são extraídas da B3 e o *spread* de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por empresas com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão. A Companhia e suas controladas determinam o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia e suas controladas possuem vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão.

A Companhia e suas controladas aplicam julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia e suas controladas reavaliam o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia e suas controladas estimam a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia e suas controladas.

c) Composição

	Consolidado					
	31.12.22			31.12.21		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituições financeiras (c.1)	1.073.090	-	1.073.090	50	4	54
PSI	3	-	3	50	4	54
Lei nº 4.131	1.073.087	-	1.073.087	-	-	-
Fornecedores (c.2)	-	-	-	224.556	-	224.556
Debêntures (c.3)	236.833	3.500.000	3.736.833	1.028.463	-	1.028.463
5ª emissão	-	-	-	1.028.463	-	1.028.463
7ª emissão	236.833	3.500.000	3.736.833	-	-	-
Arrendamentos (c.4)	3.503.167	8.529.436	12.032.603	2.907.481	8.322.618	11.230.099
Licenças 5G (c.5)	652.301	1.191.670	1.843.971	2.746.342	1.704.464	4.450.806
Passivos pela aquisição de sociedade (c.6)	554.554	60.745	615.299	-	-	-
Total	6.019.945	13.281.851	19.301.796	6.906.892	10.027.086	16.933.978

Todo passivo demonstrado no quadro acima foi contratado em moeda nacional (R\$), exceto pelo empréstimo junto ao Citibank, contratado em moeda estrangeira (dólar norte-americano).

c.1) Empréstimos e financiamentos – instituições financeiras

Em 8 de abril de 2022, foi firmado contrato com o Citibank em moeda estrangeira (dólar norte-americano), através da Lei nº 4.131, no montante de US\$ 213.413 mil, equivalente a R\$1.000.000, com vencimento em 28 de setembro de 2023, remunerado à 3,1546% a.a. O pagamento de juros será semestral e do principal no final da operação. Em 8 de abril de 2022, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por CDI + 0,70% a.a.

c.2) Financiamento - fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obtinha extensão de prazos de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 98,9% e 120,8% do CDI em 31 de dezembro de 2021. Em 2022, a Companhia realizou a quitação de todos os saldos dos acordos.

c.3) Debêntures

5ª emissão

A 5ª emissão foi liquidada em 8 de fevereiro de 2022, data de vencimento. O valor total de quitação foi R\$1.039.012, sendo R\$1.000.000 de principal e R\$39.012 de encargos.

Notas Explicativas

7ª emissão

Em 14 de julho de 2022, a Companhia concretizou a integralização da 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries. Foram emitidas 3.500.000 debêntures com o valor unitário nominal de R\$1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R\$3.500.000 e concluída a liquidação da respectiva oferta pública com esforços restritos.

- A 1ª série, no valor nominal de R\$1.500.000, tem remuneração de CDI + 1,12% a.a. Os juros serão pagos em parcelas semestrais a partir de 12 de janeiro de 2023 e o principal no vencimento, em 12 de julho de 2025.
- A 2ª série, no valor nominal de R\$2.000.000, tem remuneração de CDI + 1,35% a.a. Os juros serão pagos em parcelas semestrais a partir de 12 de janeiro de 2023 e o principal no vencimento, em 12 de julho de 2027.

As debêntures contam com o componente de sustentabilidade (Debêntures vinculadas a desempenho Ambiental, Social e Governança Corporativa ("ASG")), que permite sua classificação como "*sustainability-linked*", nos termos exigidos pela *International Capital Market Association nos Sustainability-Linked Bond Principles*, versão de junho de 2020.

c.4) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de estruturas (torres e *rooftops*), decorrentes de operações de venda e *leaseback*; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática; e (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão; escritórios, lojas e imóveis comerciais. O valor contábil dos ativos mencionados foi mantido inalterado até o momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato. Em 31 de dezembro de 2022, o prazo de vencimento mais longo desses contratos era em março de 2036.

A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 é de 13,45%, com prazo médio de vencimento de 5,51 anos.

A seguir, apresentamos os saldos e o cronograma dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Valor nominal a pagar	15.760.333	13.997.417
Despesa financeira não realizada	(3.727.730)	(2.767.318)
Valor presente a pagar (1)	12.032.603	11.230.099
Circulante	3.503.167	2.907.481
Não circulante	8.529.436	8.322.618

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, incluíam os montantes de R\$55.960 e R\$70.845, respectivamente, referente a contratos de arrendamentos com empresas do Grupo Telefônica (nota 29).

c.5) Licenças 5G

Em 3 de dezembro de 2021, foram assinados junto à ANATEL, os Termos, decorrentes dos leilões para a implantação da tecnologia 5G, realizados pela ANATEL, dos quais a Companhia foi a vencedora. Estas autorizações têm prazo de vigência de 20 anos, a título oneroso, associadas às autorizações para a prestação do SMP, prorrogáveis, sucessivamente, nos termos da Lei nº 9.472/1997 (nota 14.d).

Estes montantes estão sendo atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC"), acumulada mensalmente e pela variação do IGP-DI, conforme o caso.

Estes Termos têm como garantia contratos de seguros.

Notas Explicativas

c.6) Passivos pela aquisição de sociedade

c.6.1) Aquisição da Garliava

Conforme comentado na nota 2.d), a Companhia possui alguns passivos previstos em cláusulas do Contrato, celebrado em 28 de janeiro de 2021 entre a Companhia e a Oi, apresentados a seguir:

Retenção contratual

Retenção de 10% do preço de aquisição no montante de R\$488.458. Esse montante está sendo corrigido pela variação de 100% do CDI desde a data da aquisição e permanecerá retido para garantir eventuais compensações de valores decorrentes de ajuste de preço pós-fechamento e de indenização decorrente de atos remanescentes a serem praticados após o fechamento nos termos do Contrato. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$522.297, valor este que se encontra depositado em juízo (nota 10).

Contraprestação contingente

Parte do preço da transação é condicionado ao atingimento de alguns objetivos/metasp. A Companhia avaliou e concluiu que todos serão cumpridos e com atingimento de 100% do *target*. Com isso, o valor justo desses compromissos, representa de R\$110.205, que está sendo corrigido pela variação de 100% do CDI desde a data da aquisição até a data do efetivo pagamento e deverá ser integralmente pago à Oi, previsto para ocorrer em até 12 meses. Com o cumprimento dos objetivos/metasp previstos, até 31 de dezembro de 2022, a Companhia já efetuou o pagamento de R\$100.000. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$15.000.

Custos rescisórios

Ao preço de aquisição, foi acrescido R\$8.333 referente aos custos rescisórios incorridos pela Oi com o desligamento e recontração de empregados da Oi pela Garliava. Estes valores serão integralmente reembolsados em até 30 dias contados da data de notificação a ser enviada pela Oi. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$8.333.

c.6.2) Aquisição da Vita IT por controlada indireta

O valor da contraprestação total transferida pela aquisição da Vita IT pela TIS, controlada indireta da Companhia, foi de R\$110.815. Deste montante, R\$42.000 foram pagos à vista no momento da conclusão da Operação e R\$69.669 serão pagos conforme cláusulas contratuais, sendo atualizado pelo IPCA, nota 2.d).

d) Cronograma de pagamentos (não circulante)

Ano	Consolidado				Total
	Debêntures	Arrendamentos	Licenças 5G	Passivos pela aquisição de sociedade - Vita IT (nota 2.d)	
2024	-	2.723.908	352.003	60.745	3.136.656
2025	1.500.000	1.830.887	52.531	-	3.383.418
2026	-	1.336.718	52.531	-	1.389.249
2027	2.000.000	931.904	52.531	-	2.984.435
2028 em diante	-	1.706.019	682.074	-	2.388.093
Total	3.500.000	8.529.436	1.191.670	60.745	13.281.851

Notas Explicativas

e) **Movimentações**

	Consolidado						Passivos pela aquisição de sociedade – Garliava e Vita IT (nota 2.d)	Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Financiamento (fornecedores)	Licenças 5G			
Saldo em 31.12.20	112	2.044.576	10.818.778	375.700	-	-	-	13.239.166
Ingressos (1)	-	-	3.113.349	221.840	4.459.442	-	-	7.794.631
Encargos financeiros (nota 28)	20	49.786	828.710	7.899	37.800	-	-	924.215
Custos de emissão	-	1.082	-	-	-	-	-	1.082
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(270.164)	-	-	-	-	(270.164)
Baixas (pagamentos) de principal	(74)	(1.028.312)	(2.455.690)	(370.635)	(46.436)	-	-	(3.901.147)
Baixas (pagamentos) de encargos	(4)	(38.669)	(804.884)	(10.248)	-	-	-	(853.805)
Saldo em 31.12.21	54	1.028.463	11.230.099	224.556	4.450.806	-	-	16.933.978
Ingressos (1)	1.000.000	3.500.000	3.229.338	-	-	-	-	7.729.338
Variação cambial (nota 28)	108.310	-	-	-	-	-	-	108.310
Encargos financeiros (nota 28)	(17.559)	247.381	1.292.376	5.816	282.784	39.488	-	1.850.286
Combinação de negócios – Garliava e Vita IT (nota 2.d)	-	-	589.024	-	-	675.811	-	1.264.835
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(67.220)	-	-	-	-	(67.220)
Baixas (pagamentos) de principal	(50)	(1.000.000)	(2.940.222)	(224.556)	(2.721.392)	(100.000)	-	(6.986.220)
Baixas (pagamentos) de encargos	(17.665)	(39.011)	(1.300.792)	(5.816)	(168.227)	-	-	(1.531.511)
Saldo em 31.12.22	1.073.090	3.736.833	12.032.603	-	1.843.971	615.299	-	19.301.796

(1) Os montantes de ingressos de financiamento (fornecedores), arrendamentos e licenças 5G, não têm efeitos de ingresso em recursos (caixa).

22) RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Passivos contratuais (contratos com clientes) (1)	694.450	615.083	865.407	619.881
Alienação de mercadorias e ativos imobilizados (2)	78.027	91.058	78.027	91.058
Subvenções governamentais	28.162	39.341	28.162	39.341
Outras	8.016	8.230	11.827	8.230
Total	808.655	753.712	983.423	758.510
Circulante	670.945	599.873	845.645	604.646
Não circulante	137.710	153.839	137.778	153.864

(1) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais de clientes, sendo diferido na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

(2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de estruturas (torres e *rooftops*) não estratégicas, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.

A seguir, apresentamos as movimentações dos passivos contratuais (contratos com clientes), principalmente representados pela venda de créditos de pré-pagos.

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Saldos no início do exercício	619.881	529.179
Ingressos	7.794.042	7.496.088
Baixas	(7.583.863)	(7.405.386)
Combinação de negócios - Garliava (nota 2.d)	35.347	-
Saldos no final do exercício	865.407	619.881

A seguir, apresentamos os prazos esperados para a realização dos passivos contratuais, não circulante.

Ano	Consolidado
2023	819.835
2024	27.720
2025	2.748
2026	3.594
2027	3.382
2028 em diante	8.128
Total	865.407

23) OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 31)	761.854	645.209	769.816	649.817
Obrigações com a ANATEL (1)	770.336	565.123	776.878	565.123
Retenções de terceiros (2)	294.082	175.989	299.411	181.818
Valores a restituir a clientes	62.354	43.144	63.460	43.964
Obrigações com partes relacionadas (nota 29)	113.542	128.731	124.724	137.861
Outras obrigações	50.863	53.149	45.145	52.368
Total	2.053.031	1.611.345	2.079.434	1.630.951
Circulante	582.240	450.983	601.053	466.342
Não circulante	1.470.791	1.160.362	1.478.381	1.164.609

(1) Inclui montantes referentes ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP e a prorrogação da autorização de direito de uso de radiofrequências para a exploração do SMP nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e do Distrito Federal (nota 14.d).

(2) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

24) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das S.A., artigo 166, inciso IV estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da AGE convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Notas Explicativas

Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem. Por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública, permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 e 253 da Lei das S.A., bem como, gozo de incentivos fiscais, nos termos de legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da referida lei.

Em 31 de outubro de 2022, a Companhia, na forma e para fins do disposto no artigo 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e nos termos da Resolução CVM nº 44/2021, conforme alterada, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Acordo de Voto celebrado em 1º de outubro de 2020 pelas acionistas controladoras Telefônica, TLH e SPTE, com a interveniência anuência da Companhia ("Acordo de Voto"), perdeu o seu objeto e eficácia em decorrência da liquidação e extinção da SPTE ocorrida em 31 de outubro de 2022, dado que seu objeto consistia na manutenção do exercício do poder de controle direto pela SPTE. As ações de emissão da Companhia de titularidade da SPTE foram entregues às suas sócias Telefônica e TLH, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Sociedade, no âmbito da partilha do patrimônio líquido. A liquidação da SPTE, a consequente extinção do Acordo de Voto e a referida entrega das ações não resultaram na alteração da composição do controle da Companhia (que já era indiretamente detido conjuntamente pela TLH, Telefônica e pela SPTE, todas sociedades sob controle comum da Telefônica), de sua estrutura administrativa ou de seu regular funcionamento.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R\$63.571.416, representado por ações, todas ordinárias, escriturais e sem valor nominal, assim distribuído:

	31.12.22		31.12.21	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%
Grupo Controlador	1.244.241.119	74,20%	1.244.241.119	73,58%
Telefônica	634.399.555	37,83%	503.329.803	29,77%
Telefônica Latinoamérica Holding	608.905.051	36,31%	407.279.213	24,09%
SP Telecomunicações Participações	-	0,00%	332.695.590	19,67%
Telefônica Chile	936.513	0,06%	936.513	0,05%
Outros acionistas	419.315.612	25,00%	432.697.152	25,59%
Ações em tesouraria	13.381.540	0,80%	14.046.652	0,83%
Total de ações emitidas	1.676.938.271	100,00%	1.690.984.923	100,00%
Ações em tesouraria	(13.381.540)		(14.046.652)	
Total de ações em circulação	1.663.556.731		1.676.938.271	
Valor patrimonial por ação em circulação:				
Em 31.12.22			R\$	41,12
Em 31.12.21			R\$	41,70

b) Reservas de capital

b.1) Reserva especial de ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador (Telefônica e TLH) após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 319/1999.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R\$63.074.

Notas Explicativas

b.2) Outras reservas de capital (Composição)

	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão (1)	2.735.930	2.735.930
Cancelamento de ações em tesouraria (2)	(718.643)	(112.107)
Custos diretos de aumentos de capital (3)	(62.433)	(62.433)
Incorporação de ações da GVTPart. (4)	(1.188.707)	(1.188.707)
Efeitos de aquisições e alienações de sociedades (5)	(72.369)	(74.778)
Total	693.778	1.297.905

- (1) Refere-se ao excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.
- (2) Refere-se aos cancelamentos de 2.332.686 (equivalente a R\$112.107) e 14.046.652 (equivalente a R\$606.536) ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, aprovados pelas AGEs de 12 de março de 2015 e 18 de fevereiro de 2022, respectivamente.
- (3) Refere-se aos custos diretos (líquidos de tributos) dos aumentos de capital da Companhia ocorridos em 28 de abril de 2015 e 30 de abril de 2015, decorrentes da Oferta Primária de Ações.
- (4) Refere-se a diferença entre o valor econômico da incorporação das ações da GVTPart. e o valor de mercado das ações, emitidas na data de fechamento da transação.
- (5) Refere-se aos efeitos das transações de aquisição e alienação de sociedades, sendo: (i) Lemontree, GTR, CyberCo Brasil, FiBrasil, CloudCo Brasil e IoTCo Brasil pela Companhia; (ii) TGLog e Terra Networks pela TData; e (iii) TIS pela Terra Networks.

b.3) Ações em tesouraria

São instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos e reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Programa de recompra de ações da Companhia

Em 22 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 15, inciso XV do Estatuto Social e da Instrução CVM nº 567/2015, aprovou um novo Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão da Companhia, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da Companhia.

A recompra está sendo efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante das últimas Demonstrações Financeiras Anuais da Companhia com data base de 31 de dezembro 2021 e consideradas as exceções referidas no artigo 7º, § 1º, da ICVM 567/2015 (R\$ 649,4 milhões).

Este programa tem vigência até 22 de fevereiro de 2023, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares, cabendo à administração da Companhia decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, respeitando os limites previstos no Programa e na regulamentação aplicável.

Eventos envolvendo ações em tesouraria

- Cancelamento de ações em tesouraria: em reunião realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 18 de fevereiro de 2022, foi aprovado o cancelamento de 14.046.652 ações ordinárias, posição de 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$606.536. A contabilização deste cancelamento foi realizada em contrapartida a "Outras reservas de capital".
- Recompra de ações: recompra de 13.381.200 ações ordinárias, no montante total de R\$607.429, decorrente do Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão da Companhia.

Notas Explicativas

- Direito de recesso (Aquisição de parte da UPI Ativos Móveis da Oi, nota 2.d): Em vista da ratificação aprovada pela AGE, os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que, em relação à ratificação (i) não votaram favoravelmente; (ii) se abstiveram de votar; ou (iii) não compareceram à AGE, tiveram o direito de retirar-se da Companhia ("Direito de Recesso") nos seguintes termos e condições:
 - ✓ Direito de recesso e data de corte: aos acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia que, comprovadamente, eram titulares de tais ações, de forma ininterrupta, desde 29 de janeiro de 2021 (inclusive), até a data do exercício do efetivo Direito de Recesso.
 - ✓ Valor de reembolso: o valor do reembolso por ação ordinária pago em virtude do exercício do Direito de Recesso, apurado com base (i) no patrimônio líquido da Companhia constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, devidamente aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2022 ("AGO"); e (ii) no número de ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria, existentes em 31 de dezembro de 2021, corresponde a R\$41,70 (quarenta e um reais e setenta centavos) por ação. Do valor de reembolso por ação foi deduzido o valor equivalente ao montante dos dividendos adicionais declarados pela Companhia na AGO, uma vez que o valor dos dividendos adicionais declarados compunha a conta de lucros e, portanto, o valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2021. Considerando que em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Companhia encontrava-se dividido em 1.676.938.271 ações ordinárias (excluídas as ações em tesouraria), o valor de reembolso pago aos acionistas dissidentes, correspondente ao valor de patrimônio líquido ajustado, foi de R\$40,49 (quarenta reais e quarenta e nove centavos) por ação ordinária.
 - ✓ Solicitação de balanço especial: nos termos do artigo 45, parágrafo segundo, da Lei das S.A., como a aprovação da ratificação pela AGE ocorreu mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado pela AGO, foi facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial.
 - ✓ Data limite para exercício do direito de recesso: nos termos do artigo 137, inciso IV, da Lei das S.A., considerando que a publicação da ata da AGE ocorreu em 5 de agosto de 2022, e que o próximo dia útil subsequente foi 8 de agosto de 2022, o prazo de 30 dias para o exercício do direito de recesso iniciou-se em 8 de agosto de 2022 (inclusive) e encerrou-se em 6 de setembro de 2022 (inclusive).
 - ✓ Durante o prazo do exercício do direito de recesso, 3 acionistas da Companhia optaram pela retirada da Companhia, os quais detinham 340 ações ordinárias de emissão da Companhia. Em 16 de setembro de 2022, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$14 aos acionistas dissidentes.

Movimentação das ações em tesouraria

	Quantidade de ações	R\$ mil
Saldo em 31.12.20	2.810.752	110.541
Recompras de ações	11.235.900	495.995
Saldo em 31.12.21	14.046.652	606.536
Recompras de ações	13.381.200	607.429
Direito de recesso	340	14
Cancelamentos de ações	(14.046.652)	(606.536)
Saldo em 31.12.22	13.381.540	607.443

c) Reservas de lucro

c.1) Reserva legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 era de R\$3.589.552 (R\$3.385.302 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

c.2) Incentivos fiscais

A Companhia possui benefícios fiscais relativos a: (i) ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP; e (ii) redução de 75% do IRPJ incidente sobre o lucro auferido nos estados das regiões Norte e Nordeste do país (áreas da SUDAM e SUDENE).

A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 era de R\$214.449 (R\$119.354 em 31 de dezembro de 2021).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

d.1) Destinações de dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício de 2022 e 2021

Os valores dos juros sobre o capital próprio por ação, estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte ("IRRF"). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

Em 2022

Em reuniões do Conselho de Administração da Companhia foram aprovadas, *ad referendum* da AGO a ser realizada em 2023, as destinações de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários, relativo ao exercício social de 2022, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 683/12, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social de 2022, conforme segue:

Natureza	Datas			Valor Bruto	Valor Líquido	Valor líquido por ação
	Aprovação	Crédito	Início do pagamento			
JSCP	16/02/22	25/02/22	até 31/07/23	180.000	153.000	0,091286
JSCP	17/03/22	31/03/22	até 31/07/23	250.000	212.500	0,126898
JSCP	13/04/22	29/04/22	até 31/07/23	150.000	127.500	0,076179
JSCP	14/06/22	30/06/22	até 31/07/23	480.000	408.000	0,244216
JSCP	19/08/22	31/08/22	até 31/07/23	300.000	255.000	0,152788
JSCP	09/12/22	29/12/22	até 31/07/23	715.000	607.750	0,364995
Dividendos	09/12/22	29/12/22	até 31/10/23	1.000.000	1.000.000	0,601122
Total				3.075.000	2.763.750	

Em 2021

Em AGO realizada em 26 de abril de 2022, foram aprovadas, por maioria dos votos dos detentores das ações ordinárias presentes, as demonstrações financeiras e destinações do resultado do exercício de 2021.

Tendo em vista as aquisições de ações próprias mantidas em tesouraria no âmbito do Programa de Recompra de Ações da Companhia, a Companhia divulgou um Comunicado ao Mercado em 26 de abril de 2022, informando que o valor por ação ordinária do dividendo adicional proposto no montante de R\$2.028.524 foi atualizado para 1,212002. O início dos pagamentos destes dividendos ocorreu em 18 de outubro de 2022, sendo creditado individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 26 de abril de 2022.

Durante o exercício de 2021, a Companhia destinou dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme segue:

Notas Explicativas

Natureza	Datas			Valor Bruto	Valor Líquido	Valor líquido por ação
	Aprovação	Crédito	Início do pagamento			
JSCP	12/02/21	26/02/21	19/07/22	150.000	127.500	0,075561
JSCP	18/03/21	31/03/21	19/07/22	270.000	229.500	0,136084
JSCP	15/04/21	30/04/21	19/07/22	280.000	238.000	0,141197
JSCP	17/06/21	30/06/21	19/07/22	630.000	535.500	0,317815
JSCP	16/09/21	30/09/21	19/07/22	600.000	510.000	0,303695
JSCP	10/12/21	27/12/21	19/07/22	805.000	684.250	0,408035
Dividendos	10/12/21	27/12/21	18/10/22	1.500.000	1.500.000	0,894487
Dividendos	26/04/22	26/04/22	18/10/22	2.028.524	2.028.524	1,212002
Total				6.263.524	5.853.274	

d.2) Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item “a” da Lei das S.A., os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos nos montantes de R\$167.449 e R\$116.236, respectivamente, os quais foram incluídos nos cálculos para as deliberações de dividendos da Companhia.

d.3) Remuneração aos acionistas

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das S.A.

A seguir, apresentamos o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2022 e 2021.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.085.013	6.239.364
(-) Apropriação à reserva legal	(204.250)	(311.968)
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(95.095)	(43.009)
Lucro líquido ajustado	3.785.668	5.884.387
(-) Dividendos e Juros sobre o capital próprio distribuídos no exercício:	(3.075.000)	(4.235.000)
Juros sobre o capital próprio (bruto)	(2.075.000)	(2.735.000)
Dividendos Intermediários	(1.000.000)	(1.500.000)
Saldo de lucro líquido não destinado	710.668	1.649.387
(+) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	167.449	116.236
(+-) Ganhos (perdas) atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos superavitários, líquidos de tributos	(51.386)	262.901
Lucro disponível para distribuição	826.731	2.028.524
Proposta para a distribuição:		
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício	826.731	2.028.524
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)	946.417	1.471.097

Notas Explicativas

O valor por ação ordinária dos dividendos adicionais propostos para 2022 foi de R\$0,496966 (R\$1,209659 para 2021).

A proposta para a deliberação do exercício de 2022, apresentada acima, será submetida à aprovação da AGO, a ser realizada no exercício de 2023.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controle conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos tributos.

	Controladora / Consolidado			
	Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31.12.20	(8.791)	(4.147)	78.826	65.888
Perdas com conversão	-	-	(1.186)	(1.186)
Ganhos com derivativos	-	3.738	-	3.738
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(283)	-	-	(283)
Saldos em 31.12.21	(9.074)	(409)	77.640	68.157
Perdas com conversão	-	-	(16.258)	(16.258)
Ganhos com derivativos	-	424	-	424
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(140)	-	-	(140)
Saldos em 31.12.22	(9.214)	15	61.382	52.183

f) Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação nos exercícios. A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

	Controladora	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações ordinárias	4.085.013	6.239.364
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.670.851	1.683.095
Resultado básico e diluído por ação ordinária (R\$)	2,44	3,71

g) Participação de acionistas não controladores

Em decorrência das alienações parciais (49,99%) das operações da CloudCo Brasil e IoTCo Brasil, ocorridas em 2021 e da constituição do Vivo Ventures em 2022 (2,00%), descritas na nota 2.d), as informações consolidadas apresentavam montantes de participação de acionistas controladores e não controladores, como segue:

Notas Explicativas

	Vivo Ventures	CloudCo Brasil	IoTCo Brasil	Total
Patrimônio líquido na data do closing (1)	-	95.368	82.688	178.056
Companhia	-	47.694	41.352	89.046
Acionistas não controladores	-	47.674	41.336	89.010
Movimentos em patrimônio líquido em 2021	-	(7)	-	(7)
Companhia	-	(4)	-	(4)
Acionistas não controladores	-	(3)	-	(3)
Movimentos em resultado em 2021	-	(18.516)	(1.503)	(20.019)
Companhia	-	(9.260)	(752)	(10.012)
Acionistas não controladores	-	(9.256)	(751)	(10.007)
Patrimônio líquido em 31.12.21	-	76.845	81.185	158.030
Companhia	-	38.430	40.600	79.030
Acionistas não controladores	-	38.415	40.585	79.000
Patrimônio líquido na data do closing (1)	5.000	-	-	5.000
Companhia	4.900	-	-	4.900
Acionistas não controladores	100	-	-	100
Movimentos em patrimônio líquido em 2022	16.068	(78)	(328)	15.662
Companhia	15.747	(39)	(164)	15.544
Acionistas não controladores	321	(39)	(164)	118
Movimentos em resultado em 2022	(543)	(55.192)	981	(54.754)
Companhia	(532)	(27.602)	491	(27.643)
Acionistas não controladores	(11)	(27.590)	490	(27.111)
Patrimônio líquido em 31.12.22	20.525	21.575	81.838	123.938
Companhia	20.115	10.789	40.927	71.831
Acionistas não controladores	410	10.786	40.911	52.107

(1) Datas do closing: Vivo Ventures em 11/04/22; CloudCo Brasil em 02/08/21 e IoTCo Brasil em 1º/11/21.

h) Reconciliação do lucro líquido da controladora e consolidado

Em decorrência das alienações parciais (49,99%) das operações da CloudCo Brasil e IoTCo Brasil, ocorridas em 2021 e da constituição do Vivo Ventures em 2022 (2,00%), descritas na nota 2.d), apresentamos a reconciliação do lucro líquido da controladora e consolidado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021
Lucro líquido da Companhia (Controladora)	4.085.013	6.239.364
Participação de acionistas não controladores	(27.111)	(10.007)
CloudCo Brasil	(27.590)	(9.256)
IoTCo Brasil	490	(751)
Vivo Ventures	(11)	-
Lucro líquido da Companhia (Consolidado)	4.057.902	6.229.357

Notas Explicativas

25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

a) Política contábil

As receitas totais dos pacotes que combinam vários produtos ou serviços (fixa, móvel, dados, *internet* ou televisão), são alocadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes em relação à contraprestação total do pacote e reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita. Quando os pacotes promovem algum desconto no equipamento ou serviço, é feito o ajuste contábil para alocar o preço de venda entre eles com base no preço justo deles, constituindo um ativo ou passivo contratual, o qual é apropriado ao resultado ao longo de períodos subsequentes.

As receitas correspondem, substancialmente, à prestação de serviços de telecomunicações, comunicações, vendas de mercadorias, publicidade e outras receitas, e estão apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre elas.

As receitas referentes às vendas de créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento (produto Vivo TECH), são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. As receitas são reconhecidas pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

A receita da venda de aparelhos aos *dealers* é contabilizada no momento da sua entrega, quando todos os riscos e benefícios são transferidos aos agentes credenciados.

As receitas de serviços e de mercadorias estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS ou ISS, conforme o caso, PIS e COFINS, conforme o caso.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia possui sistemas de faturamento de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Essas receitas não faturadas são registradas com bases em estimativas, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

Notas Explicativas

c) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional bruta	65.356.929	64.198.736	67.761.022	64.611.536
Serviços (1)	58.464.337	57.856.756	60.845.159	58.263.461
Mercadorias (2)	6.892.592	6.341.980	6.915.863	6.348.075
Deduções da receita operacional bruta	(19.303.978)	(20.514.668)	(19.719.860)	(20.578.923)
Tributos	(11.085.934)	(12.955.181)	(11.460.021)	(13.019.110)
Serviços	(9.711.139)	(11.753.439)	(10.080.992)	(11.815.168)
Mercadorias	(1.374.795)	(1.201.742)	(1.379.029)	(1.203.942)
Descontos concedidos e devoluções	(8.218.044)	(7.559.487)	(8.259.839)	(7.559.813)
Serviços (3)	(6.157.916)	(5.533.391)	(6.199.625)	(5.533.773)
Mercadorias	(2.060.128)	(2.026.096)	(2.060.214)	(2.026.040)
Receita operacional líquida	46.052.951	43.684.068	48.041.162	44.032.613
Serviços	42.595.282	40.569.926	44.564.542	40.914.520
Mercadorias	3.457.669	3.114.142	3.476.620	3.118.093

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

(2) Inclui revenda de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios e equipamentos do Produto Vivo Tech.

(3) Os saldos consolidados acumulados em 31 de dezembro de 2022 incluem R\$615.750, referente aos valores a restituir aos clientes em decorrência da Lei Complementar nº 194 de 23 de julho de 2022, que tratou sobre a incidência de impostos sobre diversos setores considerados pela respectiva Lei como bens e serviços essenciais e indispensáveis, acarretando a redução de alíquota de ICMS sobre os serviços de comunicações, contabilizados como descontos concedidos. A contabilização do montante mencionado, foi realizada em contrapartida a "Provisões e Contingências", nota 20.

Não há nenhum cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

26) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	2022		2021					
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal (1)	(906.698)	(3.032.133)	(683.247)	(4.622.078)	(739.542)	(2.645.426)	(567.720)	(3.952.688)
Serviços de terceiros (2)	(8.076.143)	(5.696.770)	(1.043.291)	(14.816.204)	(7.989.422)	(5.782.011)	(1.036.418)	(14.807.851)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(1.253.093)	(67.224)	(45.582)	(1.365.899)	(1.186.337)	(60.721)	(41.324)	(1.288.382)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.792.422)	(33.251)	(52.821)	(1.878.494)	(1.694.579)	(29.649)	(52.091)	(1.776.319)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	-	(1.245.217)	-	(1.245.217)	-	(1.425.772)	-	(1.425.772)
Depreciação e amortização (5)	(9.844.332)	(1.508.686)	(822.051)	(12.175.069)	(9.683.823)	(1.506.488)	(836.976)	(12.027.287)
Custo das mercadorias vendidas	(3.826.116)	-	-	(3.826.116)	(3.214.081)	-	-	(3.214.081)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(86.336)	(94.927)	(24.093)	(205.356)	(79.495)	(132.737)	(32.753)	(244.985)
Total	(25.785.140)	(11.678.208)	(2.671.085)	(40.134.433)	(24.587.279)	(11.582.804)	(2.567.282)	(38.737.365)

Notas Explicativas

	Consolidado							
	2022				2021			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal (1)	(1.109.109)	(3.059.974)	(719.017)	(4.888.100)	(861.876)	(2.661.782)	(588.016)	(4.111.674)
Serviços de terceiros (2)	(8.865.064)	(5.730.219)	(1.063.572)	(15.658.855)	(8.019.315)	(5.768.909)	(1.054.453)	(14.842.677)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(1.307.950)	(66.148)	(48.182)	(1.422.280)	(1.187.976)	(57.852)	(44.187)	(1.290.015)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.905.558)	(33.255)	(53.395)	(1.992.208)	(1.704.235)	(29.649)	(52.818)	(1.786.702)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	-	(1.315.614)	-	(1.315.614)	-	(1.436.288)	-	(1.436.288)
Depreciação e amortização (5)	(10.309.553)	(1.521.709)	(828.611)	(12.659.873)	(9.688.780)	(1.506.862)	(842.689)	(12.038.331)
Custo das mercadorias vendidas	(3.841.064)	-	-	(3.841.064)	(3.222.043)	-	-	(3.222.043)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(93.382)	(112.207)	(24.823)	(230.412)	(97.144)	(132.775)	(33.742)	(263.661)
Total	(27.431.680)	(11.839.126)	(2.737.600)	(42.008.406)	(24.781.369)	(11.594.117)	(2.615.905)	(38.991.391)

- (1) Inclui os custos e despesas com honorários, salários, encargos e benefícios sociais, participação nos resultados, planos de remuneração baseados em ações, planos de previdência e outros benefícios pós-emprego, treinamento, transporte, saúde e alimentação.
- (2) Inclui os custos e despesas com interconexão e uso de redes, propaganda e publicidade, manutenção da planta, energia elétrica, segurança, limpeza, compra de conteúdo de TV, agenciamento e intermediação comercial, parcerias, *call center*, logística e armazenagem, confecção e postagem de contas telefônicas, serviços bancários, entre outros.
- (3) Inclui os custos e despesas com aluguéis de infraestrutura, imóveis, equipamentos, veículos, seguros e meios de conexão.
- (4) Inclui os custos e despesas com as taxas Fistel, Fust, Funttel, ônus para a renovação de licenças e outros impostos, taxas e contribuições.
- (5) Inclui os montantes consolidados de R\$3.049.570 e R\$2.737.111 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos (nota 13.e).

27) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Multas e despesas recuperadas (1)	953.086	2.534.039	960.851	2.534.835
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias (nota 20)	(683.648)	(1.061.654)	(653.686)	(1.066.022)
Resultado operacional na operação da FiBrasil, incluindo a baixa do ágio (nota 2.d)	-	416.577	-	416.577
Outras receitas operacionais, líquidas (2)	321.861	61.816	281.732	42.235
Total	591.299	1.950.778	588.897	1.927.625
Outras receitas operacionais	1.274.947	3.012.432	1.242.583	2.993.647
Outras despesas operacionais	(683.648)	(1.061.654)	(653.686)	(1.066.022)
Total	591.299	1.950.778	588.897	1.927.625

- (1) Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui os créditos fiscais, nos montantes de R\$396.723 e R\$1.660.295, respectivamente, oriundos de decisões sobre processos judiciais, a favor da Companhia, que reconheceu créditos fiscais de PIS e COFINS (nota 9). O saldo remanescente refere-se a multas contratuais e outros créditos fiscais.
- (2) Inclui os montantes dos ganhos líquidos na alienação de ativos (imóveis, sucatas etc.) e despesas com tributos sobre outras receitas operacionais.

Notas Explicativas**28) RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS****a) Política contábil**

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	499.145	299.658	571.784	312.978
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	151.177	110.780	154.263	111.585
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	390.146	149.089	390.146	149.089
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (depósitos judiciais, tributos e outros) (1)	1.026.835	727.822	1.040.811	734.336
Outras receitas financeiras	49.838	2.415	59.194	2.545
Total	2.117.141	1.289.764	2.216.198	1.310.533
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e passivos pela aquisição de sociedade (nota 21) (2)	(1.793.487)	(924.096)	(1.850.286)	(924.215)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	(495.668)	(161.779)	(495.668)	(161.779)
Juros passivos (instituições financeiras, fornecedores, tributos e outros)	(331.860)	(190.890)	(345.424)	(194.223)
Variações cambiais de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (nota 21)	(108.310)	-	(108.310)	-
Despesas com variações monetárias de provisões para contingências (nota 20)	(859.690)	(880.463)	(893.963)	(887.446)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias (fornecedores, tributos e outros)	(78.693)	(71.517)	(86.276)	(76.276)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(195.837)	(193.739)	(202.591)	(193.174)
Total	(3.863.545)	(2.422.484)	(3.982.518)	(2.437.113)
Resultado financeiro, líquido	(1.746.404)	(1.132.720)	(1.766.320)	(1.126.580)

(1) Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui os créditos fiscais, nos montantes de R\$816.038 e R\$609.096, respectivamente, oriundos de decisões sobre processos judiciais, a favor da Companhia, que reconheceu créditos fiscais de PIS e COFINS (nota 9).

(2) Inclui os montantes consolidados de R\$1.292.376 e R\$828.710 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, referente a encargos de arrendamentos (nota 21.e).

Notas Explicativas

29) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes e refere-se a:

- a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados a empresas do Grupo Telefônica.
- b) Serviço de consultoria de construção de rede de fibra ótica.
- c) Valores referentes a parcelas a receber em decorrência da venda de participação societária e aportes de capital, bem como a atualização desses valores.
- d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido.
- e) Direito de uso de determinadas licenças de *softwares* e serviços de manutenção e suporte contratados.
- f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão contratados.
- g) Plataforma Adquira Sourcing, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de diversos tipos de bens e serviços.
- h) *Cost Sharing Agreement*, reembolso de gastos referentes ao negócio digital.
- i) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming*.
- j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas.
- k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional.
- l) Valores a serem ressarcidos pela SPTE em decorrência de cláusula contratual da compra de participação societária do Terra Networks. Conforme informado na nota 24.a, a SPTE foi liquidada e extinta em 31 de outubro de 2022 e, desta forma, o montante apresentado no quadro de demonstração de resultados refere-se ao período de janeiro a outubro de 2022.
- m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca.
- n) Aluguel de prédios, circuito de dados e ou infraestrutura.
- o) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefônica.
- p) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica e contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias.

Conforme descrito na nota 31, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A Telefônica Corretora de Seguros (TCS) atua como intermediadora em transações entre seguradoras e a Companhia e suas controladas na aquisição de seguros para celular, riscos operacionais, responsabilidade civil geral, seguros garantia, dentre outros. Não há saldos decorrentes da intermediação de seguros entre a TCS e a Companhia e suas controladas.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas.

Notas Explicativas

		Balanco Patrimonial – Ativo					
		31.12.22			31.12.21		
	Natureza da transação	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	-	-	-	1	10.315
Telefônica Latinoamerica Holding	d)	-	-	23.287	-	-	24.879
Telefônica	d)	-	-	2.791	-	-	4.825
		-	-	26.078	-	1	40.019
Outras empresas do grupo							
Telefonica Global Solutions Participações	a) / d) / n)	-	5.295	124	-	3.632	109
Telefônica Venezuelana	d) / k)	-	7.869	2.196	-	8.016	2.196
Telefônica Factoring do Brasil	d) / o)	-	1.799	74	-	2.187	80
Telefônica Global Solutions	f) / j) / k)	-	25.006	-	-	18.183	-
Telefonica Moviles España	k)	-	1.724	-	-	1.956	-
Telefônica Moviles Argentina	k)	-	6.273	-	-	6.352	-
Telfisa Global BV	i)	10.576	-	-	66.682	-	-
Telxius Cable Brasil	a) / d)	-	1.179	1.388	-	3.915	1.221
Telefonica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil	d) / e) / j) / n)	-	4.572	2.809	-	1.772	1.280
Telefônica Infra	c)	-	-	305.414	-	-	446.317
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica	b) / d) / n)	-	7.232	35.297	-	12.167	53.088
Telefônica IoT & Big Data Tech	c) / d)	-	-	32.065	-	3.229	66.604
Telefonica Cybersecurity & Cloud Tech	c)	-	-	19.880	-	-	49.286
Outras		-	6.720	8.904	-	5.727	6.088
		10.576	67.669	408.151	66.682	67.136	626.269
Total		10.576	67.669	434.229	66.682	67.137	666.288
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)		10.576	-	-	66.682	-	-
Contas a receber (nota 5)		-	67.669	-	-	67.137	-
Outros ativos (nota 11)		-	-	253.144	-	-	301.427
Ativo não circulante							
Outros ativos (nota 11)		-	-	181.085	-	-	364.861

Notas Explicativas

		Balanço Patrimonial - Passivo			
		31.12.22		31.12.21	
Empresas	Natureza da transação	Fornecedores	Outros passivos e arrendamentos	Fornecedores	Outros passivos e arrendamentos
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	l)	-	-	-	26.855
Telefónica Latinoamérica Holding	d)	5.765	-	4.983	-
Telefónica	d) / m)	6.155	101.224	4.969	97.996
		11.920	101.224	9.952	124.851
Outras empresas do grupo					
Telefonica Global Solutions Participações	f) / k)	42.639	318	45.493	318
Telefónica Compras Electrónica	g)	28.525	-	33.215	-
Telefónica Digital España	h)	78.128	-	69.966	-
Telefónica Factoring do Brasil	o)	-	5.109	-	7.253
Telefónica Global Technology	e)	32.579	-	9.448	-
Telefónica Global Solutions	f) / j) / k)	29.076	-	41.630	-
Telxius Cable Brasil	d) / f)	20.423	8.113	44.229	1.572
Telefonica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil	d) / e) / j)	39.163	-	59.886	37
Companhia AIX Participações	p)	2.636	55.960	2.238	70.845
Telefónica IoT & Big Data Tech	d) / h)	26.971	-	21.706	-
Telefonica Cybersecurity & Cloud Tech	h)	8.091	-	12.153	-
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica	b) / d)	24.280	9.466	54.619	3.267
Outras		30.868	494	38.212	563
		363.379	79.460	432.795	83.855
Total		375.299	180.684	442.747	208.706
Passivo circulante					
Fornecedores (nota 17)		375.299	-	442.747	-
Arrendamento (nota 21)		-	26.435	-	25.801
Outros passivos (nota 23)		-	118.303	-	134.221
Passivo não circulante					
Arrendamento (nota 21)		-	29.525	-	45.044
Outros passivos (nota 23)		-	6.421	-	3.640

Notas Explicativas

		Demonstração dos Resultados					
		2022			2021		
	Natureza da transação	Receita operacional	Outras receitas (custos e despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras	Receita operacional	Outras receitas (custos e despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	10.839	2.630	12	574	-
Telefónica Latinoamerica Holding	d)	-	16.280	(428)	-	5.925	(341)
Telefónica	d) / m)	-	(449.933)	12.113	-	(375.994)	(3.461)
		-	(422.814)	14.315	12	(369.495)	(3.802)
Outras empresas do grupo							
Telefonica Global Solutions Participações	a) / d) / f) / k) / n)	13.928	(110.417)	-	7.510	(108.094)	-
Telefónica Compras Electrónica	g)	-	(24.453)	(15)	-	(38.911)	-
Telefónica Digital España	h)	-	(177.107)	5.390	-	(155.508)	(4.351)
Telefónica Factoring do Brasil	d) / o)	5	1.455	(5.109)	1.882	254	(7.267)
Telefónica Global Technology	e)	-	(74.512)	17	-	(88.397)	(135)
Telefónica Global Solutions	f) / j) / k)	50.969	(67.157)	1.055	52.732	(72.781)	531
Telefonica Global Solutions Usa	f) / j)	-	(17.407)	766	343	(21.613)	(1.587)
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f) / j) / n)	12.542	(236.318)	1.688	43.338	(235.371)	(7.381)
Telefonica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil	d) / e) / j) / n)	1.713	(152.374)	-	974	(120.364)	-
Companhia AIX Participações	p)	30	1	(7.963)	20	-	(3.856)
Telefónica On The Spot Soluções Digitais do Brasil	d) / n)	168	(210)	-	16.891	(1.650)	-
Telefónica IoT & Big Data Tech	d) / h)	-	(101.757)	5.482	-	(76.218)	827
Telefonica Cybersecurity & Cloud Tech	h)	-	(19.238)	708	-	(19.842)	(229)
Telefónica Infra	c)	-	-	20.153	-	-	11.737
FiBrasil Infraestrutura e Fibra Ótica	b) / d) / n)	7.639	(49.704)	973	39.018	(32.117)	973
Outras		10.072	(19.452)	1.602	11.543	(61.349)	1.367
		97.066	(1.048.650)	24.747	174.251	(1.031.961)	(9.371)
Total		97.066	(1.471.464)	39.062	174.263	(1.401.456)	(13.173)

b) Remuneração dos administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de R\$35.241 e R\$32.205, respectivamente. Destes montantes, R\$21.141 (R\$19.658 em 31 de dezembro de 2021) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$14.100 (R\$12.547 em 31 de dezembro de 2021) a remuneração variável, que inclui os planos de remuneração em ações.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

30) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações (*Talent for the Future Share Plan* ("TFSP") e *Performance Share Plan* ("PSP")), os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

A Companhia aprovou um plano de incentivo (*Performance Share Plan* ("PSP VIVO")) via unidades de performance, com liquidação em caixa ("Plano"). Os participantes do Plano farão jus à outorga de um determinado número de unidades representativas de 01 (uma) ação de emissão da Companhia (VIVT3) ("Unidade" e "Ação"). Cada Unidade representa a expectativa do direito ao recebimento do valor integral de 01 (uma) Ação, a qual servirá de base, tendo em vista o número de Unidades recebidas, para determinar o valor do incentivo a ser pago pela Companhia em dinheiro aos participantes.

A entrega das ações e/ou do incentivo está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica ou da Companhia, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido, ao atingimento do FCF (*Free Cash Flow*) do Grupo Telefónica ou da Companhia e a neutralização e redução de emissões de CO₂ (a partir do Ciclo de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 o valor da cotação das ações da Telefónica era de 3,3850 euros.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2022 eram:

- *Talent for the Future Share Plan* ("TFSP"), para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas em nível global:

Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 134 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 107.600 ações da Telefónica.

Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023): com 173 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 295.000 ações da Telefónica.

Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 136 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 289.500 ações da Telefónica.

- *Performance Share Plan* ("PSP"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global:

Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 76 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 469.757 ações da Telefónica.

Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023): com 83 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 1.654.058 ações da Telefónica.

Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 103 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 865.821 ações da Telefónica.

- *Performance Share Plan* ("PSP VIVO"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível local:

Ciclo 2022-2024: (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 101 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber o valor referente a 431.607 ações da Companhia.

- *Plano Global de Compra Incentivada de Ações da Telefónica: Plano 100*

Os empregados inscritos no plano podem adquirir ações da Telefónica mediante contribuições mensais de 25 euros até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), descontadas em folha de pagamento, mensalmente com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra).

Notas Explicativas

Os seis meses seguintes ao período de compra são o período de retenção das ações compradas. Ao final deste período serão entregues ações adicionais, ou seja, a cada uma ação comprada pelo colaborador, será concedida uma ação gratuita.

O ciclo deste plano tem vigência de 1º de setembro de 2022 a 31 de março de 2024.

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefônica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais seis meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

Para comemorar o 100º aniversário da constituição da Telefônica (19 de abril de 2024), além das Ações Adicionais, cada um dos partícipes poderá receber gratuitamente 100 Ações de Comemoração da Telefônica ("as Ações de Comemoração").

A entrega de ações de comemoração ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) que o empregado inscrito no plano faça as contribuições, independentemente do valor de tal contribuição, durante os doze (12) meses de duração do Período de Compra sem interrupção; (ii) que mantenha as Ações Adquiridas depositadas na Conta de Valores até a Data de Consolidação; e (iii) que o empregado inscrito no plano continue prestando serviços para o Grupo até a Data de Consolidação (primeiro dia após o término do período de manutenção sendo 31 de março de 2024).

As despesas da Companhia e suas controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos a seguir, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 26), nos montantes de R\$38.528 e R\$17.867 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos consolidados do passivo dos planos de remuneração em ações eram de R\$77.175 e R\$109.682, respectivamente, incluindo tributos.

31) PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Política contábil

A Companhia e suas controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

Notas Explicativas

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal – NTN's), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou suas controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou suas controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração dos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado para lucros acumulados no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas administram e patrocinam, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/1998 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

c) Informações sobre os planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog e TIS
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	Visão Prev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	Visão Prev	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog, TIS e CloudCo Brasil

A Companhia tem participação nas decisões que afetam diretamente a governança dos planos, com membros indicados tanto para o Conselho Deliberativo quanto para o Conselho Fiscal das administradoras Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar ("Visão Prev") e Fundação Sistel de Seguridade Social ("Sistel").

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

Notas Explicativas

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's, operações compromissadas, CDB's, debêntures, letras financeiras e cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em cotas de fundos de ações e índices de mercado).

Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev e Sistel) procuram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

À exceção dos planos CTB e plano de assistência médica – Lei nº 9.656/1998, geralmente todos os planos de benefícios que tenham fundo constituído, apresentam posição superavitária. O benefício econômico registrado no ativo da Companhia e suas controladas não reflete o total de *superávit* apurado nesses planos, pois considera apenas a parte dos *superávits* que apresenta real possibilidade de recuperação. A forma de recuperação dos *superávits* dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperação dos *superávits*, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos dos planos foi efetuado com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.

Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

A seguir, apresentamos informações resumidas dos planos de previdência e outros benefícios pós-emprego.

c.1) Planos de benefícios de saúde pós-emprego

A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde PAMA utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2022, enquanto a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei nº 9.656/1998 utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, ambos projetados para 31 de dezembro de 2022. Para o exercício comparativo, a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde PAMA utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2021, enquanto a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei nº 9.656/1998 utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2021, ambos projetados para 31 de dezembro de 2021.

c.1.1) Plano de Assistência Médica ao Aposentado e Programa de Coberturas Especiais (PAMA e PAMA-PCE)

A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, a custo compartilhado, patrocina planos de assistência médica (PAMA e PAMA-PCE) aos aposentados. Estes planos são administrados pela Sistel e têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

As contribuições aos planos são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes ativos vinculados ao plano Telefônica BD.

c.1.2) Plano de assistência médica – Lei nº 9.656/1998

Em atendimento à Lei nº 9.656/1998, a Companhia administra e patrocina, juntamente com suas controladas, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano.

Notas Explicativas

Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.

Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.

c.2) Planos de previdência pós-emprego

A avaliação atuarial efetuada para os planos de previdência CTB e PBS-A utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2022, projetado para 31 de dezembro de 2022 e o cadastro dos participantes com data base 31 de julho de 2021, projetado para 31 de dezembro de 2021. A avaliação atuarial efetuada para os planos de previdência Telefônica BD e Planos Visão utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, projetado para 31 de dezembro de 2022 e o cadastro dos participantes com data base 31 de julho de 2021, projetado para 31 de dezembro de 2021.

c.2.1) Plano PBS Assistidos (PBS-A)

O PBS-A é um plano de benefício definido de complementação previdenciária administrado pela Sistel e patrocinado pela Companhia, solidariamente com as demais empresas de telecomunicações originadas da privatização do sistema Telebrás. O PBS-A está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

O PBS-A é composto por participantes assistidos do plano de benefícios da Sistel que já estavam na condição de aposentados em 31 de janeiro de 2000, originários de todas as patrocinadoras participantes, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.

Conforme Portaria Nº 1.061 da PREVIC, de 5 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União ("DOU") em 9 de dezembro de 2019, a Sistel aprovou distribuição de parte de seu *superávit*, na forma de reserva especial do PBS-A, com reversão de valores às patrocinadoras e melhoria de benefícios, na forma de renda temporária, aos assistidos. A participação correspondente à Companhia na distribuição dessa reserva foi calculada no valor de R\$215.328, com distribuição prevista na forma de 36 pagamentos mensais, corrigidas pelo rendimento do plano, já recebidas em sua totalidade pela Companhia (Nota 11).

Mesmo considerando a distribuição da reserva aprovada pela PREVIC, o PBS-A ainda apresenta ativos superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Esses excedentes não foram reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu reembolso e, por não ser um plano contributivo, não é possível nenhum abatimento em futuras contribuições.

c.2.2) Plano CTB ("CTB")

As contribuições ao plano CTB são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar o desligamento desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago aos ex-empregados diretamente pela Companhia. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

c.2.3) Plano Telefônica BD

A Companhia patrocina, individualmente, o plano de benefício definido previdenciário, o Telefônica BD.

Notas Explicativas

Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Telefônica BD e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de *Application Lifecycle Management* ("ALM") estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

No momento da concessão, é calculado um benefício que será pago de forma vitalícia e atualizado pela inflação. Este plano não está aberto a novas adesões.

As contribuições são definidas conforme o plano de custeio, que é calculado considerando hipóteses financeiras, demográficas e econômicas com o objetivo de acumular recursos suficientes para o pagamento do benefício para os participantes que já estão recebendo e para as novas aposentadorias.

c.2.4) Planos Visão (Visão Telefônica e Visão Multi)

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) previdenciários, os planos Visão, administrados pela Visão Prev. A contribuição é atribuída a cada controlada na proporção econômica e demográfica de sua respectiva obrigação com o plano.

As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas referente às parcelas de contribuição definida totalizaram R\$53.732 em 31 de dezembro de 2022 (R\$54.592 em 31 de dezembro de 2021).

As contribuições aos planos Visão são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: superconservador, conservador, moderado, agressivo e agressivo renda fixa longo prazo.

c.3) Informações consolidadas dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego

c.3.1) Conciliação dos passivos (ativos), líquidos

	Consolidado					
	31.12.22			31.12.21		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor presente de obrigação por benefício definido	1.969.220	1.495.397	3.464.617	2.066.175	1.401.044	3.467.219
Valor justo dos ativos dos planos	3.273.309	909.271	4.182.580	3.310.273	860.165	4.170.438
Passivo (ativo) líquido	(1.304.089)	586.126	(717.963)	(1.244.098)	540.879	(703.219)
Limitador dos ativos	1.368.814	114.804	1.483.618	1.217.739	40.146	1.257.885
Ativo circulante	-	-	-	(90.538)	-	(90.538)
Ativo não circulante	(4.161)	-	(4.161)	(4.613)	-	(4.613)
Passivo circulante	7.643	19.734	27.377	7.146	12.800	19.946
Passivo não circulante	61.243	681.196	742.439	61.646	568.225	629.871

Notas Explicativas**c.3.2) Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados**

	Consolidado					
	2022			2021		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	1.857	13.667	15.524	2.184	21.361	23.545
Juros líquidos sobre o ativo/passivo atuarial líquidos	(2.466)	51.628	49.162	(7.062)	70.436	63.374
Total	(609)	65.295	64.686	(4.878)	91.797	86.919

c.3.3) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Consolidado					
	2022			2021		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
(Ganhos) perdas atuariais	(46.511)	6.843	(39.668)	(70.083)	(399.872)	(469.955)
Efeito limitador	46.240	71.149	117.389	56.024	17.008	73.032
Total	(271)	77.992	77.721	(14.059)	(382.864)	(396.923)

c.3.4) Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

	Consolidado					
	31.12.22			31.12.21		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido no início do exercício	(26.359)	581.025	554.666	(91.272)	880.791	789.519
Despesas no exercício	(609)	65.295	64.686	(4.878)	91.797	86.919
Contribuições das patrocinadoras	(7.529)	(23.382)	(30.911)	(8.071)	(8.699)	(16.770)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(271)	77.992	77.721	(14.059)	(382.864)	(396.923)
Distribuição de reservas	99.493	-	99.493	91.921	-	91.921
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido ao final do exercício	64.725	700.930	765.655	(26.359)	581.025	554.666
Ativo atuarial reconhecido no balanço	(4.161)	-	(4.161)	(95.151)	-	(95.151)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	68.886	700.930	769.816	68.792	581.025	649.817

Notas Explicativas

c.3.5) Movimentação do passivo de benefício definido

	Consolidado					
	31.12.22			31.12.21		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido no início do exercício	2.066.175	1.401.044	3.467.219	2.238.700	1.863.359	4.102.059
Custo do serviço corrente	1.857	13.667	15.524	2.184	21.361	23.545
Juros sobre o passivo atuarial	169.354	121.216	290.570	160.140	144.463	304.603
Benefícios pagos	(188.382)	(70.975)	(259.357)	(175.863)	(52.570)	(228.433)
Contribuições de participantes vertidas	368	-	368	336	-	336
Perdas atuariais ajustadas pela experiência	63.005	189.038	252.043	176.664	(316.034)	(139.370)
Perdas atuariais ajustadas por premissas financeiras	(143.157)	(158.593)	(301.750)	(335.986)	(259.535)	(595.521)
Passivo de benefício definido no final do exercício	1.969.220	1.495.397	3.464.617	2.066.175	1.401.044	3.467.219

c.3.6) Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	Consolidado					
	31.12.22			31.12.21		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	3.310.273	860.165	4.170.438	3.411.297	1.004.048	4.415.345
Benefícios pagos	(182.298)	(47.636)	(229.934)	(169.257)	(43.912)	(213.169)
Contribuições de participantes vertidas	368	-	368	336	-	336
Contribuições de patrocinador vertidas	1.445	43	1.488	1.465	40	1.505
Receitas esperadas de juros sobre os ativos dos planos	276.655	73.096	349.751	247.591	75.686	323.277
Retorno sobre os ativos dos planos, acima das receitas de juros esperadas	(33.641)	23.603	(10.038)	(89.238)	(175.697)	(264.935)
Distribuição de reservas	(99.493)	-	(99.493)	(91.921)	-	(91.921)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	3.273.309	909.271	4.182.580	3.310.273	860.165	4.170.438

c.3.7) Movimentação do limitador de ativos

	Consolidado					
	31.12.22			31.12.21		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Limitador dos ativos no início do exercício	1.217.739	40.146	1.257.885	1.081.325	21.480	1.102.805
Juros sobre o efeito limitador de ativos	104.835	3.509	108.344	80.390	1.658	82.048
Mudanças no efeito limitador de ativos, exceto juros	46.240	71.149	117.389	56.024	17.008	73.032
Limitador dos ativos ao final do exercício	1.368.814	114.804	1.483.618	1.217.739	40.146	1.257.885

Notas Explicativas**c.3.8) Resultados previstos para o exercício de 2023**

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	1.747	9.378	11.125
Juros líquidos sobre o valor do passivo/ativo de benefício definido líquido	5.903	68.825	74.728
Total	7.650	78.203	85.853

c.3.9) Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2023

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Contribuições das patrocinadoras	1.750	-	1.750
Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	7.643	19.822	27.465
Total	9.393	19.822	29.215

c.3.10) Duração média ponderada da obrigação de benefício definido

	Consolidado	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
No exercício de 2022	7,8 anos	13,5 anos
No exercício de 2021	8,4 anos	14,3 anos

c.3.11) Premissas atuariais

	Consolidado	
	31.12.22	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	9,75% a 9,83%	9,78% a 9,83%
Taxa de crescimento salarial futuro	4,57% a 6,35%	Não aplicável
Taxa de crescimento dos custos médicos	Não aplicável	6,61%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	3,50%	Não aplicável
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Não aplicável	59 a 63 anos
Idade prevista para aposentadoria	57 a 60 anos	59 a 63 anos
Tábua de mortalidade de válidos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% e 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%
Tábua de entrada em invalidez	Light-Forte; Álvaro Vindas (suavizada em 50%) Light-Fraca (suavizada em 50%)	Light-Forte
Rotatividade	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31.12.21	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	8,56% a 8,61%	8,74% a 8,78%
Taxa de crescimento salarial futuro	4,32% a 6,09%	Não aplicável
Taxa de crescimento dos custos médicos	Não aplicável	6,35%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	3,3%	Não aplicável
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Não aplicável	57 a 63 anos
Idade prevista para aposentadoria	57 a 60 anos	57 a 63 anos
Tábua de mortalidade de válidos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% e 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%
Tábua de entrada em invalidez	Light-Forte; Álvaro Vindas (suavizada em 50%); Light-Fraca (suavizada em 50%)	Light-Forte
Rotatividade	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

Além das premissas apresentadas nos quadros acima, para 2022 e 2021 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 3,50% em 2022 e 3,25% 2021; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0% para 2022 e 2021.

c.3.12) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.

As principais premissas econômicas e financeiras que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são: (i) taxas para desconto a valor presente do passivo de benefício definido; (ii) taxa de inflação de longo prazo; (iii) taxa de crescimento salarial futuro; (iv) taxa de crescimento dos custos médicos; e (v) índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários.

A seguir, apresentamos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais.

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício corrente	1.969.220	1.495.397	3.464.617
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício anterior	2.112.377	1.653.990	3.766.367
Variação observada pela alteração das premissas atuariais	(143.157)	(158.593)	(301.750)

c.3.13) Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que as premissas atuariais significativas, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderiam alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido são a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido e a taxa de crescimento dos custos médicos.

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento e redução na taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido e na taxa de crescimento dos custos médicos.

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, projetado pela taxa de crescimento dos custos médicos atual	1.969.220	1.495.397	3.464.617
Considerando-se uma taxa aumentada em 1%	1.969.220	1.700.076	3.669.296
Considerando-se uma taxa reduzida em 1%	1.969.220	1.326.082	3.295.302
Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa atual	1.969.220	1.495.397	3.464.617
Considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	1.901.638	1.406.988	3.308.626
Considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%	2.041.501	1.593.293	3.634.794

c.3.14) Alocação dos ativos dos planos

	Consolidado			
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Investimentos com valor de mercado cotados em mercado ativo:				
Investimentos em renda fixa				
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	2.809.035	848.895	2.756.822	799.953
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	161.175	60.376	222.907	59.352
Operações Compromissadas	164.776	-	136.725	-
Debêntures	20.716	-	29.278	-
Letras Financeiras	840	-	883	-
Cotas FIDC / Outros	6.896	-	20.919	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	20	-	23.379	860
Investimentos em renda variável:				
Investimentos atrelados a fundos e índices de mercado	6.217	-	5.667	-
Investimentos em imóveis	84.497	-	91.845	-
Empréstimos a participantes	17.215	-	20.496	-
Investimentos estruturados e no exterior	1.922	-	1.352	-
Total	3.273.309	909.271	3.310.273	860.165

Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev e Sistel) procuram efetuar o casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

Notas Explicativas

32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Política contábil

a.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme a situação.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características de fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de cada instrumento financeiro.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Os ativos financeiros consolidados da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, valores a receber de alienação de imóveis e outros e créditos com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo os juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: são subsequentemente mensurados a custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa desses ativos é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Notas Explicativas

Desreconhecimento (baixas)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou (ii) ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas aplicam um modelo de *impairment* para ativos financeiros com base nas perdas de crédito esperadas, usando um método simplificado para certos ativos de curto e longo prazo (recebíveis comerciais, recebíveis de arrendamentos e ativos contratuais).

De acordo com essa abordagem simplificada, a redução do valor recuperável é reconhecida por referência às perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil do ativo. Para esse fim, a Companhia e suas controladas utilizam matrizes baseadas na experiência histórica de inadimplência em um portfólio segmentado por categoria de cliente, de acordo com o padrão de crédito. A matriz para cada categoria tem um horizonte de tempo definido, dividido em intervalos, de acordo com a política de gerenciamento de coleta e é alimentada com dados históricos que cobrem pelo menos 24 ciclos de coleta. Esses dados são atualizados regularmente. Com base nas informações observáveis a cada fechamento, a Companhia e suas controladas avaliam a necessidade de ajustar as taxas resultantes dessas matrizes, considerando as condições atuais e as projeções econômicas futuras.

a.2) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças 5G, passivos pela aquisição de sociedade, instrumentos financeiros derivativos, obrigações com a ANATEL, valores a restituir a clientes e obrigações com partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados, exceto aqueles designados como instrumentos financeiros derivativos de *cash flow hedge*. Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado, quando incorridos.

Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Desreconhecimento (baixas)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

a.3) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da melhor utilização possível do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo da melhor forma possível.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de insumos observáveis relevantes e minimizando o uso de insumos não observáveis.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia e suas controladas possam ter acesso na data da mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício.

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas razoáveis para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não ocorreram transferências de avaliações de valor justo entre os níveis citados.

Notas Explicativas

a.4) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.5) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: (i) existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*; (ii) o efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e (iii) o índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia avaliará a eficácia do instrumento de *hedge*, para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

No reconhecimento inicial de um relacionamento de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual desejam aplicar contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda e taxa de juros e contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação, sendo subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de *hedge*, podemos classificar como: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* a valor justo. Os contratos da Companhia são classificados como *hedges* de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e de valor justo quando fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

Hedges de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a parte eficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e (ii) a parte ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluídos é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Notas Explicativas

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração dos resultados quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

Hedges de valor justo

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados; e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como ajuste do valor contábil do item coberto e reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Para *hedges* a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do *hedge* utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de *hedge* deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de *hedge*.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de *hedge*, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de *hedge* será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda na demonstração dos resultados.

Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando um instrumento financeiro derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*) for mantido por um período superior a 12 meses após a data do balanço, será classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente.

O instrumento financeiro derivativo é segregado em parcela de circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

Os instrumentos financeiros derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

c) Instrumentos financeiros derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de arrendamento mercantil indexados ao IPCA. Não há instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação aos seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

c.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado			
	Valor de referência		Efeito acumulado do valor justo	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Contratos de swaps				
Ponta Ativa	1.701.304	285.243	158.023	60.884
Moeda estrangeira	1.526.619	243.812	105.663	116
US\$ (1) (2)	1.428.565	148.060	105.472	-
EUR (1)	95.231	90.114	167	-
NDF US\$ (4)	2.823	5.638	24	116
Taxa pós	143.813	-	1.357	-
CDI (1)	143.813	-	1.357	-
Índices de inflação	30.872	41.431	51.003	60.768
IPCA (3)	30.872	41.431	51.003	60.768
Ponta Passiva	(1.701.304)	(285.243)	(164.141)	(73.560)
Taxa pós	(1.579.506)	(279.605)	(163.730)	(73.560)
CDI (1) (2) (3)	(1.579.506)	(279.605)	(163.730)	(73.560)
Taxa pré	(2.823)	(5.638)	-	-
NDF US\$ (4)	(2.823)	(5.638)	-	-
Moeda estrangeira	(118.975)	-	(411)	-
US\$ (1)	(143.813)	-	(411)	-
EUR (1)	24.838	-	-	-
Ponta ativa			158.023	60.884
Circulante			113.501	6.451
Não Circulante			44.522	54.433
Ponta passiva			(164.141)	(73.560)
Circulante			(86.548)	(4.538)
Não Circulante			(77.593)	(69.022)
Valores a pagar, líquidos			(6.118)	(12.676)

- (1) *Swap* de moeda estrangeira (euro e CDI x euro) (R\$95.195) e (dólar e CDI x dólar) (R\$172.134) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 24 de fevereiro de 2023, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R\$96.526 em euro e libra, e de R\$171.918 em dólar).
- (2) *Swap* de moeda estrangeira (dólar e CDI x dólar) (R\$1.108.160) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 23 de setembro de 2023, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial dos fluxos a pagar no empréstimo de Lei nº 4.131 (valor contábil de R\$1.108.160 em dólar).
- (3) *Swap* IPCA x CDI (R\$51.003) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA (valor contábil de R\$51.003).
- (4) NDF dólar x R\$ (R\$2.823) – operações a termo contratadas com vencimentos até 24 de julho de 2023, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de contratos de serviços (valor contábil de R\$2.823 em dólar).

Notas Explicativas**c.2) Movimentação líquida dos instrumentos financeiros derivativos**

	Controladora / Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Saldo no início do exercício	(12.676)	(5.564)
Pagamentos	166.659	52.623
Recebimentos	(55.617)	(47.661)
Efeitos no resultado financeiro de ajustes de valor justo	(82.951)	(11.496)
Efeitos no patrimônio de ajustes de valor justo	(21.533)	(578)
Saldo no final do exercício	(6.118)	(12.676)

c.3) Aging dos instrumentos financeiros derivativos (líquido)

	Consolidado						
	Vencimento em						Valor a receber (pagar) em 31.12.22
	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	
Contrato de swap							
Moeda Estrangeira x CDI	19.503	-	-	-	-	-	19.503
CDI x Moeda Estrangeira	946	-	-	-	-	-	946
IPCA x CDI	6.480	5.456	4.809	4.150	3.573	(51.059)	(26.591)
NDF US\$ x Pré	24	-	-	-	-	-	24
Total	26.953	5.456	4.809	4.150	3.573	(51.059)	(6.118)

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultados líquidos consolidados negativos de R\$105.522 e R\$12.690, respectivamente (nota 28).

c.4) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

Nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/2008 as companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

Operação	Fatores de Risco	Consolidado		
		Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	95.195	118.994	142.793
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(116.929)	(146.161)	(175.393)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	20.402	25.503	30.604
	Exposição Líquida	(1.332)	(1.664)	(1.996)
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	1.280.294	1.600.368	1.920.441
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(1.391.527)	(1.739.409)	(2.087.291)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	111.449	139.311	167.174
	Exposição Líquida	216	270	324
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	51.003	61.436	36.046
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(51.003)	(61.436)	(36.046)
	Exposição Líquida	-	-	-
<i>Hedge</i> (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda US\$)	2.823	3.529	4.411
Opex em US\$	Opex (Risco aumento US\$)	(2.823)	(3.529)	(4.411)
	Exposição Líquida	-	-	-
<i>Hedge</i> (ponta CDI)				
<i>Hedge</i> US\$ e EUR (ponta passiva)	Derivativos (Risco queda CDI)	86.137	101.998	117.558
<i>Hedge</i> IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(76.236)	(76.203)	(77.124)
	Exposição líquida	9.901	25.795	40.434
Exposição líquida total em cada cenário		8.785	24.401	38.762
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	15.616	29.977

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	5,2177	6,5221	7,8266
EUR	5,5699	6,9624	8,3548
IPCA	5,90%	7,38%	8,85%
IGPM	5,90%	7,37%	8,84%
CDI	13,65%	17,06%	20,48%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2022, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

Notas Explicativas

d) Classificação dos ativos e passivos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo.

A seguir, apresentamos a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

			Controladora			
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	1		1.359.061	6.187.360	1.359.061	6.187.360
Aplicações financeiras (nota 4)	1		1.016	30.109	1.016	30.109
Contas a receber (nota 5)	1		8.393.728	8.064.097	8.393.728	8.064.097
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	113.501	6.451	113.501	6.451
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		93.142	132.963	93.142	132.963
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		245.363	218.536	245.363	218.536
Não Circulante						
Aplicações financeiras (nota 4)	1		43.295	37.044	43.295	37.044
Contas a receber (nota 5)	1		399.029	470.882	399.029	470.882
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	44.522	54.433	44.522	54.433
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		48.438	97.523	48.438	97.523
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		164.490	332.721	164.490	332.721
Total de ativos financeiros			10.905.585	15.632.119	10.905.585	15.632.119
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 17)	1		7.169.209	7.085.058	7.169.209	7.085.058
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	1		1.073.090	224.606	1.073.090	224.606
Arrendamentos (nota 21)	2	Nível 2	3.278.459	2.903.797	3.278.459	2.903.797
Debêntures (nota 21)	1		236.833	1.028.463	236.833	1.028.787
Licenças 5G (nota 21)	1		652.301	2.746.342	652.301	2.746.342
Passivos pela aquisição de sociedade (nota 21)	1		545.630	-	545.630	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	86.532	4.538	86.532	4.538
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	3	Nível 2	16	-	16	-
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	1		35.502	47.976	35.502	47.976
Valores a restituir a clientes (nota 23)	1		62.354	43.144	62.354	43.144
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	1		112.547	127.729	112.547	127.729
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	1		-	4	-	4
Arrendamentos (nota 21)	2	Nível 2	8.212.643	8.317.073	8.212.643	8.317.073
Debêntures (nota 21)	1		3.500.000	-	3.500.000	-
Licenças 5G (nota 21)	1		1.191.670	1.704.464	1.191.670	1.704.464
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	77.593	69.022	77.593	69.022
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	1		734.833	517.147	734.833	517.147
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	1		995	1.002	995	1.002
Total de passivos financeiros			26.970.207	24.820.365	26.970.207	24.820.689

Notas Explicativas

			Consolidado			
	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	1		2.273.834	6.448.483	2.273.834	6.448.483
Aplicações financeiras (nota 4)	1		1.016	30.109	1.016	30.109
Contas a receber (nota 5)	1		8.691.114	8.100.269	8.691.114	8.100.269
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	113.501	6.451	113.501	6.451
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		93.142	132.963	93.142	132.963
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		253.144	301.427	253.144	301.427
Não Circulante						
Aplicações financeiras (nota 4)	1		43.295	37.238	43.295	37.238
Contas a receber (nota 5)	1		399.029	470.882	399.029	470.882
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	44.522	54.433	44.522	54.433
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		48.438	97.523	48.438	97.523
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		181.085	364.861	181.085	364.861
Total de ativos financeiros			12.142.120	16.044.639	12.142.120	16.044.639
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 17)	1		7.415.798	7.132.402	7.415.798	7.132.402
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	1		1.073.090	224.606	1.073.090	224.606
Arrendamentos (nota 21)	2	Nível 2	3.503.167	2.907.481	3.503.167	2.907.481
Debêntures (nota 21)	1		236.833	1.028.463	236.833	1.028.787
Licenças 5G (nota 21)	1		652.301	2.746.342	652.301	2.746.342
Passivos pela aquisição de sociedade (nota 21)	1		554.554	-	554.554	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	86.532	4.538	86.532	4.538
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	3	Nível 2	16	-	16	-
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	1		35.502	47.976	35.502	47.976
Valores a restituir a clientes (nota 23)	1		63.460	43.964	63.460	43.964
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	1		118.303	134.221	118.303	134.221
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	1		-	4	-	4
Arrendamentos (nota 21)	2	Nível 2	8.529.436	8.322.618	8.529.436	8.322.618
Debêntures (nota 21)	1		3.500.000	-	3.500.000	-
Licenças 5G (nota 21)	1		1.191.670	1.704.464	1.191.670	1.704.464
Passivos pela aquisição de sociedade (nota 21)	1		60.745	-	60.745	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	77.593	69.022	77.593	69.022
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	1		734.833	517.147	734.833	517.147
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	1		6.421	3.640	6.421	3.640
Total de passivos financeiros			27.840.254	24.886.888	27.840.254	24.887.212

Classificação por categoria:

- (1) Custo amortizado
- (2) Mensurado a valor justo por meio do resultado
- (3) Mensurado a valor justo por meio do resultado abrangente

Notas Explicativas

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças 5G, retenção contratual e contraprestação contingente decorrentes da aquisição da sociedades (nota 2.d) e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em FIDC e contas a receber de direitos creditórios (FIDC Vivo Money).

Os índices de endividamento líquido da controladora e consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e equivalentes de caixa	1.359.061	6.187.360	2.273.834	6.448.483
Aplicações financeiras	1.016	30.109	1.016	30.109
Contas a receber - FIDC Vivo Money	-	-	158.259	25.071
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças 5G e passivos pela aquisição de sociedade	(18.690.626)	(16.924.749)	(19.301.796)	(16.933.978)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(6.118)	(12.676)	(6.118)	(12.676)
Endividamento líquido	17.336.667	10.719.956	16.874.805	10.442.991
Patrimônio líquido	68.403.740	69.927.196	68.455.847	70.006.196
Índice de endividamento líquido	25,34%	15,33%	24,65%	14,92%

f) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

f.1) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial associado aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$26.979 mil, €17.264 mil e £66 mil a pagar em 31 de dezembro de 2022 e US\$21.129 mil, €14.124 mil e £66 mil a pagar em 31 de dezembro de 2021), para minimizar seus riscos cambiais.

f.2) Risco de taxa de juros e inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

Notas Explicativas

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$2.220.385 e R\$6.344.942 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (CDBs) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

f.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de realização e liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

O perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, incluem os valores de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período.

f.4) Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de emergência que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta às bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

f.5) Riscos ambientais

As operações e propriedades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se a Companhia não conseguir cumprir requisitos legais presentes e futuros, ou identificar e gerenciar passivos ambientais novos ou já existentes, terá de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de investigação e remediação, indenizações, compensações, ajustamento de conduta, multas, suspensão de atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar as instalações ou alterar as operações, além de danos à reputação da Companhia frente ao mercado.

Notas Explicativas

A identificação de novas questões ambientais relevantes, a alteração nos critérios de avaliação por parte das agências reguladoras, entrada em vigor de leis e regulamentos mais restritivos ou outros eventos não previstos podem vir a resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum desses fatores poderia ter um efeito adverso material sobre o negócio, o resultado das operações e situação financeira e patrimonial da Companhia. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605/1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), cabendo ainda prejuízos relacionados a embargos ou sanções administrativas, além de indenizações e reparos por danos causados ao meio ambiente.

As mudanças climáticas representam uma série de riscos ambientais potenciais para operadoras de telecomunicações, como a Companhia, tanto do ponto de vista regulatório quanto físico. O aumento na intensidade e frequência de eventos extremos de precipitação, ciclones, inundações e queimadas podem danificar, suspender ou interromper por um período indeterminado as operações de transmissão da Companhia. Se ocorrerem graves desastres naturais sucessivamente, a Companhia poderá não ter recursos suficientes para reparar sua infraestrutura em tempo oportuno e de forma econômica.

Em uma análise quantitativa realizada, nota-se que o aumento da temperatura afeta diretamente as condições operacionais dos equipamentos de rede da Companhia, podendo provocar falhas, desgaste acelerado e perda de ativos e, portanto, aumenta os riscos de interrupções do serviço, sendo o resfriamento dos equipamentos essencial para a operação da Companhia. Logo, o aquecimento global, também pode elevar nossas necessidades de refrigeração, uso de energia e os custos operacionais aumentarem.

O setor de telecomunicações não é especialmente dependente de combustíveis fósseis, mas é muito dependente do consumo de eletricidade para suas redes, de modo que um aumento nos preços da eletricidade devido à escassez de recursos naturais pode ter um impacto significativo nas despesas operacionais da Companhia, relacionadas à energia. O impacto econômico estimado desse risco o classifica como substantivo, no horizonte de 2030.

Para gerenciar os riscos climáticos, a Companhia promove programas de eficiência energética e planos de energia renovável e geração distribuída de energia, além de ter uma área dedicada de continuidade de negócios, orientada pelo *Global Business Continuity Regulation* ("GBC"), que prescreve a gestão preventiva de riscos, garantindo a resiliência de suas operações antes de qualquer eventual interrupção.

f.6) Riscos relativos ao setor de telecomunicações no Brasil e a Companhia

O negócio da Companhia está sujeito à ampla regulação, incluindo mudanças que possam ocorrer durante os prazos dos contratos de concessão e das autorizações da Companhia para prestar serviços de telecomunicações no Brasil. A ANATEL, a entidade reguladora do setor de telecomunicações no país, regula, entre outras questões: políticas e regulamentação do setor; licenciamento; taxas e tarifas; aspectos concorrenciais, incluindo, a capacidade da Companhia de crescer através da aquisição de outras empresas de telecomunicações; padrões de serviço, técnicos e de qualidade; direitos do consumidor; penalidades e outras sanções relacionadas a interconexão e acordos; além de obrigações ligadas à universalização dos serviços.

A estrutura de regulamentação das telecomunicações no Brasil está evoluindo continuamente. A interpretação e cumprimento de regulamentos, a avaliação de atendimento de normas e a flexibilidade de autorizações reguladoras são marcadas pela incerteza. A Companhia opera sob autorizações e uma concessão do governo brasileiro, e a capacidade de manter estas autorizações e concessões é uma pré-condição para o sucesso da Companhia. No entanto, devido à natureza mutável do marco regulatório brasileiro, a Companhia não pode assegurar que a ANATEL não modificará adversamente os termos das autorizações e/ou licenças. De acordo com as autorizações e licenças da Companhia para operar, a Companhia deve cumprir requisitos específicos e manter um mínimo de qualidade, cobertura e padrões de serviço. Uma eventual falha no cumprimento destes requisitos pode resultar na imposição de multas, penalidades ou outras reações regulamentares, incluindo o término das autorizações e concessões para operar. Uma rescisão parcial ou total de quaisquer autorizações, licenças e concessões da Companhia para operar teria um efeito adverso substancial sobre nossos negócios, condição financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Nos últimos anos, a ANATEL tem revisado e introduzido mudanças regulatórias, especialmente com relação a medidas de concorrência assimétricas e taxas de interconexão cobradas entre operadoras locais de serviços de telecomunicações. Medidas de concorrência assimétricas podem incluir regulamentos destinados a reequilibrar os mercados onde um ou mais participantes detêm poder de mercado significativamente distinto sobre outros concorrentes.

Notas Explicativas

Nesse sentido, faz-se importante ressaltar que consta na agenda regulatória para o biênio 2023-2024 da ANATEL, a revisão do Plano Geral de Metas de Competição (“PGMC”), Resolução nº. 600, de 8 de novembro de 2012, atualizada pela Resolução nº. 694, de 17 de julho de 2018, que concentra, em um único instrumento normativo, um conjunto de medidas específicas destinadas à promoção da competição e estabelece os marcos para futuras reavaliações sobre o desempenho da competição setorial, que ocorre a cada quatro anos, com a reavaliação dos mercados relevantes no setor, as medidas regulatórias assimétricas e os detentores de Poder de Mercado Significativo – PMS, anteriormente estabelecidos pelo próprio regulamento.

Sem prejuízo da revisão do PGMC mencionada acima, a recente aquisição da UPI dos ativos móveis da OI MÓVEL S.A. pelas três maiores operadoras do mercado SMP brasileiro (Vivo, Claro e TIM) (“Operação”), despertou preocupações de ordem concorrencial identificadas pela ANATEL e pelo CADE, que impuseram remédios regulatórios a fim de preservar as condições de concorrência nos mercados relevantes afetados pela Operação, dentre os quais destacamos: (i) Oferta de Referência no Mercado Relevante de Roaming Nacional; (ii) Oferta de Referência para exploração do Serviço Móvel Pessoal – SMP por meio de Rede Virtual (MVNO); (iii) Oferta de Cessão Temporária e Onerosa de Direitos de Uso de Radiofrequência; (iv) Oferta de Exploração Industrial de Rede.

Com relação à oferta de referência no mercado relevante de *roaming* nacional, a versão publicada ao mercado para dar cumprimento ao remédio regulatório acima mencionado utiliza como base os valores de referência aprovados e calculados, pela ANATEL, a partir da aplicação de nova metodologia para estudo do modelo de custos do mercado de *roaming* nacional (modelo LRIC+ *bottom-up* - Ato nº 8822/2022). Em decorrência da alteração da metodologia utilizada, os novos valores de referência apresentam redução significativa quando comparados aos valores de referência anteriormente vigentes (modelo FAC-HCA *top down* - Ato nº 9157/2018).

No contexto geral acima, a adoção de medidas desproporcionalmente assimétricas e a perspectiva de adoção, pela ANATEL, de conceitos, preços e modelos de remuneração que podem impactar o cenário de remuneração e custos, poderia prejudicar substancialmente os negócios, situação financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Já com relação às tarifas de interconexão, essas são uma parte importante das bases de receita e custo da Companhia. Essas taxas são cobradas entre os prestadores de serviços de telecomunicações, a fim de permitir e remunerar o uso interconectado de suas redes. Na medida em que mudanças nas regras sobre as tarifas de interconexão reduzem o valor das tarifas que a Companhia pode receber ou cobrar, os negócios, condição financeira, receitas, resultados de operações e perspectivas da Companhia poderiam ser afetados de modo adverso.

Portanto, o negócio, os resultados das operações, receitas e condições financeiras da Companhia poderiam ser afetados negativamente pelas ações das autoridades brasileiras, incluindo, particularmente, o seguinte: a introdução de exigências operacionais e/ou de serviço novas ou mais rigorosas; a concessão de licenças de operação em nossas áreas; limitações em tarifas de interconexão que a Companhia possa cobrar de outras prestadoras de serviços de telecomunicações; imposição de sanções significativas por falhas no cumprimento de obrigações regulatórias; atrasos na concessão de, ou falta de concessão de, aprovações para aumentos de tarifas; e limitações antitruste impostas pela ANATEL e pelo CADE.

f.7) Seguros

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica.

Em 31 de dezembro de 2022, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$900.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$75.000 para responsabilidade civil geral.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas Explicativas

f.8) Compliance

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846/2013 e Decreto nº 11.129/2022, bem como do *US Foreign Corrupt Act* de 1977, nos Estados Unidos da América.

Apesar de a Companhia possuir políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legislações, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que os funcionários, conselheiros, diretores, sócios, executivos, representantes e prestadores de serviços da Companhia não adotarão individualmente algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos (ou em violação às legislações voltadas ao combate à corrupção) que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação da Companhia ou outras consequências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

A Companhia desenvolve e implementa iniciativas para assegurar a melhoria contínua de seu Programa de *Compliance*, por meio de uma estrutura organizacional e de governança robusta que garanta uma atuação pautada na ética, transparência e respeito às leis e regulamentos aplicáveis.

Como resultado do compromisso da Companhia em manter um robusto Programa de *Compliance*, em 2020, 2021 e 2022, a Companhia obteve o certificado DSC 10.000 (Diretrizes para o Sistema de *Compliance*), que evidencia a evolução de seu Programa de *Compliance* no decorrer dos últimos anos.

33) INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Consolidado									
	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento			Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa				
	Saldos em 31.12.21	Ingressos	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos (cancelamentos) de contratos de arrendamentos e de financiamentos a fornecedores	Combinação de negócios	Deliberações e prescrições relacionadas a remunerações a acionistas	Saldos em 31.12.22
Dividendos e juros sobre o capital próprio	4.265.715	-	(5.709.263)	-	-	-	-	4.630.965	3.187.417
Empréstimos e financiamentos	224.610	1.000.000	(224.606)	(23.481)	96.567	-	-	-	1.073.090
Arrendamentos	11.230.099	-	(2.940.222)	(1.300.792)	1.292.376	3.162.118	589.024	-	12.032.603
Debêntures	1.028.463	3.500.000	(1.000.000)	(39.011)	247.381	-	-	-	3.736.833
Passivos pela aquisição de sociedade	-	-	(100.000)	-	39.488	-	675.811	-	615.299
Licenças 5G	4.450.806	-	(2.721.392)	(168.227)	282.784	-	-	-	1.843.971
Instrumentos financeiros derivativos	12.676	-	(111.042)	-	104.484	-	-	-	6.118
Total	21.212.369	4.500.000	(12.806.525)	(1.531.511)	2.063.080	3.162.118	1.264.835	4.630.965	22.495.331

Notas Explicativas

Consolidado							
		Fluxos de caixa nas atividades de financiamento	Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa			
	Saldos em 31.12.20	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Ingressos (cancelamentos) de contratos de arrendamentos e de financiamentos a fornecedores	Deliberações e prescrições relacionadas a remunerações a acionistas	Saldos em 31.12.21
Dividendos e juros sobre o capital próprio	3.865.998	(4.901.326)	-	-	-	5.301.043	4.265.715
Empréstimos e financiamentos	375.812	(370.709)	(10.252)	7.919	221.840	-	224.610
Arrendamentos	10.818.778	(2.455.690)	(804.884)	828.710	2.843.185	-	11.230.099
Debêntures	2.044.576	(1.028.312)	(38.669)	50.868	-	-	1.028.463
Licenças 5G	-	(46.436)	-	37.800	4.459.442	-	4.450.806
Instrumentos financeiros derivativos	5.564	(4.962)	-	12.074	-	-	12.676
Total	17.110.728	(8.807.435)	(853.805)	937.371	7.524.467	5.301.043	21.212.369

34) COMPROMISSOS CONTRATUAIS E GARANTIAS

a) Compromissos contratuais

A Companhia possui compromissos contratuais não reconhecidos, decorrentes da compra de bens e serviços, que vencem em diversas datas, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2022, os valores nominais totais, equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Consolidado
2023	1.096.478
2024	844.480
2025	662.979
2026	188.091
2027	159.140
2028 em diante	551.673
Total	3.502.841

b) Garantias

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha garantias para diversos compromissos com a ANATEL, fornecedores e processos judiciais:

	Consolidado
Seguros garantia	25.625.666
Cartas fiança	4.372.581
Depósitos e bloqueios judiciais (nota 10)	3.382.987
Imóveis e equipamentos (nota 13.f)	95.980
Aplicações financeiras em garantia a processos judiciais (nota 4)	43.522
Total	33.520.736

35) EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Investimentos do Vivo Ventures ("VV")

Em 18 de janeiro de 2023, o VV, realizou um investimento de R\$10 milhões no Klubi Participações S.A. ("Klubi"), por meio de aquisição de debêntures conversíveis em participação acionária. O Klubi é uma *fintech* autorizada pelo Banco Central para operar como administradora de consórcios no Brasil, que atualmente oferece consórcio de automóveis.

Notas Explicativas

Este é o segundo investimento do VV, lançado há oito meses. O objetivo do investimento é reforçar a presença da marca Vivo na área de soluções financeiras, na qual já oferece serviços como a plataforma de crédito pessoal Vivo Money, a conta digital Vivo Pay, os cartões de crédito *co-branded*, além de seguros para celular e *tablet*.

b) Aprovação da incorporação da Garliava

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 1º de fevereiro de 2023, aprovou a incorporação da Garliava ("Incorporação"), conforme descrito no fato relevante divulgado pela Companhia em 16 de dezembro de 2022 (nota 1.d.6).

A Incorporação depende da obtenção da anuência prévia da ANATEL e da conclusão de procedimentos operacionais relacionados à parametrização sistêmica. Diante disso, a eficácia da deliberação está condicionada a nova deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião a ser realizada especialmente para este fim, para verificação da ocorrência de referidas condições, quando, então, a Incorporação se tornará eficaz.

A Incorporação aprovada não resultará em aumento de capital, emissão de novas ações ou em alteração nas participações dos acionistas da Companhia, não havendo, portanto, que se falar em relação de substituição de ações ou direito de recesso.

c) Crédito de Juros sobre o Capital Próprio Intermediários

Em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 2024, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2023, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/1995 e da Deliberação CVM nº 143/2022, no montante bruto de R\$106.000, equivalente a 0,063772 por ação, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$90.100, equivalente a 0,054206 por ação, apurados com base no balanço patrimonial de 31 de janeiro de 2023.

O valor de juros sobre o capital próprio por ação informado acima poderá sofrer ajustes futuros, até 28 de fevereiro de 2023, em função de eventuais aquisições de ações no âmbito do Programa de Recompra de Ações da Companhia.

O pagamento destes proventos será realizado até 31 de julho de 2024, em data a ser definida pela Diretoria da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 28 de fevereiro de 2023.

d) Programa de recompra de ações da Companhia e cancelamento de ações em tesouraria da Companhia

Em 15 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 15, inciso XV do Estatuto Social e da Resolução CVM nº 77/2022, aprovou: (i) um novo programa de recompra de ações da Companhia, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital, e (ii) cancelamento de 13.381.540 ações ordinárias mantidas em tesouraria.

A recompra das ações será efetuada, na quantidade máxima de 40.550.121 ações ordinárias, mediante a utilização de recursos disponíveis nos termos do artigo 8º, § 1º, da Resolução CVM nº 77/2022, tais como reservas de lucros, de capital e resultados conforme realizados no exercício social em andamento. O valor máximo a ser utilizado no programa é de R\$500 milhões.

Este programa terá vigência a partir de 23 de fevereiro de 2023 (um dia imediatamente posterior à data de término do programa de recompra de ações atualmente em vigor) e término em 22 de fevereiro de 2024.

As aquisições serão realizadas na Bolsa de Valores (B3 – Brasil, Bolsa e Balcão), a preços de mercado, cabendo à administração da Companhia decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, respeitando os limites previstos no Programa e na regulamentação aplicável.

Notas Explicativas

e) Pedido de Anuência à ANATEL – Redução de Capital da Companhia

A Companhia, na forma e para fins do disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do disposto na Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, informou em 15 de fevereiro de 2023 que seu Conselho de Administração aprovou a apresentação, pela Companhia, de pedido de anuência prévia junto à ANATEL para ter a possibilidade de efetuar a redução do seu capital social (“Redução”).

O pedido de anuência objetiva oferecer à Companhia flexibilidade para reduzir seu capital social em até R\$5 bilhões (cinco bilhões de reais), em uma ou mais etapas no curso de exercícios futuros, conforme avaliação da Administração acerca das condições financeiras da Companhia. Caso permitida pela ANATEL e julgada adequada pela Companhia, a Redução será efetivada mediante a restituição de recursos aos seus acionistas na proporção de sua participação acionária e sem o cancelamento de suas ações.

f) Datas de pagamentos dos dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados no exercício de 2022

Em 15 de fevereiro de 2023, a Companhia comunicou aos seus acionistas que os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 16 de fevereiro de 2022, 17 de março de 2022, 13 de abril de 2022, 14 de junho de 2022, 19 de agosto de 2022 e 9 de dezembro de 2022, bem como os dividendos adicionais a serem aprovados na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), serão pagos nos dias 18 de abril de 2023 e 18 de julho de 2023, conforme detalhado no aviso aos acionistas divulgado pela Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Telefônica Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accountant Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria ("PAA")

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita operacional líquida reconhecida pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$46.052.951 mil (controladora) e R\$48.041.162 mil (consolidado), substancialmente decorrente de serviços de telecomunicações prestados e produtos vendidos. O processo de reconhecimento de receita da Companhia e suas controladas é complexo, devido ao grande volume de transações e ampla gama de serviços e mercadorias, que podem ser prestados e vendidos de forma separada ou agregada, considerando condições comerciais distintas. Além disso, há dependência significativa dos sistemas de informação e estrutura tecnológica, que inclui grande número de aplicativos e sistemas. Adicionalmente, o processo de reconhecimento de receita ao final de cada período considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada ao final do período. Eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos essa área como significativa para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) O entendimento e testes dos controles internos relevantes relacionados ao processo de receita, incluindo os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação ("TI"), execução de testes relacionados com a segurança da informação, gestão de acessos privilegiados e segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras; (b) Exames documentais de transações de receitas de vendas de serviços e mercadorias, em base amostral; (c) Entendimento dos critérios adotados pela Administração da Companhia e de suas controladas para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada no final do exercício; (d) Recálculo da estimativa da receita incorrida e ainda não faturada no final do exercício, bem como a comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente após o fechamento do balanço patrimonial; e, (e) Revisão da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os controles internos mantidos pela Companhia e de suas controladas, as estimativas utilizadas pela Administração, bem como as divulgações realizadas, proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita.

Provisão para contingências tributárias e regulatórias

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nas áreas tributária, regulatória, cível e trabalhista, que surgem no curso normal de seus negócios, conforme divulgado nas notas explicativas 8(g) e 20. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuíam assuntos com discussão em diversas esferas, relativamente às

áreas tributária e regulatória, nos montantes de R\$65.838.513 mil e de R\$7.713.659 mil, respectivamente, dos quais R\$2.587.865 mil e R\$1.869.035 mil, respectivamente, encontravam-se provisionados por apresentarem prognóstico de perda provável, como avaliado pela Administração a partir da posição de seus assessores jurídicos.

A determinação do valor da provisão e dos valores divulgados depende de julgamentos críticos da Administração, a partir da análise dos processos e dos correspondentes prognósticos de sua resolução final pelos seus consultores jurídicos. A avaliação da Administração sobre a probabilidade de perda nos processos tributários é complexa, altamente subjetiva e baseada em interpretações da legislação tributária e decisões judiciais, pois há incerteza significativa nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais, a evolução da jurisprudência e à posição das autoridades fiscais.

Além disso, considerando a complexidade do ambiente tributário e regulatório, a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas mencionadas discussões, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências; (b) Para as posições tributárias relacionadas a tributos sobre o lucro, nos reunimos com a Administração para entender e avaliar os controles internos relacionados à identificação e monitoramento dos tratamentos fiscais incertos, a mensuração e o reconhecimento da obrigação, quando aplicável; (c) Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos tributários e regulatórios em andamento, bem como a respectiva avaliação pela Administração dos valores e as probabilidades de perda; (d) Seleção, em base amostral, de processos tributários e regulatórios relevantes, para a avaliação de nossos especialistas quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa; (e) Reunião com a Administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes; e (f) Revisão da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e registro das provisões, bem como para as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos e representados de forma razoável.

Teste de redução ao valor recuperável ("impairment") do ágio

Conforme descrito na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas possui registrado em seu ativo intangível, ágio no valor de R\$26.361.829 mil (consolidado) em 31 de dezembro de 2022, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, decorrente de combinações de negócios ocorridas ao longo dos anos. A Administração realiza ao menos uma vez por ano o teste de recuperação do ágio associado com a única Unidade Geradora de Caixa ("UGC") da Companhia que fornece todos os serviços de telecomunicações por meio de uma rede amplamente integrada.

A Administração determinou o valor recuperável de sua única UGC pela abordagem do valor em uso, calculado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado. As projeções de caixa incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos por parte da Administração, tais como crescimento de receita, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade. Este assunto foi considerado como um dos principais em nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo do ágio, bem como o fato de que variações nas principais premissas utilizadas podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável do ágio, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Avaliação e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de mensuração do valor recuperável da UGC, incluindo o ágio; (b) Com o apoio de nossos especialistas em avaliação de ativos e terceiros, analisamos a razoabilidade do modelo de cálculo utilizado pela Administração para preparar as projeções e das principais premissas utilizadas, como crescimento de receita, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade, comparando-as, quando disponíveis, com dados de mercado; (c) Teste da coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como confrontamos as principais premissas das projeções de caixa com orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia; (d) Análise de sensibilidade das principais premissas para avaliar situações em que as variações resultariam em eventual necessidade de registro de impairment; e, (e) Revisão da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia na avaliação do valor recuperável para fins do teste de impairment do ágio são razoáveis.

Combinação de negócios - Aquisição Garliava (Ativos Móveis da OI)

A Companhia realizou combinações de negócios no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, das quais, a mais relevante, foi a efetivação da aquisição da totalidade das ações da Garliava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A., em 20 de abril de 2022, cujo valor de aquisição montou R\$ 5.491.584 mil, conforme divulgado na nota explicativa 2d.6. O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo e da determinação do preço de aquisição nessa combinação de negócios pela Administração e envolveu, inclusive, a contratação de especialistas externos e o exercício de julgamentos sobre estimativas críticas. As estimativas utilizaram dados e premissas subjetivas tais como a projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e a análise da probabilidade de perdas em contingências, bem como os reflexos tributários

das combinações de negócios. Por essas razões, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) Leitura do conjunto de acordos e dos principais documentos que suportaram a aquisição, bem como, realizamos reuniões com a Administração e com os consultores externos da Companhia para entendimento da transação e dos respectivos impactos jurídicos e contábeis relacionados com essa aquisição; (b) Avaliação da competência e objetividade dos especialistas externos contratados pela Administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios; (c) Com o apoio de nossos especialistas e terceiros, avaliamos a razoabilidade da metodologia e das principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, comparando-as, sempre que possível, com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e segmento de atuação; (d) Revisão da avaliação da Administração das possíveis diferenças de práticas contábeis entre a Companhia e a adquirida; (e) Verificação dos principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios; e (f) Leitura das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia na avaliação, mensuração, registro e divulgação da referida operação são razoáveis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, datado de 18 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Nelson Varandas dos Santos
Contador CRC 1SP-197.110/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações e em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso III, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2022”), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2022 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S., opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, e recomendam a sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

Gabriela Soares Pedercini
Conselheira Fiscal (efetivo)

Cremênio Medola Netto
Conselheiro Fiscal (efetivo)

Charles Edwards Allen
Conselheiro Fiscal (efetivo)

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Os membros do Comitê de Auditoria e Controle da Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso VIII, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2022”), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2022 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S., opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, e recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Telefônica Brasil e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

José María Del Rey Osorio
Presidente do Comitê de Auditoria e Controle

Alfredo Arahuetes García
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

Juan Carlos Ros Brugueras
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado declara que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

David Melcon Sanchez-Friera
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia") infra-assinado declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas na minuta do relatório dos auditores independentes Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, sem ressalvas, o qual será assinado, sem alterações, após a aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração, nesta data.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

David Melcon Sanchez-Friera
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores